

TURISMO PATRIMONIAL: o passado como experiência



Michel Constantino Figueira
Márcia Della Flora Cortes
Organizadores

**TURISMO PATRIMONIAL:
O PASSADO COMO EXPERIÊNCIA**

Organizadores
Michel Constantino Figueira
Márcia Della Flora Cortes

**TURISMO PATRIMONIAL:
O PASSADO COMO EXPERIÊNCIA**

Pelotas
Edição do Autor
2020

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Autores:

Amanda Basílio
Andréa Cunha Messias
Carla Rodrigues Gastaud
Cristiane Leticia Opperman Thies
Cristiéle Santos de Souza
Diego Lemos Ribeiro
Eliza Furlong Antochévis
Eunice Lopes
João Fernando Igansi Nunes
João Tomaz Simões
Juliana Porto Machado
Márcia Della Flora Cortes
Maria Rita Nunes
Mariana Estima Silva
Mayk Lenno Henrique Lima
Michel Constantino Figueira
Ronaldo Bernardino Colvero
Sthephane de Sousa e Silva Maia
Vanessa Dias Santiago

Fotografia de capa e contracapa: Cais do Porto Velho, Rio Grande - RS, 2019
Autoria de: Maria Claizi Lucas Machado

Revisão: Michel Constantino Figueira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T938 Turismo patrimonial : o passado como experiência [recurso eletrônico] / organizadores Michel Constantino Figueira e Márcia Della Flora Cortes. – Pelotas: Ed. do Autor, 2020. 271 p. : il.

ISBN: 978-65-00-03210-9

1. Turismo. 2. Patrimônio. 3. Economia patrimonial.
I. Figueira, Michel Constantino. II. Cortes, Márcia Della Flora.
II. Título.

CDU: 338.48

Bibliotecária Laís Braga Costa - CRB10/2069

APRESENTAÇÃO

O livro *Turismo Patrimonial: o passado como experiência* é resultado da disciplina *Turismo Sustentável e Patrimônio Cultural* do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, ofertada no primeiro semestre do ano de 2019 e ministrada pelo Prof. Dr. Michel Constantino Figueira.

A realização desse livro resulta da avaliação geral da disciplina na qual os pós-graduandos, mestrandos e doutorandos, e colaboradores internacionais deveriam apresentar ensaios sobre o turismo patrimonial e cultural e/ou sobre a economia do patrimônio, memória social e passado, dentre outros temas afins, considerando suas experiências pessoais, profissionais, científicas e acadêmicas, e, principalmente, suas apreciações subjetivas sobre os temas, bem como resultantes científicos de projetos de investigação e/ou estudos de caso.

O *Turismo Patrimonial*, enquanto objeto de estudo, é um tema literário-científico pouco explorado no Brasil e em países de língua portuguesa e este livro reúne uma coletânea de ensaios críticos escritos pelos alunos da disciplina, com a colaboração de seus orientadores, bem como inclui texto internacional desenvolvido por colegas europeus, mais precisamente do Instituto Politécnico de Tomar, Portugal.

O livro tem por objetivo principal instigar o debate sobre as diferentes interfaces do patrimônio, a partir de um olhar sobre o passado como experiência turística, socioeconômica, cultural e política, a partir de sua valorização institucional, estética, comercial e emocional, tanto pelas comunidades, quanto pelo Estado, bem como pelas instituições e organismos, nacionais e internacionais, representativos do patrimônio, da memória e do turismo.

SUMÁRIO

- 1 TURISMO CULTURAL E RECURSOS PATRIMONIAIS: EVOLUÇÃO DOS VISITANTES DE UM MUNICÍPIO** – Eunice R. Lopes, João T. Simões & Maria Rita Nunes..... 11
- 2 O PASSADO É UMA ILUSÃO** – Michel Constantino Figueira43
- 3 TURISMO MACABRO: UMA POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CEMITERIAL E DE OUTRAS MEMÓRIAS** – Amanda Basílio Santos & Ronaldo Bernardino Colvero.....77
- 4 A PATRIMONIALIZAÇÃO DO DOCE COLONIAL COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MORRO REDONDO – RS** – Andréa Cunha Messias & Diego Lemos Ribeiro.....95
- 5 TURISMO PATRIMONIAL E MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO: MÁRIO DE ANDRADE ENTRE A ESCRITA E A EXPERIÊNCIA-** Cristiéle Santos de Souza & Carla Rodrigues Gastaud.....117
- 6 O *BRIQUE DA VILA BELGA* COMO ATIVIDADE PROMOTORA DE TURISMO** – Cristiane Letícia Oppermann Thies137
- 7 RUA RIACHUELO: RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA E PATRIMÔNIO** – Eliza F. Antochewis153
- 8 *GUASQUERIA*, ENTRE O CAMPO E A CIDADE: UMA DISCUSSÃO SOBRE ECONOMIA, TURISMO E MEMÓRIA** – Juliana Porto Machado & Ronaldo Bernardino Colvero.....171

9 TURISMO EM BIBLIOTECAS: UMA VIAGEM AO PASSADO- Márcia Della Flora Cortes, João Fernando Iganzi Nunes & Vanessa Dias Santiago	195
10 PATRIMÔNIO CULTURAL IMÓVEL: PRESERVANDO MUITO ALÉM DO VALOR SIMBÓLICO – Mariana Estima Silva	217
11 NO CEARÁ NÃO TEM DISSO NÃO: DIÁLOGOS SOBRE AS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO CEARÁ – Mayk Lenno Henrique Lima.....	233
12 O PATRIMÔNIO NO SERTÃO: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E PROBLEMAS DE QUIXADÁ / CE – Stephane de Souza e Silva Maia	255

1 TURISMO CULTURAL E RECURSOS PATRIMONIAIS: EVOLUÇÃO DOS VISITANTES DE UM MUNICÍPIO

Eunice R. Lopes ¹
João T. Simões ²
Maria Rita Nunes ³

Os recursos patrimoniais aliados ao turismo têm promovido uma forte componente de desenvolvimento nos territórios, permitindo traçar linhas condutoras mais consistentes nas vertentes económica, social, cultural e ambiental, proporcionando experiências aos visitantes e à população local que interagem nas dinâmicas culturais dos territórios.

O município de Tomar encontra-se cada vez mais referenciado como um destino de visita turística do centro de Portugal, afirmando-se progressivamente no turismo cultural, nomeadamente, através dos seus recursos patrimoniais.

O desenvolvimento de produtos turísticos é fundamental para o progresso da região, havendo necessidade de identificar e analisar a evolução da capacidade de atração do destino cultural e turístico de Tomar.

O presente trabalho foca-se em identificar, analisar e apresentar a evolução de visitantes do município de Tomar no

¹ Instituto Politécnico de Tomar, Portugal. Techn&Art-IPT. E-mail: eunicelopes@ipt.pt.

² Instituto Politécnico de Tomar, Portugal. Techn&Art-IPT. E-mail: jpsimoes@ipt.pt

³ Instituto Politécnico de Tomar, Portugal. Techn&Art-IPT. E-mail: mnunesd@ipt.pt.

período 2014 - 2018. A metodologia utilizada neste trabalho foi de natureza quali-quantitativa, tendo por base a informação disponibilizada pelo Posto de Turismo de Tomar sobre o número de visitantes a cinco recursos patrimoniais da cidade, nomeadamente, Capela de Santa Iria, Casa Memória Lopes-Graça, Igreja de Santa Maria dos Olivais, Museu dos Fósforos Aquiles da Mota Lima e Sinagoga, sendo que optou-se também por incluir o número de visitantes que se deslocam ao Posto de Turismo de Tomar para obtenção de informação turística e análise bibliográfica.

A partir disto foi possível perceber a evolução dos visitantes do destino cultural e turístico de Tomar. Em termos de resultados obtidos, releva-se que no ano de 2015 existiu um pico anormal do número de visitantes nos lugares analisados devido à grande afluência de visitantes durante a Festa dos Tabuleiros de Tomar (LEITÃO; FERREIRA; AZEVEDO, 2008) que apenas se realiza de quatro em quatro anos. Os resultados também apontam que no decorrer dos anos analisados (2014-2018), a afluência de visitantes manteve-se equilibrada na sua globalidade. No entanto, dos cinco locais em análise, o que mais registou visitas foi a Sinagoga (com um total de 228 182 visitantes), revelando uma representativa procura do turismo judaico.

A exemplo de Tomar, diante da globalização, a salvaguarda, a interpretação e a valorização dos recursos

patrimoniais, a diversidade cultural torna-se num mote desafiador, na medida em que a gestão dos recursos patrimoniais é da responsabilidade de todos, seja autarcas, comunidade, instituições, etc.

O património, a cultura e o turismo possuem uma relação mútua benéfica que pode fortalecer a atratividade e a competitividade territorial. A distinção dos destinos turísticos está cada vez mais condicionada pela valorização turística de recursos patrimoniais. A integração do património nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações, são agentes fundamentais do desenvolvimento territorial (LEITÃO; FERREIRA; AZEVEDO, 2008), revelando uma tipologia ampla e complexa de estratégias e intervenções onde se inclui o turismo cultural e o consequente desenvolvimento do território.

A importância da criação de produtos identitários de qualidade, podem tornar-se atrativos e criar fatores de diferenciação, face à concorrência. Uma estratégia competitiva consistirá na sustentabilidade da vantagem competitiva (MOONEY, 2007). O património contribui para a gestão integrada do território, na medida em que coopera para a diferenciação e qualificação dos lugares, aumentando a sua atratividade e evidenciando a sua autenticidade. A atuação abarca estratégias

que devem envolver a redefinição da identidade e o posicionamento territorial (PADDISON, 1993).

A autenticidade é uma palavra fundamental inscrita nos mais variados temas teóricos e sempre relacionada com a matéria de salvaguarda do património cultural e particularmente no que se refere ao património edificado. Quando se fala em cultura pensa-se em consciência coletiva, património histórico e riqueza etnográfica na medida em que a cultura se encontra ancorada na herança patrimonial e na identidade de um determinado território (LEITÃO; FERREIRA; AZEVEDO, 2008). Neste sentido, a valorização do património cultural pode converter-se num recurso ou fator mobilizador da sociedade e a sua valorização cultural e simbólica, pode igualmente, reforçar a coesão social e a sua identidade, assim como o seu reconhecimento e valorização na cooperação ativa para a atratividade de um local. Porém, de nada serve existir territórios detentores de grande riqueza patrimonial, se não houver capacidade de o promover, comunicar e explorar de uma forma eficaz e sustentável (VINUESA; TORRALBA, 2016). Um território só é verdadeiramente competitivo se souber articular a sua oferta com a dos territórios envolventes. Os fatores de competitividade traduzem-se em produtos novos (concorrência pela inovação), produtos diferenciados (concorrência pela diferenciação) e produtos estandardizados (concorrência pelo preço) (LANÇA, 2003).

É fundamental que os territórios tenham capacidade de cooperação, através de redes de interação. A cidade de Tomar neste caso específico, detém Património da Humanidade (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 2005) e, neste sentido, é uma referência simbólica de autenticidade, qualidade e prestígio para os turistas.

1.1 Turismo Patrimonial e Desenvolvimento Territorial

Parte da literatura especializada em bens culturais afirma que objetos e lugares valorizados enquanto património são atrativos turisticamente (BARRETTO, 2007; CALONGE REÍLLO, 2011; DE LA CALLE VAQUERO, 2001; TRONCOSO & ALMIRÓN, 2005). Tal valorização deve-se, sobretudo, ao surgimento dos denominados “novos turistas” que são mais experientes, mais envolvidos socialmente e eticamente, independentes e flexíveis (POON, 1993). Além disso, estão bastante preocupados em realizar um consumo consciente e longe do turismo de massas. Logo, procuram uma alternativa diferenciadora de viagens e a encontram em localidades de riqueza histórico-patrimonial, onde a cultura e a história são valorizadas.

No entanto, o uso do património como forma de fomentar o turismo em determinadas localidades é uma prática que causa contestações em outra grande parte dos estudiosos da temática

patrimonial (VINUESA; TORRALBA, 2016). De acordo com Prats (2011), isso se deve ao facto de que no turismo patrimonial há a junção de duas lógicas opostas, uma da gestão de património e outra da gestão turística, que detém um enfoque bastante empresarial. Assim, o turismo patrimonial acaba por conjugar interesses distintos e muitas vezes improfícuos.

No entanto, ainda de acordo com o autor supracitado, há apenas três vias possíveis para o uso do património enquanto produto turístico. Tudo vai depender das infraestruturas existentes nas localidades que detém o património e a capacidade que determinado recurso patrimonial tem para atrair visitantes e turistas. (PRATS, 2011), alega que há viabilidade turística no uso do património quando: I) os recursos são capazes por si mesmo de atraírem uma certa quantidade de público, interessados pelo bem cultural devido à sua diferenciação e unicidade, como por exemplo, as pirâmides do Egipto e Machu Pichu, no Peru. Locais de importância histórica e cultural para a humanidade; II) um património tenha uma capacidade atrativa menor, mas se localiza em territórios metropolitanos, que possuem uma afluência de pessoas e de possíveis interessados, como o muro de Berlim, ou a muralha da China, e, III) a utilização de um património existente em destinos turísticos que possuam infraestruturas turísticas já consolidadas, como por exemplo, as cidades de Girona e Tarragona em Espanha.

Depreende-se nos exemplos apontados que a responsabilidade do planeamento na gestão é grande, pois requer iniciativas turísticas e culturais enquadradas num tipo de planeamento estratégico, focado na procura e na oferta do desenvolvimento de um turismo sustentável (LOPES *et al*, 2018: 35). Através dessa análise, é possível perceber a capacidade produtiva que os recursos patrimoniais têm ao mobilizar visitantes e turistas e a modificar estruturas territoriais em vias de aumentar o fluxo turístico e conseqüentemente, fomentar a atividade turística. O património apresenta-se assim como fator multiplicador da economia (TRONCOSO; ALMIRÓN, 2005).

O município que se expõe neste trabalho como estudo de caso, Tomar, no distrito de Santarém, em Portugal, apresenta-se, de acordo com a abordagem criada por Prats (2011), como detentora de recursos patrimoniais capazes de por si só atraírem turistas, que é o caso do Convento de Cristo (Património da Humanidade, classificado pela Unesco em 1983). Percebe-se assim, que o território tem estruturas já desenvolvidas e um conjunto diversificado de recursos patrimoniais (culturais e naturais) capazes de fomentar e desenvolver ainda mais o turismo cultural da cidade.

Os recursos patrimoniais assumem relevância, para a qualificação de determinado local, sobretudo quando associados ao turismo cultural. Compreender a capacidade do património na

atração dos turistas, especialmente do turista cultural em Tomar torna-se assim, fundamental para o seu futuro enquanto destino turístico.

A “memória dos lugares atrativos” coloca o turista numa posição de convivência com o diferente e, nesse sentido, o lugar acaba por ser valorizado. A oferta turística engloba tudo aquilo que o destino tem para oferecer aos turistas atuais e potenciais (HENRIQUES, 2003). Ao existir uma identificação dos ícones patrimoniais, de determinada região, promove-se a visita cultural e turística das mesmas, contribuindo para a sua atratividade. Os recursos patrimoniais como particularidade coletiva, são elementos fundamentais para a construção da identidade cultural e social, e, simultaneamente, a materialização da identidade de um determinado grupo inserido na sociedade (CHOAY, 1992; PERALTA & ANICO, 2006).

Neste contexto, por exemplo, o marketing territorial pode ser um importante componente para diferenciar determinados lugares aliado a uma componente de competitividade entre locais. Poderá, neste âmbito, ser crucial no planeamento estratégico dos territórios, a partir das singularidades e especificidades destes, projetando-as num contexto global de competitividade, tendo em conta a sua vocação e visão, promovendo-as e afirmando-as (FERNANDES; GAMA, 2006, p. 17). Uma das questões fundamentais neste estudo prende-se com a forma como o

património contribui para a diferenciação e qualificação do(s) território(s). De acordo com Barranha (2016, p. 26), “o património é o conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica”. Se por um lado, a diferenciação é uma estratégia de gestão no turismo, que tem por intuito implementar decisões, de forma a destacar, a enaltecer, e a diferenciar um determinado produto turístico, existente num lugar ou território, perante outros já existentes. Por outro, a qualificação tem como função, atribuir uma qualidade turística a um determinado lugar através do património. No entanto, para existir a qualificação do património é necessário existir a valorização dos recursos patrimoniais, associada à interpretação e apresentação dos recursos patrimoniais.

1.2 Metodologia

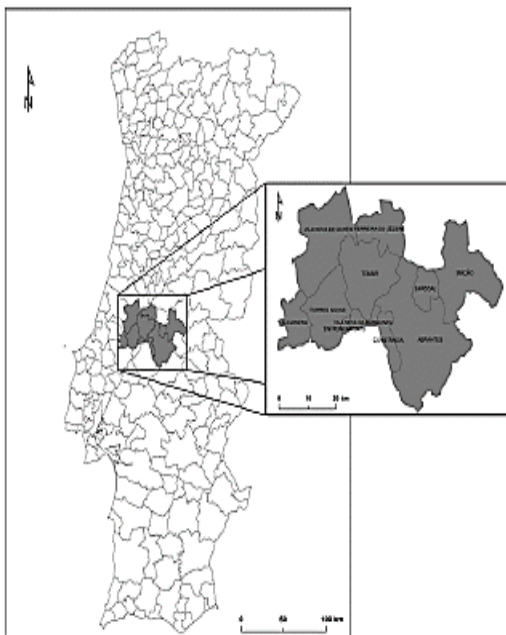
O procedimento metodológico deste trabalho englobou uma análise estatística sobre a evolução e a distribuição das visitas a cinco atrativos turísticos da cidade de Tomar bem como as entradas no Posto de Turismo entre os anos 2014 e 2018, com base nos números por este disponibilizados. Pretende-se com esta análise entender o fluxo e a evolução de visitação turística dos últimos cinco anos nestes recursos patrimoniais específicos, promovendo informação centrada nesta evolução concreta,

conhecimento e o interesse neste estudo através da evolução dos visitantes do município de Tomar na dinâmica de desenvolvimento patrimonial territorial.

1.3 Análise dos resultados

Apresenta-se, nesta etapa do trabalho, os resultados apurados e disponibilizados pelo Posto de Turismo da Câmara Municipal de Tomar no período 2014-2018. A cidade de Tomar localiza-se na sub-região do Médio Tejo (Mapa 1). Os seus habitantes designados “nabantinos” devido à proximidade com o Rio Nabão.

Mapa 1 – Localização do Médio Tejo



Com cerca de 40.677 habitantes, espalha-se por uma área de 351 km². O concelho é composto por 16 freguesias e está localizado no distrito de Santarém, na província do Ribatejo. As ruas e praças do centro de Tomar encontram-se organizadas seguindo um padrão de tabuleiro de xadrez. Espalhadas por toda a cidade há muitas casas interessantes com fachadas renascentistas, barrocas e românticas. (CM-Tomar, 2019a).

Fonte: Simões (2012, p. 9).

Foram selecionados seis locais de análise, conforme mapa 2: (1) Capela de Santa Iria; (2) Casa Memória Lopes-Graça; (3) Igreja de Santa Maria dos Olivais; (4) Museu dos Fósforos Aquiles da Mota Lima e, (5) Sinagoga de Tomar, sendo que o Posto de Turismo de Tomar (6) também é incluído nesta análise para percepção e enquadramento do número total de visitantes que recorrem a este tipo de serviço.

Mapa 2 – Localização dos recursos em análise



Fonte: Autor, em ambiente SIG (ArcGis) (2019).

No ano de 2015 realizou-se a quadrienal Festa dos Tabuleiros (imagem 1), caracterizada como um marco no fluxo e registo de operações turísticas. Esta Festa é considerada um

fenómeno atípico comparativamente à conjuntura global, visto que o impacto que ela gera é bastante acentuado. Esta Festa apresenta características excepcionais das tradicionais festividades em Honra do Divino Espírito Santo tanto na afetação de recursos humanos (todas as freguesias do concelho) como na tipologia, duração e quantidade de atividades que a compõem (na preparação e usufruto), embora tenha sofrido várias alterações desde o seu início no séc. XIII/XIV (CM-Tomar, 2019b).

Figura 1 - Festa dos Tabuleiros



Fonte: Medina (2003)

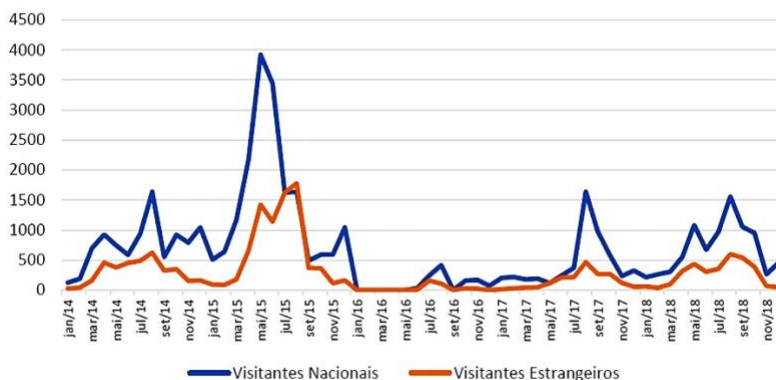
No ano referenciado a cidade recebeu cerca de 1 milhão de visitantes, provocando desta forma um aumento bastante

significativo das visitas nos meses imediatamente anteriores e posteriores, pelo que os dados apurados nestes anos irão sempre refletir o impacto deste evento que acontece a cada quadriênio na cidade de Tomar (Portugal), provocando o tal pico anómalo comparativamente com os outros anos.

É importante também ressaltar que apenas em quatro monumentos foi possível o acesso à nacionalidade do visitante. Por consequência, a análise dos dados será mais detalhada em alguns recursos patrimoniais, que em outros.

Iniciando esta análise quanto à evolução do número de visitantes na Capela de Santa Iria, apresenta-se as entradas de nacionais e internacionais em igual período (gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de Visitantes da Capela de Santa Iria, 2014-2018



Fonte: Autor (2019).

Verifica-se que, de maneira geral, as visitas dos nacionais à Capela de Santa Iria, foram sempre superiores a dos internacionais, com exceção no mês de maio de 2017 onde se verificaram 114 e 117 visitas, respetivamente. Verifica-se também que não existem dados entre janeiro e junho de 2016 e, excluindo o ano de 2015, que como já referido foi ano de Festa dos Tabuleiros, o maior pico deu-se com 1636 visitantes nacionais e 624 internacionais. O total de visitantes nestes quatro anos (2014-2018) foi de 24 602. Em seguida, pode observar-se mais detalhadamente, o movimento neste monumento apenas no ano de 2015 (gráfico 2).

Gráfico 2 – Número de Visitantes da Capela de Santa Iria em 2015



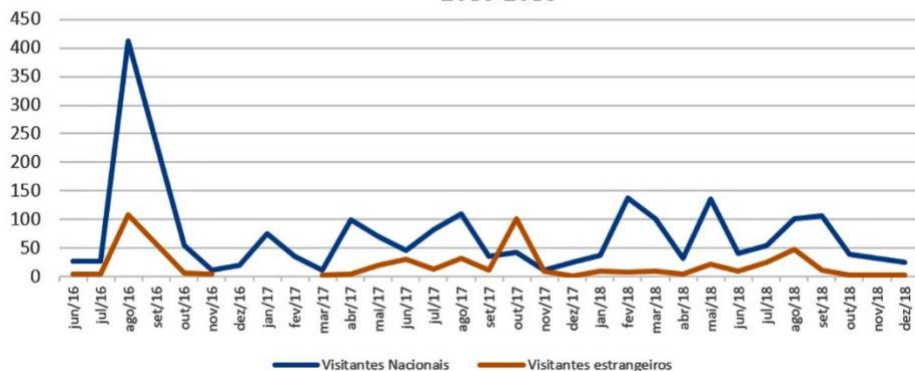
Fonte: Autor (2019).

A Casa-Memória Lopes-Graça, local onde nasceu o maestro e compositor Fernando Lopes-Graça, foi inaugurada a 13 de dezembro de 2008. Neste local podem ser encontrados, por exemplo, milhares de recortes de imprensa feitos por amigos de infância de Lopes-Graça e que os foram oferecendo à Biblioteca,

livros raríssimos, fotografias, gravações e outros documentos (GONÇALVES, 2017). Seis anos após ter sido inaugurada ao público, este local encerrou por questões de logística de recursos humanos, voltando a reabrir em meados de 2016.

Em 2017 sofreu uma reabilitação e encontra-se aberta para visitação novamente desde então. Por isso, os resultados entre julho de 2015 e maio de 2016 são omissos quanto ao número de visitantes embora possamos assistir a uma tímida, mas previsível linha de resultados.

Gráfico 3 - Número de Visitantes da Casa Memória Lopes-Graça, 2016-2018



Fonte: Autor (2019).

Não são conhecidos também os registos de visitantes internacionais entre o período de dezembro de 2016 e fevereiro de 2017 e os que existem, indicam que à exceção do mês de outubro de 2017 estes terão sido sempre menores que os

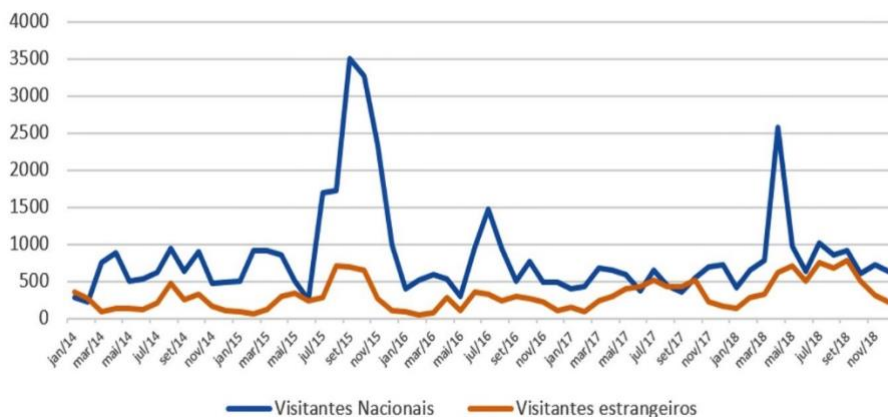
visitantes nacionais. Sobre os quais se destacam cinco no mês de janeiro de 2014, e 11 no mês de novembro de 2016. Relativamente aos registos máximos, observamos 407 visitas no mês de abril de 2015 (que mais uma vez prevê-se que tenham sido influenciados pela proximidade à Festa dos Tabuleiros) e, 412 visitas no mês de agosto de 2016.

No que diz respeito aos visitantes internacionais, o mínimo registado pertence ao mês de dezembro de 2017 e o máximo ao mês de agosto de 2016.

A Igreja de Santa Maria dos Olivais foi construída “no século XII, foi a sede da Ordem dos Templários no país, tendo servido como panteão dos mestres da Ordem. Diante da extinção da Ordem, esta igreja tornou-se a cabeça da Ordem de Cristo, tornando-se na matriz de todas as igrejas do Império Português, com honras de Sé Catedral. Classificada como Monumento Nacional desde 1910, é um dos exemplares mais emblemáticos da arte gótica em Portugal tendo servido de modelo às igrejas de três naves construídas até ao período manuelino” (OLIVAIS, 2019a).

As visitas a este monumento registaram uma afluência total de 68 349 em quatro anos (gráfico 4).

Gráfico 4 - Número de visitantes da Igreja de Santa Maria dos Olivais, 2014-2018



Fonte: Autor (2019).

Os meses menos favoráveis a nível de afluência foram o fevereiro de 2014 (227 visitantes) relativamente aos nacionais e o mês homólogo de 2016 para os internacionais. Quanto ao mês com o maior valor registado, verificou-se que no caso dos nacionais foi o mês de setembro de 2015 com 3508 visitantes e, o mês de setembro de 2018 com 779 visitantes internacionais.

O registo de visitantes nacionais superou sempre o de visitantes internacionais, à exceção de quatro meses, nomeadamente, janeiro e fevereiro de 2014 com mais 71 e 31 visitantes respetivamente e, junho e setembro de 2017 com mais 54 e 79 visitantes, respetivamente. Este último, terá sido a maior diferença registada entre visitantes nacionais e internacionais.

Lima, reconhecido cidadão Tomarense, que se destacou em atividades culturais de grande mérito. Esta coleção, viu o seu início na viagem de navio que Aquiles de Mota Lima realizou para Londres, onde iria assistir à coroação da Rainha Isabel II e onde travou conhecimento com uma colecionadora americana de caixas de fósforos. Desde essa altura, foi um multiplicar de caixas que atualmente rondam as 43 mil, representando 122 países, quadros de pintores famosos, instrumentos musicais, filmes, vedetas, joias e pedras preciosas, mitos e lendas. Portugal como não poderia deixar de ser também se encontra representado desde os primeiros "amorfo". Atualmente esta vasta coleção é pertença da Câmara Municipal de Tomar, uma vez que em 1980, foi doada pelo colecionador e instalada no Convento de São Francisco” (Olivais, 2019b).

O número total de visitas a este museu é de 69 906 que se dividem em 54 377 nacionais e 15 529 internacionais. A menor diferença entre a origem destes dois visitantes verificou-se em janeiro de 2014. Verifica-se a distribuição dos visitantes no período compreendido entre 2014 e 2018 (gráfico 5).

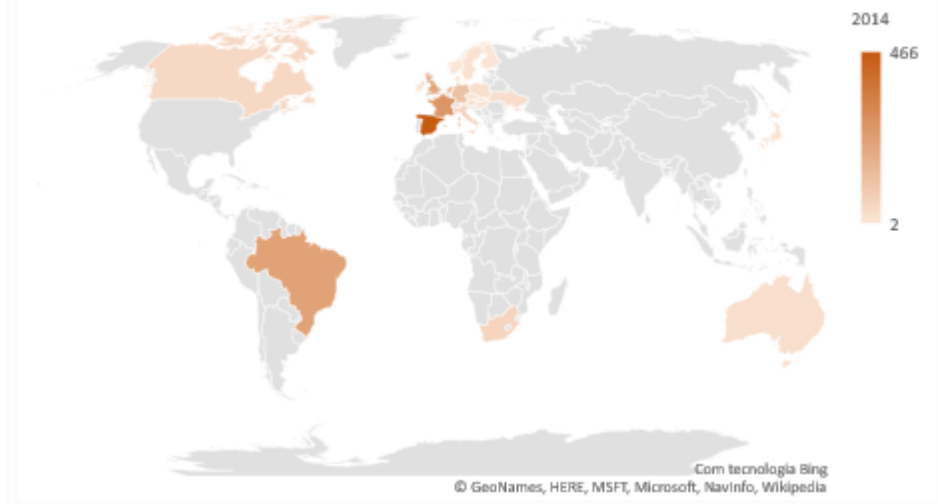
Gráfico 5 - Número de visitantes do Museu dos fósforos, 2014-2018



Fonte: Autor (2019).

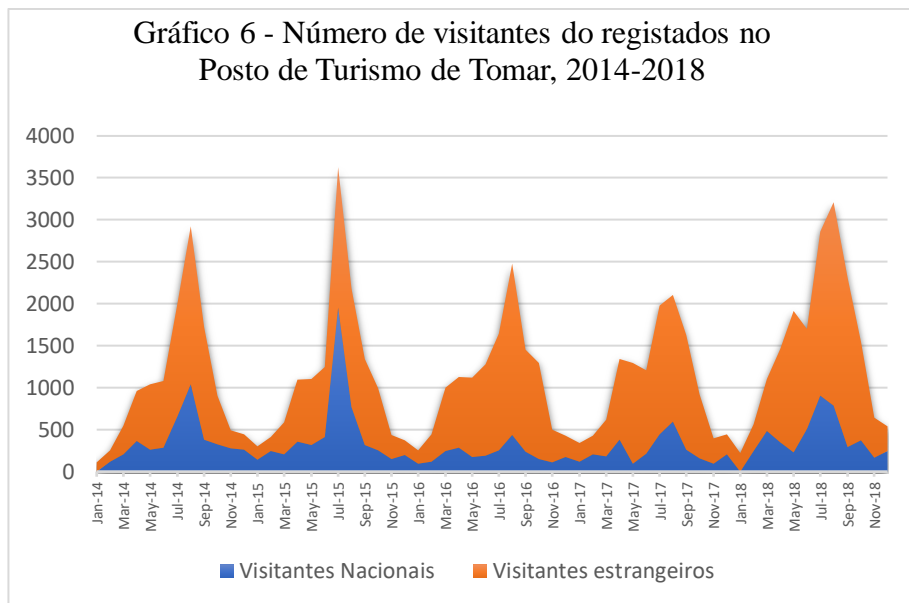
A origem dos visitantes internacionais foi maioritariamente francesa com 2347 visitantes, seguindo-se as nacionalidades brasileira com 2104, a espanhola com 1625 e a holandesa com 1421. Para uma melhor percepção destes dados, apresenta-se a distribuição espacial sobre as nacionalidades estrangeiras a este museu (mapa 4).

Mapa 4 - Distribuição geográfica da origem dos visitantes estrangeiros do Museu dos Fósforos, 2014-2018



Fonte: Autor (2019).

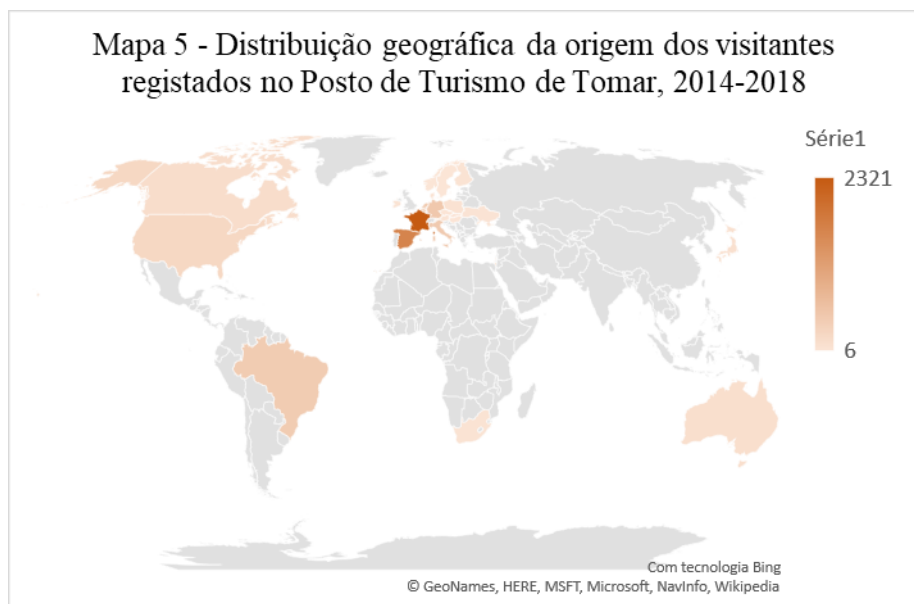
No Posto de Turismo de Tomar verifica-se (como seria espectável), uma situação inversa aos restantes locais apresentados neste documento, no que respeita à nacionalidade dos visitantes, verificando-se a predominância, neste caso, dos visitantes internacionais (gráfico 6).



Fonte: Autor (2019).

Cerca de 70 205 visitantes passaram pelo Posto de Turismo de Tomar entre janeiro de 2014 e dezembro de 2018. Desse total, 44 000 visitantes eram internacionais e os mais representativos foram os franceses com 14 058 registos, seguidos dos espanhóis com 5978 e, os holandeses com 2836.

O mês com registo mais baixo de visitantes nacionais terá sido janeiro de 2014 com 92, seguindo-se janeiro de 2015 e janeiro de 2016 ambos com 93, maio e novembro de 2017 com 98 e 95 registos respetivamente. Ainda relativamente aos visitantes nacionais, estes só ultrapassaram os internacionais neste Posto, em quatro meses: outubro 2014 (54), dezembro de 2014 (77), fevereiro de 2015 (71) e dezembro de 2015 (24). O registo de maior destaque de visitantes internacionais deu-se em agosto de 2018 com 2426 visitas ao Posto e o mais baixo foi o mês de janeiro de 2014, com 107 visitas.



Fonte: Autor (2019).

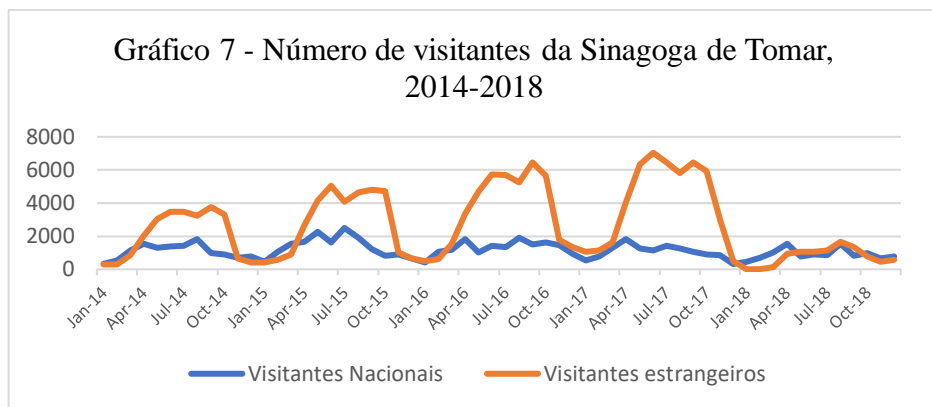
Verifica-se relativamente à distribuição geográfica da origem dos visitantes (mapa 5), esta reparte-se por países como a África do Sul, Alemanha, Argentina, Áustria, Austrália, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, China, Chipre, Croácia, Cuba, Dinamarca, Escócia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Estados Unidos da América, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Polónia, Reino Unido, República Checa, Roménia, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia e Venezuela:

A Sinagoga de Tomar é o único templo hebraico proto renasença existente no nosso país. A planta quadrangular e a cobertura abobadada assente em colunas e mísulas incrustadas nas paredes denotam influências orientais. Foi construída no séc. XV e encerrada em 1496, aquando da expulsão dos Judeus de Portugal, após o que foi convertida em prisão; no séc. XVII é referenciada como Ermida de S. Bartolomeu e no séc. XIX foi utilizada como palheiro, celeiro, armazém de mercearias e arrecadação. Só o ano de 1921 lhe devolveria a possibilidade de reaver a dignidade perdida, quando foi classificada como Monumento Nacional. Samuel Schwarz judeu polaco e investigador da cultura hebraica, salvou-a do estado caótico em que se encontrava, adquirindo-a em 1923 e doando-a, em 1939, ao Estado Português para o Museu Luso-Hebraico de Abraão Zacuto. Escavações de 1985 mostraram estruturas de aquecimento de águas e talhas, comprovando a existência de sala para banhos purificadores. Na Idade Média, como outros comerciantes, também os Judeus percorriam o país, onde as suas passagens por Tomar não passariam despercebidas ao Infante D. Henrique, que estimulou a sua fixação na Rua da Judiaria. A referência mais

recuada no tempo a esta comunidade data de 1315, sendo indesmentível o seu contributo para o crescimento de Tomar nos séculos XIV, XV e XVI (CM -TOMAR, 2019b).

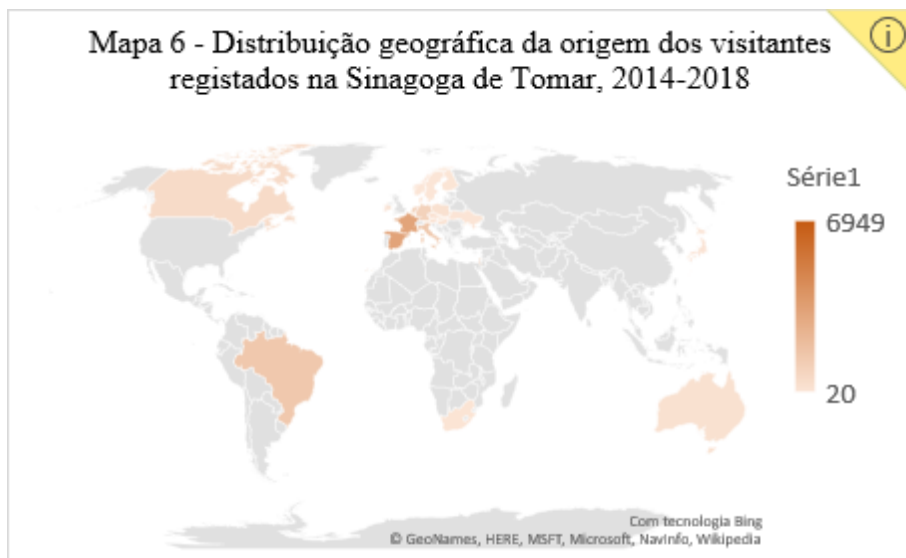
A Sinagoga de Tomar registou 228 182 visitantes entre 2014 e 2018. O mês com mais registos de visitantes nacionais foi julho de 2015 com 2498, provavelmente, a Festa dos Tabuleiros contribuiu para este resultado.

Não contando com os restantes meses de 2015, os melhores que se seguiram foram agosto de 2016 com 1898, agosto de 2014 com 1836 e, abril de 2016 com 1807. Os mais baixos registos foram os meses de dezembro de 2017 com 319, janeiro de 2014 com 337 visitantes e, janeiro de 2016 com 418 (gráfico 7).



Fonte: Autor (2019).

Quanto aos visitantes internacionais, estes representam 159 597 do total verificado entre 2014 e 2018 (mapa 6).



Fonte: Autor (2019).

A nacionalidade mais representativa foi a israelita com 56 720 em oposição à Russa que apenas registou 26 visitantes. Depois de Israel, França foi o país que mais visitantes remeteu para a visita à Sinagoga, seguindo-se Espanha, com 13 714 e a os norte-americanos com 10 390.

1.4 Considerações finais

O acentuado número de visitantes nos recursos patrimoniais da cidade de Tomar, sinalizam a importância que o património cultural tem no território do município. Os diversos

locais possibilitam ao visitante, seja nacional ou internacional, uma diversidade de opções que dinamizam a experiência no município.

Dos diversos monumentos apresentados, a Sinagoga, aponta nos gráficos como uma das que recebeu maior número de visitas, o que indica uma crescente procura de visitantes interessados na cultura judaica. Uma tipologia turística que pode vir a ser mais explorada na região, ou na localidade.

Diante disto, nota-se a importância que o património histórico e cultural tem tanto na diferenciação territorial, nomeadamente, a concorrência entre o desenvolvimento patrimonial dos territórios, como na melhoria da experiência do turismo cultural na cidade.

Através desta análise ficam duas considerações diretas acerca da cidade de Tomar: a primeira é que os padrões típicos do turismo se verificam, nomeadamente na variação das deslocações turísticas ao longo do ano que cria flutuações entre épocas, e portanto, épocas altas e baixas, que não traduzem características atípicas, indicando assim a existência de potencial e margem de exploração para atrair mais visitantes; a segunda, prende-se com o número de turistas registado que, para a dimensão do território e comparativamente com outros destinos com características idênticas é bastante representativo.

Desta forma, o património está interligado ao desenvolvimento local, porque este implica a valorização de recursos endógenos. É, assim, importante referir o papel fundamental do Estado no desenvolvimento local sustentável, enquanto mediador de interesses públicos e privados que se complementam entre si. Estas características são fundamentais para a criação de riqueza na medida em que refletem características únicas e por sua vez, produtos turísticos distintos. Será nesta linha que a transformação dos recursos deverá acontecer, qualificando os mesmos enquanto atrativos e, potenciando assim, a sua capacidade de atração, que juntamente com a fusão de determinados recursos, nomeadamente pacotes de experiências, animação, entretenimento, etc. irão aumentar a capacidade de retenção.

Por fim, destaca-se a Festa dos Tabuleiros como expoente máximo das festividades da cidade, e como este fenómeno exemplar de união da comunidade, solidariedade e fraternidade, atraem a cada quatro anos, cerca de 1 milhão de visitantes ao longo de quatro dias, a uma cidade com pouco mais de 18 mil residentes.

Como conclusão global, refira-se a importância do planeamento do turismo enquanto ferramenta estruturante da política de desenvolvimento territorial através dos recursos patrimoniais. No contexto das dinâmicas territoriais o património

natural e cultural é cada vez mais importante nas estratégias de (re) qualificação territorial no que toca à criação e desenvolvimento de novos produtos turísticos para uma oferta que se pretende cada vez mais diferenciada.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, M. Turismo y cultura: relaciones, contradicciones y expectativas. Asociación Canaria de Antropología y Pasos. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Colección PASOS edita, n. 1, 2007.

BARRANHA, H. (org.). **Património cultural**: conceitos e critérios fundamentais. Lisboa, 2016. Conferência Internacional sobre Conservação. Disponível em: <https://tinyurl.com/kfy9rv8>. Acesso em 15 set. 2019.

CALONGE REÍLLO, F. Otras formas de turismo patrimonial: El caso de las ex haciendas de Xalapa. **Andamios**, v. 8, n. 16, p. 261-286, 2011.

CM - Tomar. **Caracterização do Município**, 2019a. Disponível em: <http://www.cm-tomar.pt/index.php/pt/municipio/concelho/caracterizacao>. Acesso em: 15 set. 2019.

CM - Tomar. **Sinagoga**, 2019b. Disponível em: <http://www.cm-tomar.pt/index.php/pt/sinagoga>. Acesso em: 15 set. 2019.

CHOAY, F. **L'Allégorie du Patrimoine**. Paris: Editions du Seuil, 1992.

DE LA CALLE VAQUERO, M. Las ciudades históricas españolas como destinos turísticos: Patrimonio cultural y sistema de acogida local. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, v. 9, n. 36, p. 116-123, 2001.

FERNANDES, R. J. L.; GAMA, R. J. **Do Digital ao Inteligente**: Os Territórios do Conhecimento como Estratégias de

Desenvolvimento e/ou de Marketing Territorial. Coimbra: CEG, 2006. Cadernos de Geografia nº24/25 (2005/2006).

GONÇALVES, E. R. **Tomar: Casa Memória Lopes Graça vai ser dinamizada pela Associação Canto Firme**. 2017. Disponível em: <http://www.mediotejo.net/tomar-casa-memoria-lopes-graca-vai-ser-dinamizada-pela-associação-canto-firme/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

HENRIQUES, C. **Turismo, Cidade e Cultura**: planeamento e gestão sustentável. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

LANÇA, I. S. Inovação, produtividade, emprego e competitividade. In: RODRIGUES, M. J.; NEVES, A.; GODINHO, M. M. (Eds.). **Para uma política de inovação em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p. 161-178.

LEITÃO, J.; FERREIRA, J. M.; AZEVEDO, S. G. **Dimensões Competitivas de Portugal**: Contributos dos Territórios, Sectores, Empresas e Logística. Lisboa: Centro Atlântico, 2008.

LOPES, E. R. *et al.* Cultural Tourism and Sustainable Development. **Journal of Tourism Research**, v. 19, p. 26-35, jun. 2018.

MEDINA, D. Cortejo Principal na Alameda Um de Março. In FESTATABULEIROS1.jpg (Ed.), *jpg* (pp. Festa dos Tabuleiros 2003, Cortejo Principal, Alameda Um De Março, Tomar), 2003.

MOONEY, A. Core competence, distinctive competence, and competitive advantage: What is the difference? **Journal of education for business**, v. 83, n. 2, p. 110-115, 2007.

OLIVAIS, J. F. d. S. J. B. e. S. M. d. **Igreja de Santa Maria dos Olivais**. Património, 2019a. Disponível em: <http://www.freg-sjoaosmaria->

tomar.pt/Freguesia/Patrimonio/IgrejaStaMariaOlivais. Acesso em: 15 set. 2019.

OLIVAIS, J. F. d. S. J. B. e. S. M. d. **Museu dos Fósforos**, 2019b. Disponível em: <http://www.freg-sjoaosmaria-tomar.pt/Freguesia/Patrimonio/museudosfosforos>. Acesso em: 15 set. 2019.

PADDISON, R. City marketing, image reconstruction and urban regeneration. **Urban studies**, v. 30, n. 2, p. 339-349, 1993.

PERALTA, E.; ANICO, M. (orgs.) **Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras: Celta, 2006.

POON, A. **Tourism, Technology, and Competitive Strategies**. Harmondsworth, UK: CAB International, 1993.

PRATS, L. La viabilidad turística del patrimonio. **Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural**, v. 9, n. 2, p. 249-264, 2011.

SIMÕES, J. P. T. **O Touring como contributo para o desenvolvimento do destino Médio Tejo**. 108 f. Projeto de Mestrado. Instituto Politécnico de Tomar, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5737>. Acesso em: 15 ago. 2019.

TRONCOSO, C. A.; ALMIRÓN, A. V. Turismo y patrimonio. Hacia una relectura de sus relaciones. **Aportes y transferencias**, v. 1, n. 9, p. 56-74, 2005.

VINUESA, M. Á. T.; TORRALBA, L. T. Patrimonio y turismo: reflexión teórico conceptual y una propuesta metodológica integradora aplicada al municipio de Carmona (Sevilla, España). **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 20, n. 543, p. 1-45, 2016.

2 O PASSADO É UMA ILUSÃO

Michel Constantino Figueira ⁴

O fim das pretensões progressistas da modernidade é celebrado com copos vazios, olhando-se para trás, com os olhos lacrimosos. Uma mirada política, discursiva, social, emocional, material e científica direcionada para significantes fictícios de segurança física e mental de ordem identitário-comunitária-memorial. O passado vislumbra-se, no imaginário atual, como a ilha da fantasia do naufrágio civilizatório, no mar da inquietude das relações humanas, no presente, onde o futuro se dispõe no horizonte como um céu cinza-escuro, carregado de raios e trovões, de uma tempestade iminente. Composto de areia movediça, o passado se dispõe como a terra firme ilusória desses navegantes sem rumo, dos naufragos do barco do progresso.

Mas o que o passado representa? Do que se constitui, enquanto matéria escura que analisamos, criticamente, sob a luz da interpretação científico-subjetiva? Como explicar a convicção presente de que o outrora, o ontem, o estado anterior, representa o que há de mais excepcional, segundo a lógica emocional contemporânea, para a significação plena e perfeita da experiência civilizatória?

⁴ Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural. Professor da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Email: michelhotelariaufpel@hotmail.com

O Sociólogo Zigmunt Bauman, em seu último livro (RETROTOPIA, de 2017), explicitou que estamos sob uma névoa fantasiosa de uma nostalgia compartilhada, uma “doença incurável” que substituiu o sonho futurista pela magia do deslocamento mental para o ontem – eu já fui melhor; nada é como antigamente; era, assim, bem melhor do que hoje –; um ontem que funciona como uma comunidade protetora, independentemente de suas amarras tradicionais e protecionistas, cheia de regramentos e deficiências estruturais; como um contraponto ao desespero de uma vida mecanizada e acelerada, de relações fragmentadas, de ausência de significado individual na relação com os outros; de liquidez social e, sobremaneira, de carência de afetividade humana, familiar e comunitária, onde o passado confunde imaginação e sonho com realidade, com desprezo ao presente e ao futuro, no reinado de uma percepção crítico-discursiva que se tornou “dominante tanto nas ciências sociais quanto entre as opiniões populares” (BAUMAN, 2017, p. 14).

Neste amor pelo território distante do outrora, nesta retrotopia antagônica a utopia modernista-progressista, as visões e expedições humano-emocionais se deslocam para trás e buscam cravar uma estaca no solo infértil, no terreno irregular de uma memória movediça, “em vez de se ligarem a um futuro” que ainda nascerá (BAUMAN, 2017, p. 10).

O fato é que a modernidade impressa no presente e na idealização tecnicada e libertadora do futuro, paradoxalmente, forjou e amplificou uma derradeira dependência às tradições e aos núcleos comunitários repletos de subjugações, restrições e angústias que, teoricamente, só teriam sido minimizados e apagados no deslocamento crítico-material e político-moral-intelectual que estava no seio idealizado da própria modernidade e sua alusão ao progresso. Contraditório? Inevitável, na medida em que a ruptura moderna com o passado – visto aos olhos da inovação humana, a partir das revoluções industriais e informacionais como a representação do atraso, da fome, do conformismo, do ostracismo, da guerra e do nacionalismo – fez gerar outras dores e dilemas sociais, físicos e, agora, desmedidamente, emocionais, nascidos da neurose da competitividade e da dependência à tecnologia e à homogeneidade material da globalização e do desenvolvimento urbano, incluindo os excessos do liberalismo econômico, dos julgamentos de mercado, do desejo por independência crítico-estrutural, da inevitabilidade do individualismo e dos autodestrutivos comportamentos no campo virtual, onde curtidas e compartilhamentos de imagens, ideias e informações regem o estatuto emocional das relações contemporâneas para além das fronteiras geopolíticas e culturais.

Os dilemas só mudaram de nuance e morfologia, escapando do físico (mais, notavelmente, presente no passado antidemocrático de mortalidade infantil, precariedade sanitária, guerras, trabalho excessivo, carência de estruturas médicas, educacionais, de lazer e culturais), para o emocional (mais, notavelmente, presentes no presente de neuroses, stress e baixa autoestima, independentemente dos resultantes progressistas impressos na formação educacional, na democracia, na longevidade, na qualidade de vida, no prestígio ao lazer) o que, conseqüentemente, também afetou o físico (doenças crônicas como diabetes, hipertensão, obesidade, dentre outras) em um círculo metadestrutivo combatido com muita psicoterapia, exercícios físicos e incentivo a alimentação saudável: os novos desafios à sempre necessária resiliência humana.

No passado, usavam-se as ervas para curar as feridas físicas. No presente usam-se os comprimidos para curar as feridas emocionais e as feridas físicas que advêm das emocionais. No homem, tudo tem que ser sarado em sua constante insatisfação e resiliência existencial. Essa insatisfação atinge o seu ápice no dialético aprisionamento libertador do separatismo comunitário, nuclear e tribal, diante da confusão entre independência total e necessidade de pertencimento moral-cultural-emocional. Por isso, no presente desfruta-se da liberdade, da longevidade e da democracia, mas com base em muita terapia e administração de

medicamentos para o sono, para a constipação e para a ansiedade, em virtude de divórcios, isolacionismo, individualismo, competitividade, desenvolvimento pessoal e carência de grupo. Nessa lógica, no adentrar da modernidade, como símbolo de futuro, o que antes era puro entusiasmo progressista e liberal, hoje é necessidade-esperança em busca do regresso a um útero comunitário, espiritual, emocional e tribal, sem abdicar de uma independência progressivamente conquistada:

À medida que os velhos medos caíam aos poucos no esquecimento, e os novos medos ganhavam em volume e intensidade, promoção e degradação, progresso e retrocesso trocaram de lugar. Isso incitou os pêndulos do humor e da mentalidade públicos a dar a guinada de 180 graus: em lugar de investir as esperanças públicas em um futuro incerto (BAUMAN, 2017, p. 11-12).

Sendo o presente, dialético e complexo, o verdadeiro ponto material convergente das distintas centralidades do tempo ideológico, pode-se pensar no futuro e, particularmente no passado, como fenômenos típicos da modernidade. O passado e o futuro são hologramas modernos. O futuro um holograma inevitável e moldável. O passado um fenômeno intocável, (i) materialmente imaginado e emocionalmente pavimentado como uma estrada de esperança para peregrinos que, iludidos sobre uma ponte pênsil discursiva, insistem na ficção da manipulação viva e real do tempo, sobre o território da atualidade, por meio de

práticas, discursos e experiências política e economicamente dominados pelas indústrias patrimonial, turística e cultural. Contudo, partilhar de um “modo de vida antes praticado” é uma “impossibilidade absoluta” (BAUMAN, 2017, p. 14). O passado torna-se, assim, uma miragem no deserto emocional da modernidade, uma retórica para os iludidos pela ampulheta do progresso e um produto da imaginação para o consumo fictício do tempo. O passado é uma ilusão.

No seio da era da nostalgia, o produto-passado representa-se como uma cenografia perfeita de uma ilusão de acesso ao ontem, conduzida por um imaginário fictício, ideológico e subjetivo que orienta estudos, políticas e ações em torno da memória, além de práticas, programas, projetos e serviços de experiências com o tempo, incluindo utilitários industrializados e justificativas emocionais para explicar tanto um comportamento e um estilo de vida, quanto a ausência de crença no presente e no futuro. Qual seja, o passado é uma tecnologia política de governos, uma estratégia de mercado, um objeto de cunho científico, um recurso de status e um ansiolítico antidepressivo. Enfim, nesta era da memória, o passado é concebido como uma panaceia ideológica, virtualmente necessária, para minimizar as dores do presente e o temor do futuro, envolto de uma aura religiosa, pseudo-racionalista, nacionalista e identitária, onde a carência por revoluções culturais fez (res) surgir, com profunda veemência, um

movimento global excessivo de fascínio pelos tempos idos, o que representa um deleite para os agentes mercadológicos, governamentais e científicos que organizam a economia e a sociedade e orientam e formatam o pensamento crítico-cognitivo.

Todavia, o passado é uma invenção, uma produção imaginária construída e reconstruída, permanentemente, no presente. Não possui nada de genuíno, nem estética pré (definida), já que o passado nunca esteve no passado, está, aqui e agora, como um produto da subjetividade analítico-individual e/ou da objetividade coletiva, socialmente legitimada, quando, neste último caso for justificar atos de resistência cultural, de combate à opressão, de articulação comunitária, de nacionalismo e quaisquer outras formas de legitimação de grupo. O passado é, assim, e então, uma ficção crítica, criativa, enevoadada e exageradamente vangloriada da memória que o reconstrói incessantemente como uma fênix estratégico-emocional das cinzas dos atos heroicos que insistem na diminuição do valor do novo, que insistem em decretar o fim dos tempos, que insistem em pôr o passado acima dos outros tempos.

Os suportes de memória, científica, social e materialmente chancelados de significados pelos investigadores, expertises, cientistas humano-sociais, curadores de acervos, indivíduos e grupos, incluindo os símbolos e signos impressos e destacados neles e as memórias emergidas dos discursos de narradores dos

tempos idos não representam, oficialmente, a existência concreta de um passado pronto, real e objetivado. A definição de um suporte e as informações de memória traduzidas, transcritas e chanceladas, em sua excepcionalidade morfológica e linguagem temporal, são frutos da árvore interpretativa, do estado cognitivo da arte, do imaginário mnemônico individual (com apoio coletivo) e do resultante teórico da subjetividade crítica que, expostos na atualidade (de contextualização de espaço-tempo), são acrescidos de novos significados, simbolismos, determinantes complexos e condicionantes emocionais que os preenchem de estética, de paisagens de imagens vultosas ou espetaculares, de explicações conceituais e fascínios iconográficos que reconstituem o passado, ideologicamente, como a (i) matéria autêntica da definição civilizatória, considerando, principalmente, que esses elementos possam moldar e definir, no campo atual, o pensamento político, os determinantes econômicos, a nobreza do estado criativo, o prestígio funcional da ciência, o valor das conjunturas sociais, o acesso exclusivo ao espírito tribal e a permanência vitoriosa das ideologias culturais.

O passado é o nome fantasia do empreendimento maior das ilusões modernas reveladas das necessidades e desejos do homem presente em expressar o seu descontentamento em torno desse mesmo presente e de sua desconfiança no futuro. Nesse empreendedorismo, de reinado fictício, os empreendedores

refutam em inovar as perspectivas intelectual-criativas e oxigenar as concepções teórico-críticas de ordem humano-social, refutam os sonhos de progresso, desenvolvimento e razão, refutam a aceitação das novas formas artísticas e humanísticas e refutam, massivamente, o valor das novidades tecnológicas, (in) conscientemente, mendigando por revolucionárias e significativas transformações políticas, sociais, culturais, científicas e criativas, mas sem colaborar com o advento destas. Neste culto ao antigo, os fiéis ao passado desenham, permanentemente em sua paisagem sensorial, uma exasperada e excessiva pretensão revitalizante que, ilusoriamente, só pode emanar das luzes divinas dos grandes acontecimentos, das grandes manifestações culturais e dos grandes personagens desse passado, mergulhando em sonhos e imaginários traduzidos pelas produções modernas como reais, mas desconsiderando os progressos adquiridos, a inevitabilidade do novo e a esperança no futuro.

Por se tratar de uma ideologia emocional e material do presente, de fato, o passado não existe. O passado é uma ilusão. Seu acesso e descrição pormenorizada são irregulares, fantasiosos e subjetivos e suas formas, traços, vultos e materialidade são apresentados, valorizados e representados a partir dos resultantes da mescla entre rememoração individual (facilitada pela rememoração dos outros e pela intervenção de

especialistas) e valorização estético-emocional (explícita ou despertada; individual ou coletiva) dos suportes de memória tais como a fotografia, as pinturas de grandes artistas, os documentos históricos, os monumentos e os conjuntos urbanos de séculos passados, os cadernos de receitas, as fórmulas, mapas e manuscritos antigos, os rolos originais dos primeiros filmes de Charlie Chaplin e as cartas guardadas em uma caixa, na gaveta de uma velha penteadeira.

O turismo, a fotografia, a escultura, a pintura, a expografia, o gravador digital, a arqueologia, as câmaras de vídeo, as pinturas rupestres, a indústria patrimonial e as reservas cerebrais (nossas e dos outros) atuam juntos e/ou separados para evitar o desaparecimento da imagem do ontem, o desaparecimento da memória, o fim do passado. Por isso que o fascínio pelo passado gera uma resistência moderna à lógica do esquecimento, materializando ideias, projetos, produções tradicionais, estudos científicos e ideologias nacionalistas de modo a satisfazer a sede pelos heróis, pelos grandes acontecimentos, pelas grandes revoluções, pelos líderes culturais. Para os que o produzem, inventam, idealizam e o descrevem, o excessivo prestígio dado ao passado é a estratégia político-social-econômica de congregação universal de adeptos da ruptura com o progresso e com o futuro, pois no passado encontra-se a promessa e a permissibilidade de obtenção de equilíbrio emocional, de conforto existencial e, quiçá,

de desenvolvimento socioeconômico a partir de uma nutrição sentimental viciante para as massas de desesperados que marcham para trás, incluindo, obviamente, a concretização de oportunidades pessoais/profissionais para aqueles que trabalham, direta e indiretamente, com as infindáveis possibilidades de uso material, experiencial e sensorial do passado.

Ressaltando, a descrição do ontem, que se molda, se apresenta, se publica, se defende e se debate, não tem nada de um *real definitivo* e nada mais representa do que uma (ir) realidade líquida para tentar explicar o próprio passado (e o presente), por meio de uma constante reconstrução crítico-subjetiva e material dos tempos idos, permitindo aos narradores, pesquisadores, comunidades, políticos, empreendedores, indivíduos do tempo-espaço atual, a confirmação do passado como um ato, um fato, um acontecimento real, mas que não pode ser tocado, sentido, manipulado sem que se desconsidere a sua alusão a um selo de magia, de cosmogonia, de divindade, com base em pura interpretação pessoal e em pura subjetividade para vangloriar um sonho comunitário, para resolver uma necessidade afetiva, para prestigiar, por meio de regras práticas e regulamentos técnicos, uma excepcionalidade estética, para legitimar um reconhecimento identitário e um sentido de pertencimento tribal, para publicar uma ideia, para atrair os olhares e estimular os sentidos, gerando um

sono confortável que só o passado pode proporcionar àqueles que vivem os pesadelos da vida moderna e àqueles que se deleitam nas possibilidades nutritivas do ontem.

Por isso, por ser sonho, não importa quantas vezes se olha para o passado, tudo o que se vê é uma sombra imaginária, irregular e interpretativa do tempo, uma forma bela ou caótica e um mapa descontínuo da memória enevoada e fictícia. Esse mapa é constituído de um rico acervo de expressões e impressões sensoriais para os amantes inveterados dessa memória em sua resistência ao reconhecimento e aceitação do novo, em seu deleite emocional pelo ontem, na sua tentativa de elucidar concretamente os fatos, sob a luz de ideologias crítico-políticas, onde busca-se retratar e significar a verdadeira beleza da arte e do humanismo a partir da ressuscitação dos mortos e da exaltação dos acontecimentos julgados como notáveis na formação da humanidade. Isto, porque, os mortos, os personagens e os acontecimentos memoráveis (memoráveis por serem, assim, dignos, segundo a lógica político-crítica, de serem constantemente rememorados e celebrados) só morrem e desaparecem, de verdade, quando ninguém (nem nada) se lembra ou nos faz lembrar deles.

2.1 O fascínio pelo passado e a ideologia do tempo

O passado é uma representação ambivalente, na medida em que carrega uma imagem de fatos e experiências tanto positivos, quanto negativos, permanentemente ressaltados nos discursos “de um incoercível fascínio pela memória” (HUYSSSEN, 2000, p. 76). Esse fascínio *mnemaníaco* por tudo que seja antigo, pelos personagens e deuses carimbados da história e pela humanidade de outrora, remonta, redundantemente, aos tempos mais remotos, cujos protagonistas também exaltavam seus tempos mais remotos, gerando, permanentemente, uma infinita reprodução moral, intelectual, emocional, comportamental e de valor estético de coisas antigas em contextualizações presentes na natureza cultural do próprio passado.

O homem que pensa sempre recortou o tempo em lógicas singulares que se compõem como peças em um quebra-cabeça elucidativo do existencialismo: passado, presente e futuro dividem-se no campo da interpretação e da ação humana sobre o espaço geográfico, particularmente considerando as produções humanas e a configuração da paisagem, elementos subjetiva e objetivamente construídos no domínio da natureza através da formação de redes cognitivas, sociais e culturais. O homem olha para o mesmo foco e num piscar de olhos, a imagem desse foco se transforma, deixando um rastro de memórias, um universo

interminável de interpretações, um campo infinito de imaginários sobre a ilusão do tempo. Ter um passado, um presente e um futuro é um recurso para o homem construir um muro crítico que o separa, através da cultura, da natureza que o forjou. Olhar, buscar, amar, depender, lutar pelo passado é marcar uma identidade existencialista e dar-se um selo diferenciado de ordem civilizatória: ter uma cultura, ter uma história, ter uma memória.

Por isso, o homem sempre foi fascinado pelo passado e dependente de sua simbologia imaginária. O passado representa o apogeu e a glória, mas também representa a dor, as agruras e as dificuldades que não podem ser olvidadas, mas podem ser ressaltadas e justificadas como elementos meritocráticos e autoafirmativos: saudosismo, nostalgia, veneração, rememoração, romantismo, emoção e sentimentalismo são símbolos que projetam o passado como a representação fundamental da humanidade em uma metamemória biológico-cultural de autodefesa afirmativa diante das transformações do tempo-espaço.

Notáveis e destacados, exaltados e reproduzidos, os momentos imaginados da memória amplificam e legitimam a simbologia dessa dependência do homem ao passado, congregando fieis devotos da irmandade do tempo para o templo sagrado de adoração de tudo que espelhe um selo de antigo, de tudo que simbolize uma sacralização dos tempos idos: o advento

do Cristianismo, por exemplo, como um constante rito de exaltação do filho de Deus e a indústria da memória religiosa que se projetou no ocidente em uma constante e permanentemente reatualizada proclamação da segurança diante da morte e de redenção dos pecados cometidos; o advento do Renascimento e da exaltação das artes da antiguidade, então ressignificadas na liberdade do pensamento criativo, onde o homem toca o dedo de Deus em sua permissiva liberdade estética para comparar a arte às obras divinas; e, não diferentemente, no celibato dos modernos amantes autoproclamados do ontem que exaltam seu desejo constante e sua devoção ferrenha por tudo que explicita um conceito memorial, cancelando qualquer permissibilidade de uma troca de fluídos com a beleza do presente ou de um flerte animado com o futuro.

Nessa lógica, a observância desse fascínio humano pelo passado (como algum traço presente no DNA), faz subentender que o culto ao mesmo não frutificou somente da desilusão pela modernidade. A modernidade apenas amplificou, política, científica e industrialmente, a ansiedade do tempo já presente no genoma de todo ser humano: a curiosidade pelos acontecimentos e civilizações desconhecidos, o fascínio pelos heróis, pelos pioneiros, pelos grandes músicos, pelos grandes escritores e filósofos, pelos artistas fenomenais, pelas guerras e conquistas e pelos espíritos antigos, mitos imaginados que fundaram as bases

da diversidade material, filosófica e comportamental do homem do presente.

A modernidade só atentou para um rompimento definitivo com o passado em um lapso momentâneo de proclamação tecnológica e entusiasmo progressista, de produção e consumo, do excesso de informação, mas sem decretar o fim da história e sem decretar o fim do passado, pois o passado é como um vírus escondido, um traço genético, uma fênix que renasce das cinzas do fogo da insatisfação e do desespero de sobreviver por raízes, como um espírito do tempo que insiste em puxar os pés dos que se sentem insignificantes, inutilizados, marginalizados e impotentes diante do presente e tementes do futuro, tais como patinadores do gelo fino e quebradiço de uma atualidade marcada por avanços inimagináveis na longevidade, na democracia, na paz, na tecnologia e no acesso à informação, mas que, no pensamento conclusivo contemporâneo, não responde à humanidade com novos heróis, novos deuses, com notáveis explosões de arte e de acontecimentos marcantes e que, diante do excesso de informação e de indiferença ao presente, mesmo que surgissem não receberiam um selo de significado e de exaltação social que os validariam como elementos humana e culturalmente revolucionários, tendo que demandar muito esforço para tal, por meio de muita orientação crítica associada à muita valorização de imagem, já que os olhos cegos de passado não

vislumbram cores vibrantes no horizonte do futuro e nas flores da atualidade.

Importante observar, ainda, que o sentido de modernidade e sua palavra-mor – progresso – ao tentarem reparar o tempo e apagar o passado, construir um muro temporal com o ontem e uma ruptura com a memória, deram ao homem a esperança da vida eterna na terra, o entusiasmo do acesso ao conforto físico, mas ignorando, equivocadamente, que tudo no homem pertence ao passado como resultado de transições e modificações ambientais e culturais do tempo, na relação com o território, com os espíritos, com os mitos, com os ídolos, com uma comunidade real ou imaginada, com um bairro, com uma cidade, com um país, com uma região, com os anciãos, com as marcas materiais das antigas civilizações, e que foram esses elementos que permitiram a esse mesmo homem seguir em frente na (re) construção permanente do processo civilizatório. O passado é o verdadeiro Deus da humanidade, ao se mostrar, ilusoriamente, como fonte inesgotável de proteção mental e espiritual, como um antídoto contra o veneno do presente, como uma prevenção contra os males potenciais de um futuro desconhecido.

Dessa forma, e por isso, o passado nunca esteve no passado. O passado é uma invenção, uma ilusão, uma ficção, constantemente reatualizada no tempo presente, na lógica nostálgica do “aqui e agora”, adquirindo um selo de base, de norte,

de baliza, de suporte, de energético, como a raiz que segura a árvore da vida, oxigenando o existencialismo. E essa árvore do existencialismo só seguirá seu ritmo de crescimento em direção ao espaço, se estiver abastecida, se forem supridas suas necessidades de nutrientes para se desenvolver e oxigenar a humanidade, amparando-se em suas raízes, cumprindo sua inevitável expansão na paisagem, sobre o solo do tempo.

Reiterando e aprofundando, a mesma modernidade que promoveu a ruptura com o passado gerou um sentido de libertação mental satisfatória, associada a ideias liberais e pensamentos progressistas contra os desmandos da dureza repressora das sociedades conservadoras e tradicionais, de trabalho árduo, de carência de estruturas, dando ao homem a idealização de um futuro próspero, o fogo de prometeu, a vida eterna. Contudo, e paradoxalmente, os elementos e mecanismos que se materializam, constantemente, no seio dessa modernidade não minimizaram a angústia diante da frustração e do medo que o presente e o futuro a ser atingido impõem ao homem contemporâneo. Por isso, ao instigar nele essa ruptura com a opressão do conservadorismo, da inserção tribal, do extremismo religioso, do aprisionamento territorial e da moralidade comunitária, a modernidade não minimizou a evidência implícita que orienta os sonhos, os devaneios e as ilusões dos devotos da memória, os quais delegam tanto esforço físico, crítico e

emocional, além de “tempo e energia à evocação do passado” (DANN, 1998, p. 53).

Além disso, o futuro pretendido e imaginado, hoje desconhecido e desacreditado, mostrou-se potencialmente terrível ao aflorar falências emocionais aos espíritos comuns, uma condição degradante que levou o homem moderno a uma condição dialética em relação a suas escolhas temporais, buscando ser e estar no seio da felicidade material, do acesso à informação, da liberdade crítica e de todos os levantes estruturais da tecnologia na vida moderna, mas sem soltar a corda do tempo que, em seu balão que flutua em direção ao espaço sem fim, os mantêm agarrados a terra sagrada do passado, um passado que mexe com os nervos, com os comportamentos, que desloca a mente de um eixo trêmulo para a busca constante de reequilíbrio mental-emocional e que está presente no vazio dos lugares de memória, na ferrugem das indústrias abandonadas, nas cidades históricas chanceladas como patrimônio mundial, na paisagem modificada pelas novas construções, nas rugas, nas lembranças dos olhares que se perdem no trânsito caótico, nos sonhos de corpos adormecidos e cansados, nas músicas antigas que tocam nos smartphones e nas frases feitas dos grafites que adornam as paredes das cidades: “Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas

desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas”? (JEUDY, 2005, p. 25).

Particularmente, na idolatria por tudo aquilo que represente o antigo, mesmo que não seja antigo, mesmo que seja ficção, invenção, sem bases históricas, mas que expresse um conceito de memória e um símbolo de passado, como dragões e monstros de epopeias cinematográficas e literárias, por exemplo, tematicamente ambientadas no medieval e na antiguidade e repletas de experimentações sensoriais, as experiências com o ontem servem de candelabros que iluminam os perdidos na escuridão da aceitação do presente e do temor do futuro, permitindo às crianças adultas abandonadas de qualquer significante uterino-memorial, “ver os corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo” (JEUDY, 2005, p. 26).

Nesse amplificado e moderno “fascínio contemporâneo pela contemplação daquilo que é histórico” (URRY, 2001, p. 144), a necessidade esperançosa de refletir sobre a própria realidade histórico-memorial, sobre a própria condição identitária e sobre a perspectiva de continuidade, delega aos indivíduos e aos grupos sociais uma urgência de olhar para trás e esticar os braços em busca de um abraço, de um colo, de um retorno à barriga

existencial-comunitária, reequilibrando emoções diante da inevitabilidade da jornada para a frente, para o futuro.

Sobremaneira, estar, ser, pertencer, acessar e adentrar qualquer comunidade, real ou imaginada, com uma memória social documentada (ou inventada), física ou virtual, mas que permita o contato sensorial e ilusório com qualquer pedaço material, imaterial, legitimado e idealizado do ontem, conforta os órfãos do tempo a andar com segurança e equilíbrio, para frente, mesmo que, dolorosamente, arrastando-se, desde que sintam qualquer peso simbólico ou físico de raiz sob seus pés; por sentir-se parte de qualquer confraria cultural, por sentir-se parte indissociável da natureza, por sentir-se integrado a um grupo social presente em um território particular, por ser humano, por não ser mecânico, mas viver em um mundo mecanizado, por não ser um robô, mas necessitar da robótica e por necessitar de um escape, de fôlego, de uma muleta no seio da escravidão material da vida moderna e das demandas que ela condiciona e determina. Intensa ou timidamente, o homem se agarrará, para todo o sempre, a ilusão do passado ideologicamente visto como um revigorante enérgico, um calmante para a alma, a base de tudo.

2.2 O efeito placebo do passado e a urgência por revoluções criativas

A resposta positiva de doentes, cujas doenças são tratadas com falsa medicação baseada na administração de pílulas de açúcar, por exemplo. Este é o efeito placebo, quando são aplicados à pacientes pílulas ocas, ou feitas de açúcar, sem quaisquer componentes sintéticos ou homeopáticos, farmacológicos, mas que, por fim, resultam em melhoras notáveis do ponto de vista físico e emocional.

Como um medicamento de efeito placebo, o vulto enevoado do passado é constantemente idealizado, reatualizado e ministrado para iluminar os sonhos, acalmar os nervos, acarinhar o coração e curar as feridas abertas e as dores expostas dos doentes emocionais, aflitos fartos de presente, apavorados com o futuro.

Segundo a interpretação dos nostálgicos, a casa da mãe era mais confortável, o vilarejo e a cidade pequena e pacata eram mais calmos, os chás e curandeiros curavam todas as feridas, a comida era mais saudável, trabalhava-se menos e conversava-se mais, havia mais tempo para a interação, dançava-se bastante, havia mais segurança, democracia e qualidade de vida e todos eram mais unidos e felizes.

Mas há estudiosos do comportamento, da modernidade e, também, do próprio passado, que não legitimam a ideologia da

beleza impressa no reinado da memória evocado nas vozes e hábitos dos seus súditos fiéis, no presente. Em total discordância à esta lógica devotada de hipervalorização espetacular do passado e com um profundo entusiasmo e otimismo sobre o presente e o futuro, o Psicólogo norteamericano Steven Pinker (2018) explicita que estamos vivendo o auge da liberdade de pensamento e de expressão, da democracia, da qualidade de vida, da longevidade, da riqueza, da saúde, da igualdade de gênero e da distribuição da renda, da proteção ao meio ambiente, da paz, do conhecimento e da felicidade, elementos que nortearam os ideais iluministas do século XVIII, os quais só foram atingidos pelo despertar da modernidade e do advento do progresso, da razão, da ciência e do humanismo, em resistência e ruptura com as amarras e mordanças de ordem religiosa, política, econômica e, sobremaneira, cultural, considerando as guerras, as ditaduras, a concentração da renda, a morte precoce, o trabalho infantil, o nacionalismo extremista, o desrespeito às mulheres e aos grupos minoritários, as diásporas da fome, o conservadorismo patriarcal e o papel intrincado de opressão moral das religiões no seio das sociedades tradicionais. Para o autor, em seu best-seller “O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo”,

Com nossa compreensão do mundo desenvolvida pela ciência e nosso círculo de solidariedade expandido pela razão e pelo cosmopolitismo, a

humanidade pôde progredir nas esferas intelectual e moral. Não precisa resignar-se aos sofrimentos e irracionalidades do presente, nem tentar fazer o relógio voltar a uma era dourada perdida (PINKER, 2018, p. 30).

A maioria das pessoas concorda que a vida é melhor do que morte. Saúde é melhor do que doença. Sustento é melhor do que fome. Abundância é melhor do que pobreza. Paz é melhor do que guerra. Segurança é melhor do que perigo. Liberdade é melhor do que tirania. Direitos iguais são melhores do que intolerância e discriminação. Inteligência é melhor do que estupidez. Felicidade é melhor do que tristeza. Oportunidades de usufruir a família, os amigos, a cultura e a natureza é melhor do que uma labuta incessante e a monotonia (PINKER, 2018, p. 75)

Com base em uma série de dados e gráficos estatísticos, o autor comprova, cientificamente, que o mundo está mais rico, com maior e melhor distribuição de renda, mais pacífico, com pessoas mais saudáveis, livres, seguras, alfabetizadas e instruídas e com menor índice de poluição ambiental e com menos ameaças à existência – mesmo que seja evidente que a humanidade ainda enfrente graves problemas - e que essa realidade positiva resulta, particularmente, dos progressos na ciência e na tecnologia (PINKER, 2018).

Por outro lado, Pinker (2018) não observa (ou desloca-se de) que, diferentemente do olhar de Harari (2018), na crença nostálgico-religiosa da procissão para trás e do culto às musas invisíveis – onde é girando-se a cabeça até o limite, sobre os

ombros emocionalmente esgotados, que se pode caminhar com segurança – para a maioria das pessoas progresso nem sempre é sinônimo de esperança, felicidade e, principalmente, satisfação: “uma vida cheia de sentido pode ser extremamente gratificante mesmo em meio a adversidades, ao passo que uma vida sem sentido é um suplício terrível independentemente de ser repleta de conforto” (HARARI, 2018, p. 402).

Assim, na liquidez das relações modernas, independentemente dos efeitos positivos do progresso, da evolução tecnológica e do acesso ao conhecimento, as relações táteis, empáticas, sinceras e comunitárias, imaginadas no ontem, significam a esperança de realização do sonho utópico do passado, com indiferença aos avanços do presente e desprezo às possibilidades do futuro. E, mesmo quando se vislumbram significados de valor no presente, os mesmos são justificados como resultantes de planos forjados por personagens e projetos desenvolvidos no passado.

O sucesso do turismo patrimonial, da moda retrô e do cinema ambientado em acontecimentos históricos, como exemplos de mercantilização da memória e da hipervalorização do ontem, resultam, acompanham e permitem a materialização experimental da cultura contemporânea de dependência a tudo que seja antigo, através da permissão ilusória de contato com aquilo que já passou e que, possivelmente, nem tenha acontecido,

mas que exerce um efeito placebo contra as agruras fisiológicas e mentais que atormentam os desesperados por algum significado existencial. Esse direcionamento resulta da produção cultural que atrai um sujeito moderno, capacitado mental, cultural, financeira e fisicamente para o deslocamento pendular, físico e sensorial, em um espaço-tempo fictício, configurado sobre um território identitário, inventado, virtual ou físico, a ser consumido como um analgésico ilusório para a minimização da perda de identidade e do sentimento de mundo, marcando o reinado de uma urgência absoluta e permanente por uma baliza temporal, por uma muleta memorial, por raízes comunitárias, que permitam segurar o equilíbrio da vida moderna, que permitam aos súditos do outrora respirar, seguir em frente, dormir em paz, sentir-se parte de algo significativo no mundo onde vivem e, principalmente, encarar o futuro.

Ao viver o momento, o imediatismo e a lógica de uma vida mecanizada na estrutura tecnológica, econômica e social que os cerca, sobretudo nas grandes cidades, os viajantes modernos em busca de referências e bens do passado, bem como os viciados em séries de TV que destacam povos antigos e os colecionistas de coisas do ontem, sentem o seu mundo emocional despedaçado pela interferência do excesso de informação, de trabalho e competitividade e da insatisfação permanente que lhes assola e lhes aprisiona a um cotidiano moderno mecanizado, sem

sentido e sem lógica comunitária e sem apelos estéticos, apegando-se ao universo perdido dos povos antigos, seus objetos, suas criações e suas ações em notáveis transformações históricas: “o estilo de vida daquele tempo é projetado como mais perfeito do que o modo como vivemos hoje, ou como poderíamos viver em qualquer época” (DANN, 1998, p. 53).

Segundo os nostálgicos fervorosos, o ser humano moderno, um mesmo ser da natureza, de olfato, paladar, visão, audição, tato e percepção, outrora aguçados, agora, se vê oprimido pelo predomínio de uma carência de função crítica, criativa, motora, cognitiva e transformadora. É preciso uma abstinência da atualidade, mas mergulha-se em uma outra dependência, um outro vício que exige, também, um tratamento psiquiátrico, diante da esquizofrenia nostálgica que assola aqueles que perseguem, como lunáticos, imagens enevoadas de seres, personagens, fatos e acontecimentos que aguçam a imaginação, invocam memórias, estimulam idolatrias nacionalistas e práticas excessivas de uma automutilação temporal.

Diante do isolacionismo urbano, da competitividade profissional, do atingir das metas e do cotidiano mecanizado, surgem sociopatias que reverberam dores físico-emocionais que resultam em problemáticas e doenças modernas tais como ansiedade, neuroses, stress, cansaço extremo, insônia, câncer,

diabetes, infarto e suicídio. Para esses enfermos, é urgente e necessário andar e olhar para trás, para se animar, para se recuperar, para se curar: “nós fomos enredados em todas essas preocupações e rotinas sem sentido, nas quais passamos a acreditar como se fosse a receita infalível para confirmar nosso status ilusório” (BAUMAN, 2017, p. 115). E, Harari (2018, p. 98), complementa: “pensamos que estávamos economizando tempo; em vez disso, colocamos a roda da vida para girar a dez vezes sua velocidade anterior e tornamos nossos dias mais ansiosos e agitados” (HARARI, 2018, p. 98).

Acompanhados por medicamentos que auxiliam na qualidade do sono, na redução da ansiedade, no tratamento da depressão, acompanhados pela literatura de autoajuda, pelos cultos religiosos, pelas práticas de meditação e pelo deslocamento turístico em busca de natureza e sociedades tradicionais, os devotos do culto ao ontem creem, sem ponderação, que o passado reina absoluto como um ser supremo, como um medicamento ansiolítico que não apenas cura, mas ameniza o desvanecimento diante das enfermidades psicológicas e reflexivamente físicas, estimulando os sentidos e provocando uma euforia necessária em torno do consumo de produções, recursos, ideais, projetos e objetos que hipervalorizem tudo que seja (ou represente) antigo, tradicional, memorial, comunitário e histórico. Mas, logo, detêm-se a consciência de que se está no

presente e de que o futuro é inevitável, acordando-se do sonho belo do passado, no pesadelo do aqui e do agora, vivo e real, no olho do furacão de um presente que logo também será passado.

Por isso, de fato, só existe o presente. E a desilusão com a modernidade não traz prejuízo a inevitabilidade do porvir. Por hora, a iminência do futuro conforta os entusiastas e defensores do reino do progresso, mas convoca às armas os “desiludidos e irritados pelas esperanças” que “teimando em frustrações, investem seus sonhos em voltar ao passado” (BAUMAN, 2017, p. 114).

Mas, existem significantes importantes no prestígio do passado? De alguma maneira, o passado age como um filme interessante que ajuda o corpo cansado de uma rotina diária a adormecer profundamente e acordar revigorado. O progresso trouxe conforto ao custo do excesso de individualismo, mas a reconexão com o passado, com as tradições, com a natureza, forjou, mesmo que timidamente, o (re) surgimento de movimentos de solidariedade, comunhão, colaboração, consciência ambiental-cultural, respeito às diversidades, revalorização do espaço rural e prestígio de produções alimentares orgânicas, bem como a valorização de práticas de associativismo compartilhado. Os questionamentos prosseguem:

E se as pessoas nas sociedades afluentes modernas sofrem muitíssimo de alienação e carência de sentido, apesar de sua prosperidade? E se nossos

ancestrais menos abastados encontravam grande contentamento na comunidade, na religião e em um vínculo com a natureza? (HARARI, 2018, p. 390).

E se o passado, ilusório, imaginado, fictício e espetacular, em seu efeito placebo, servir como um provedor da esperança de um movimento de humanidade, qual a razão de motivarmos uma indiferença ao ontem em prol de uma exaltação do porvir? E se fosse estabelecida uma inevitável condição de seguir-se por duas vias temporais – para frente e para trás – na justificativa de uma explosão de qualidade emocional-material para os frustrados pelo presente e temerosos de futuro?

As respostas para minimizar os excessivos calores temporais não são complexas e estão na necessidade urgente de grandes transformações civilizatórias, que sejam reconhecidas, celebradas e socialmente chanceladas como tais, no presente.

O fato é que nem o passado ilusório, nem o futuro idealizado, podem diminuir a necessidade cruel dos mendigos culturais da atualidade pelo advento de grandes revoluções artísticas, musicais, arquitetônicas, políticas e econômicas que sejam, espetacularmente celebradas por serem significativamente transformadoras, como a cura de doenças crônicas ou o surgimento de outra magnífica banda de rock como os Beatles ou o Led Zeppelin. O futuro virou símbolo apenas de tecnologia e longevidade, mas o passado permanece símbolo de auge cultural.

E o presente imprime-se nos muros separatistas do cotidiano global como um decreto de final dos tempos, sob o reinado do conformismo e da ausência de grandes acontecimentos. O documento histórico, a oralidade e os suportes de memória permitem ler o ontem sob uma ótica crítico-subjetiva quase (ou completamente) mística diante de uma total desilusão cultural e de uma completa carência, no presente, por transformações magníficas no seio civilizatório, mesmo com as possibilidades e facilidades do progresso material.

Há uma urgência pelo novo no meio do novo, mas um novo de estado da arte, do pensamento e da razão, pois o passado ilusório foi escrito com base em pretensões evolucionistas, realizações criativas, exercícios cognitivos e revoluções artísticas e políticas presentes no despertar sensorial e na materialização coletiva dos anseios evolutivos, fazendo surgir personalidades, línguas, comidas, musicalidades, formas arquitetônicas e transformações comportamentais, locais e universais, inovadores, ousados e criativos. De Bach, Mozart e Beethoven à Tom Jobim; de Cartola a Camarón de la Isla; de Sêneca à Montesquieu; de Charles Darwin à Alexander Fleming; de Lewis Carroll à Gabriel Garcia Marquez; de William Shakespeare à Oscar Wilde; do Egito Antigo à Revolução Francesa; de Coco Chanel à Paco Rabanne; de Sepé Tiaraju à Nelson Mandela; de Isacc Newton à Albert Einstein; de Leonardo da Vinci à Salvador Dali; de Chopin à Pink

Floyd: o mundo precisa de heróis, de personalidades expressivas, de acontecimentos, de revoluções, de notícias de curas de doenças, de grandes descobertas físicas, de novas formas artísticas, elementos que, desafiando a ordem dos fatos, deem esperança e balancem, estimulem, exaltem e valorizem uma forte confiança no futuro; para o decorrer de uma história que continuará sendo escrita e de uma memória que continuará sendo produzida, para, adiante, serem interpretadas, prestigiadas, exaltadas e imaginadas; e para a liberdade da dinâmica cultural, material e imaterial, para além de seu purista congelamento estético-conceitual.

A cura dessa doença individual e competitiva pelo progresso e o tratamento desse desespero compartilhado pelo passado devem passar, além das revoluções criativas e cognitivas, no presente, pelo valor do humanismo, da razão e do conhecimento, através, ainda, do prestígio da solidariedade em torno de produções e ideias que permitam liberdade expressiva e conforto físico-emocional, para além da conflituosa e dolorosa escolha entre ser parte de uma comunidade ou ser livre para pensar.

Essa liberdade deve considerar uma complexa e necessária prática evolucionista que permita uma autossuficiência libertadora de expressão e pensamento, mas, ainda, de sentimento e prática de pertencimento flexível a um determinado

grupo. Isto, porque, em sua utopia circular, o nostálgico moderno não vislumbra o retorno fiel às velhas degradações humanas, mas também só abrirá, com ânsia e entusiasmo, as cortinas do futuro, quando sentir-se plena e confiantemente seguro no palco de um espetáculo presente que seja marcado pela celebração de extraordinárias mudanças de ordem civilizatória, grandes acontecimentos científicos e ousadas revoluções criativas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Retrotopia**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

DANN, G. “Não há empreendimento como os empreendimentos de outrora”: o turismo, a indústria da nostalgia do futuro. In: THEOBALD, W. F. **Turismo Global**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998, p.53-66.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução Janaína Marcoantonio. 33. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEUDY, H-P. **Espelho das cidades**. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PINKER, S. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. Tradução: MOTTA, L.T. & SOARES, P.M. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

3 TURISMO MACABRO: UMA POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CEMITERIAL E DE OUTRAS MEMÓRIAS

Amanda Basilio Santos⁵
Ronaldo Bernardino Colvero⁶

3.1 Cemitérios: entre o abandono e a ruína promissora

Muitos cemitérios brasileiros encontram-se em estado de depauperação contínua, de modo que todo dia se perde materialidade, e com ela se dissipa um registro histórico e memorial de variados períodos históricos. A situação dos espaços cemiteriais possui uma complexa conjuntura social e econômica que acarreta no cenário atual de ampla depredação, seja ela deliberada, fruto de mazelas sociais ou proveniente do abandono e da ação do tempo. Podemos acompanhar por todo o país as notícias que apontam para essas duas formas de perdas⁷. Tais situações podem ser contornadas? Esta realidade que se abate

⁵ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH – UFRGS); Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (PPGMP – UFPEL); Mestre em História (PPGH-UFPEL); Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP – UFPEL); Especialista em Artes (PPGA – UFPEL). E-mail: amanda_hatsh@yahoo.com.br.

⁶ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professor Titular na Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. E-mail: rbcolvero@gmail.com.

⁷ Apenas como uma amostra dessa situação: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/tumulos-de-presidentes-da-republica-definham-em-cemiterio-de-sp.shtml>; <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/sao-paulo-registrou-467-furtos-em-cemiterios-em-2018.ghtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/capela-que-restou-do-1o-cemiterio-publico-de-sp-tem-estrutura-abalada.shtml>; <https://vejasp.abril.com.br/cidades/medo-de-furtos-em-cemiterios-faz-familias-adotarem-medidas-alternativas>

sobre os espaços de enterramento serão o derradeiro fim destes locais?

Em fato, o espaço dos mortos e a forma de vivenciar a morte e com eles repartir da paisagem urbana se alterou significativamente a partir do século XVIII, por conta de políticas de higienização e de um novo modo de interpretação do luto. As formas de vivenciar a morte e o luto da sociedade contemporânea se dão em um ritmo muito mais solitário e acelerado do que encontramos no período medieval, por exemplo.

Durante o medievo a prática do luto era compartilhada e vivenciada em uma série de ritos religiosos e memoriais, de modo comunitário e paliativo. A constância da presença dos mortos se dava pela sua memória, ritualizada liturgicamente, em doses que lentamente levavam ao afastamento da dor da perda e a aceitação comunitária da partida, mas também se dava pela presença física do falecido, que compartilhava do espaço de sua congregação, nos cemitérios adjuntos às igrejas.

Atualmente os mortos têm o seu espaço bem delimitado pelos muros dos cemitérios municipais e privados e os vivos não precisam com eles compartilhar o seu cotidiano, a não ser que assim desejem. O luto é instigado a ser vivido do modo mais passageiro possível, acompanhando o ritmo da vida moderna que não cessa ou pausa para a perda. Artifícios industrializados como as flores de plásticos são o álibi para manter a aparência de

simpatia com os mortos, sem a necessidade da presença dos vivos para a manutenção das flores. E assim a lembrança em torno da perda é acelerada e justificada, e o luto e o sofrimento agora são vividos no interior nuclear das casas ou extrapolados, de modo pontual, por meio dos recursos digitais que demonstram a empatia efêmera que acompanha a velocidade dos conteúdos midiáticos.

Acompanhando este novo luto e este novo lugar dos mortos, temos a transformação dos cemitérios em locais agora com data marcada e motivo para visitação. O cotidiano de um espaço-tempo compartilhado organicamente entre os vivos e os mortos no Ocidente é encerrado com o afastamento dos locais de enterramento.

Todas estas transformações de sociabilidade, entre os que aqui estão e os que já se foram, mostram que o cemitério é um espaço dinâmico, construído socialmente. As formas de vivência dentro deste local são definidas pela presença obrigatória dos mortos e relações fluidas dos vivos dentro deste espaço. Em determinados locais, como o famoso caso do Cemitério de Manila⁸, nas Filipinas, o domínio dos mortos é invadido pelo cotidiano da vida dos vivos, ao passo que a crise de moradia leva milhares de pessoas a ocuparem o espaço cemiterial como sendo

⁸ Maiores informações a respeito: <http://oubliettemagazine.com/2017/07/11/il-cimitero-di-manila-nelle-filippine-quando-i-vivi-scelgono-di-aver-come-case-le-tombe/>. Acessado pela última vez em 11 de outubro de 2019.

sua residência. Deste modo, as tarefas domésticas e do contexto do lar tomam esta paisagem, se mesclam a ela, e novos usos são atribuídos a mausoléus e tumbas. As atividades rotineiras, desde brincadeiras de crianças ao preparo do alimento, são divididas com a constante presença da morte. Neste cenário, há um retorno. No medievo transações comerciais, casamentos, festas, batismos eram realizados com os mortos logo ao lado. Aqui, por conta de uma profunda crise social, os mortos retornam ao panorama dos vivos (Figs 1, 2, 3 e 4).

Figuras 1, 2, 3 e 4 - Cemitério de Manila, Filipinas



Fonte: Daily Mail UK.⁹

⁹ Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-3080059/Living-dead-shanty-town-created-Philippine-cemetery-s-home-6-000-people-school-transport-system.html>. Acesso em: 12 out. 2019.

Para além de uma possibilidade de moradia, os cemitérios são para estas famílias o potencial econômico de seu sustento, dado que a manutenção que os mesmos dão aos túmulos e mausoléus é uma prática remunerada pelas famílias dos mortos, gerando um mercado de manutenção informal.

Esta situação, todavia, já se coloca como uma realidade, em uma escala muito reduzida, no Brasil, nos cemitérios das cidades de São Paulo e de Porto Alegre. Com o crescimento desta realidade em nosso país, resta pensar em quais potenciais financeiros os cemitérios podem render aos seus novos habitantes inesperados. Na ilegalidade, a espoliação de materiais dos túmulos é um cotidiano dos ambientes cemiteriais, onde metais e pedras são furtados, continuamente, contribuindo, assim, para o cenário de abandono e de desolação. Ao passo que o poder público e o setor privado alegam incapacidade de investimentos para a preservação destes ambientes, os laços familiares, com o passar das gerações, vão se dissolvendo junto da memória, levando a um abandono gradativo das construções tumulares.

Na verdade, há uma indústria turística crescente que pode ser unida a uma necessidade também crescente e oriunda de uma calamidade urbana visível.

Basicamente, podemos dizer que o espaço cemiterial é o que a sociedade dele faz: são os usos, os ritos e as práticas de

convivência que podem surgir fora do esperado ou planejado em sua construção. Um espaço dos mortos que é definido pelos vivos e por eles é constantemente alterado.

3.2 O *Dark Tourism* e os cemitérios

Os mortos e os vivos já compartilharam de modo muito mais íntimo o espaço físico e em situações limites vemos estes laços de convivência serem novamente ampliados. Deste modo, o que (de) limita as formas de compartilhamento entre os vivos e os mortos? Quais atividades são possíveis de serem feitas em uma coexistência espacial? O turismo pode ser uma atividade que envolva estes dois momentos da existência humana?

Entre as práticas turísticas, temos uma em particular que levanta suspeitas de um amplo público, ao mesmo tempo que aumenta a sua procura. Denominada como *Dark Tourism*, ou *Turismo Macabro* esta prática vem crescendo e ampliando as atividades e locais para apelo do público, extrapolando as fronteiras do que é tradicionalmente considerado como ponto turístico.

Embora esteja adquirindo maior visibilidade nos tempos atuais, a prática já é antiga e foi definida por Malcolm Foley e J. John Lennon, ainda na década de 1990, como sendo “the phenomenon which encompasses the presentation and

consumption (by visitors) of real and commodified death and disaster sites” (FOLEY; LENNON, 1996, p. 198).

Em 1999, Seaton estabeleceu categorias de locais próprios do turismo macabro, elencando os seguintes tipos: viagens para testemunhar execuções; viagens a locais de massacre, assim como Auschwitz; viagens a locais de enterramentos ou memoriais; viagens que envolvem encenações de batalhas e massacres; viagens a locais onde objetos relativos a execuções, massacres ou epidemias são guardados (como roupas de vítimas, armas de execuções, diários de vítimas, etc), tais como museus com este tipo específico de acervo.

Neste nicho específico do campo turístico, a busca é atraída por elementos não tradicionais, como a ruína, locais trágicos e/ou memórias traumáticas e morte. Os cemitérios possuem um amplo atrativo para estas questões, embora o modo tradicional de exploração destes locais renegue a ruína e a depredação como um potencial a ser explorado, sendo normalmente visto apenas como pesar e um fato irremediável.

Atividades lúdicas envolvendo o ambiente cemiterial estão sendo cada vez mais desenvolvidas no âmbito patrimonial e universitário. Projetos como *Museu a Céu Aberto*¹⁰ – promovido pelo *Instituto Histórico de Passo Fundo* (IHPF) e pelo *Arquivo*

¹⁰ Guia de Visitação do projeto disponível no link: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ahr/2018_GUIA%20DE%20VISITACA O.pdf, acessado pela última vez em 15 de outubro de 2019.

Histórico de Passo Fundo (AHR-PPGH/UPF), no *Cemitério Vera Cruz*, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil – ressaltam a importância destes locais enquanto patrimônio histórico-cultural, considerando as questões relevantes ao turismo cultural. Todavia, no Brasil, o turismo macabro, que não se alicerça centralmente nos aspectos históricos, mas, sim, na experiência emocional, envolve o risco dos locais visitados e a decadência e/ou amedrontamento pelos espaços de visitação, causando um empecilho para o desenvolvimento da atividade, que dependeria de maiores esforços de segurança pública, para que possa ser aplicado em segurança.

Assim como no projeto, acima citado, estabeleceu-se nas explorações e visitas dos cemitérios uma busca pela história e pela beleza estética que estes locais oferecem, tendo o foco principalmente nas exuberantes construções e esculturas (Figs 5 e 6), onde ideais estéticos patrimoniais clássicos ainda são vistos, valorizando-se quase que exclusivamente os grandes monumentos familiares. As construções em mármore com tradição clássica são os mais procurados, criando um roteiro onde a busca pela história está intimamente atrelada a uma valoração estética, limitada pelo patrimônio estabelecido pelas linhagens familiares locais dominantes economicamente, que acabam por dominar o roteiro e a narrativa histórica destas atividades. Em

semanas patrimoniais municipais, onde o cemitério é incluído nas atividades programadas, esta é uma abordagem dominante.

Figuras 5 e 6 - Túmulos no Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, Pelotas/RS.



Fonte: Autora (2019).

Contudo, neste mesmo espaço onde nos deparamos com estas figuras locais ilustres, com sua memória dominando o horizonte cemiterial na proporção da grandeza de sua construção tumular, ignoramos uma série de sujeitos, histórias, estéticas e memórias. Muitos destes já possuem sua morada final em estado fragmentado, despido de seus detalhes decorativos ou identificadores, ao passo que seus nomes estão perdidos, suas ossadas estão à mostra em seu túmulo violado e depredado, envolto em lixo, abandono e descaso (Figs 7 e 8).

Figuras 7 e 8 - Túmulos no Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, Pelotas/RS.



Fonte: Autora (2019).

Considerando que a experiência emocional é um fator central da atividade turística ligado ao macabro, esta deve estar em primeiro plano ao estabelecer mecanismos atrativos aos visitantes desta linha turística. Deste modo, o turismo cemiterial usual, que inclui um guia focando em fatores históricos biográficos ou em análises pontuais de iconografia cemiterial pode ser desapontador ou não atraente para este público. Possibilitar uma experiência ao invés de uma visita guiada é fulcral ao estabelecer uma rota de *turismo macabro*.

Uma possibilidade que, aqui, apontamos é a realização controlada de acampamentos noturnos intramuros cemiteriais, proporcionando um ambiente com iluminação, sonoridades e

locais de trânsito turístico controlado para criar uma atmosfera emocional, estabelecendo uma vivência com o ambiente de enterramento. Esta proposta caminha em linha semelhante a um projeto turístico inusitado, iniciado em 2015, na Inglaterra, denominado *Champing*¹¹ e que, basicamente, promove acampamentos noturnos dentro de igrejas medievais, para a vivência da atmosfera da experiência proposta. Um uso turístico, que acarreta no levantamento de verba para a conservação do patrimônio eclesiástico inglês, administrado pelo *Churches Conservation Trust*¹², pode parecer ofensivo para algumas pessoas em um primeiro contato, pois transforma e reconfigura os usos de um local de culto religioso, proporcionando experiências não necessariamente conectadas ao divino e a religião, todavia, nos mostra as modificações que o patrimônio sofre ao longo do tempo, remodelando-se ao seu tempo e junto com o ganho econômico está auxiliando na preservação do patrimônio histórico inglês.

Os cemitérios, tais como as igrejas, ou qualquer bem patrimonial ou cultural, dependem de uma fonte econômica para a sua existência e manutenção. Ao enfrentar a crise para a

¹¹ Maiores informações disponíveis em: <https://www.worldtravelguide.net/features/feature/camping-in-englands-churches-2/>, acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019. Reportagem BBC: <http://www.bbc.com/travel/story/20170224-the-medieval-churches-you-can-camp-in>, acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019.

¹² Site: <https://www.visitchurches.org.uk/>, acessado pela última vez em 13 de outubro de 2019.

preservação das igrejas medievais e a relação de recursos oriundos dos órgãos de financiamento, que se constituem por uma ótica muito diferente daquela que encontramos no Brasil, as igrejas inglesas buscaram outras ferramentas de usos destes espaços de culto, assim os ressignificando, ao mesmo tempo que respeitando sua função original.

Uma das principais preocupações que podemos ver no guia lançado pelo *English Heritage* (BRUCE-LOCKHART, 2008) é a preocupação com a gestão econômica dos bens patrimoniais. É essencial que existam políticas que permitam que o patrimônio, em si, enquanto um bem tangível e social, gere uma renda para sua manutenção. Boa parte desta renda está vinculada às atividades turísticas e educativas que são associadas ao patrimônio histórico. Deste modo, é destacado que as políticas patrimoniais devem sempre levar em consideração seu potencial econômico.

A política patrimonial inglesa valoriza estas atividades ao passo que a verba governamental representa uma parcela muito pequena nas políticas patrimoniais (14% dos valores totais investidos na manutenção patrimonial no país¹³). Ao mesmo

¹³ Os valores que constituem a receita para conservação e ampliação de políticas patrimoniais na Inglaterra constituem-se em 66% de renda gerada através das ações econômicas promovidas através dos usos dos patrimônios e da venda de material comercial (*Self generated income*); 20% de subvenção de capital oriunda de doações institucionais, governamentais e privadas (*Capital grant*) e 14% de financiamento governamental, dos quais o *English Heritage* pretende encontrar-se independente até 2020 (*Government funding*).

tempo que a verba que parte do governo é muito pequena no total investido, o direcionamento deste investimento é posto nos bens patrimoniais considerados de maior prestígio histórico/patrimonial, normalmente sendo direcionado aos grandes bens patrimoniais e arqueológicos, segundo parâmetros internos dos órgãos de conservação de classificação deste patrimônio nacional.

Assim sendo, o *income* para a preservação e para intervenções restaurativas parte, em sua esmagadora porcentagem na Inglaterra, de agentes privados ou de valores arrecadados por iniciativas turísticas/econômicas desenvolvidas no próprio bem patrimonial. Isso envolve tanto os profissionais diretamente responsáveis por práticas preservacionistas, quanto a comunidade onde estes bens estão alocados, pois é envolvendo a comunidade que é possível financiar a manutenção e a existência desse patrimônio. Portanto, comunidade e patrimônio são intercambiáveis, e um é essencial para a manutenção do outro.

Pensar políticas turísticas, patrimoniais e comunitárias não é algo inédito, pois é a base de toda a obra de Varine (2013), assim como de praticamente todas as atividades turísticas inglesas. Todavia, não é algo comumente empregado (ou bem

Maiores informações a respeito podem ser obtidas no site: <https://www.english-heritage.org.uk/>, acessado em 12 de novembro de 2019.

visto) em projetos no Brasil. Explorar a Cultura economicamente é fundamental para sua manutenção, mas nem sempre apreciado.

O mesmo, aqui, pode e deve ser pensado ao ambiente cemiterial, que como vimos ao exemplo do cemitério de Manila, também se altera de acordo com as necessidades sociais, modificando profundamente as relações estabelecidas entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, tão flexíveis quanto a cultura. Segundo Prats (2006) o patrimônio não é um fato congelado no tempo, e não deve ser visto como algo dado naturalmente, mas sua adaptação às necessidades e realidades sociais, sim, é natural, e deve ser entendida dentro dos processos de construções sociais, fruto de discursos e das mais variadas conjunturas socioculturais.

Deste modo, podemos e devemos pensar nos cemitérios como estes locais dinâmicos, frutos das relações e imaginários sociais. A configuração atual estabelecida com uma separação artificial entre os mortos e os vivos não é algo dado naturalmente, mas sim construído no decorrer de séculos de políticas públicas e práticas rituais de enterramento e vivência do luto. O uso do espaço cemiterial e de suas instâncias materiais e imateriais, também é fruto destas construções e pode (e vai) alterar-se com as necessidades sociais.

3.3 Considerações finais

O patrimônio não é comunitário, enquanto não atende e não serve à comunidade. Não é representativo de identidades enquanto não há identificação com o preservado. Preservar, baseando-se em conceitos meramente estéticos ou idealísticos, ligados à uma função utópica, não atende às necessidades sociais e apenas cristaliza uma concepção academicista do que o patrimônio deveria vir a ser.

O *turismo cemiterial*, baseado na narrativa de um roteiro marcado na última morada de uma casa senhorial fúnebre, exuberante esteticamente e grandiosa na ocupação espacial, na verdade oculta a história da maior parte dos sujeitos sociais que ali também jazem dividindo o mesmo espaço, todavia sob o esquecimento constante. O cemitério não é um local de memória se o esquecimento e o abandono acompanham o passo curto das gerações e os laços frágeis da memória individual, acompanhado por uma narrativa histórica positivista dos grandes personagens. Estabelecer outras formas de convívio entre os vivos e os mortos e a experiência de compartilhamento do espaço cemiterial é uma possibilidade para além de econômica, é uma forma de visibilizar outras memórias ali contidas.

Propor modificações dos usos destes espaços e aceitar (desprovido dos idealismos de congelamento patrimonial) que

estas modificações ocorram (pois elas já ocorrem) abrem possibilidades para novas políticas econômicas e turísticas, explorando inclusive locais onde tradicionalmente estas não são aplicadas. Além de ser uma fonte econômica para as políticas patrimoniais e políticas turísticas - que não devem estar restritas a nossa proposta de turismo macabro focado nos cemitérios - são formas de complementação econômica para as comunidades locais, movendo diversos setores que não tem conexão inicial direta com o bem patrimonial (LEONES, 1995; ARDAHAEY, 2010). Não basta inventariar e tomba, é preciso que a sociedade se aproprie dos espaços patrimoniais, incluindo os cemitérios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. G. D. Itinerários da memória: o cemitério como espaço de recordação - roteiros e trajetos. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 21., 2018. **Anais [...]** Minas Gerais, 2018. p. 1-10.

ARDAHAHEY, F. T. Economic Impacts of Tourism Industry. **International Journal of Business and Management**, v. 6, n. 8, p. 206-215, 2010.

BRUCE-LOCKHART, L. (ed.). **Conservation Principles, Policies and Guidance: For the sustainable management of the historical environment**. Londres: English Heritage, 2008.

CHANG, T.-Y. Dark Tourism: The Effects of Motivation and Environmental Attitudes on the Benefits of Experience. **Revista Internacional de Sociología (RIS)**, v. 72, n. 2, p. 69-86, 2014.

DARK Tourism: The Attraction of Death and Disaster. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, p. 1188-1189, 2002.

DEUTSCH, B. **Tourists' motivations for engaging in Dark Tourism: case study of Apartheid memorials in South Africa**. 70 f. Tese (Bachelor of Business Administration in Tourism and Hospitality Management) - Modul Vienna University, Vienna, 2014.

FOLEY, M.; LENNON, J. J. JFK and Dark Tourism: A Fascination With Assassination. **International Journal of Heritage Studies**, v. 2, p. 198-211, 1996.

LEONES, J. Tourism Trends and Rural Economic Impacts. **Consumer Profiles & Tourism Trends**, p. 15-18, 1995.

Disponível em:
<https://cals.arizona.edu/arec/sites/cals.arizona.edu/arec/files/publications/directfarmmarket%26tourbook.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

MINIC, N. Development of Dark Tourism in the Contemporary Society. **J. Geogr. Inst. Cvijic.**, v. 62, n. 3, p. 81-103, 2012.

NIEMELÄ, T. **Motivation Factors in Dark Tourism**. Case: House of Terror. 2010. 43 f. Tese (Bacharelado Programme in Tourism and Hospitality Management Nature and Soft Adventure Tourism) - The Faculty of Tourism and Hospitality, Lahti University of Applied Sciences 2010.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58, p. 72-80, 2006.

VARINE, H. de. **As Raízes do Futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

YUILL, S. M. **Dark Tourism**: understanding visitor motivation at sites of death and disaster. 2003. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciência) - Texas A&M University, 2003.

4 A PATRIMONIALIZAÇÃO DO DOCE COLONIAL COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MORRO REDONDO - RS.

Andréa Cunha Messias ¹⁴
Diego Lemos Ribeiro ¹⁵

4.1 Considerações iniciais

“O lucro é secundário!”
(RIBEIRO, 2019).

Este ensaio tem como objetivo analisar a relação entre patrimonialização e desenvolvimento turístico em torno das tradições doceiras no município de Morro Redondo, localizado no sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Com aporte metodológico na Teoria Ator-Rede Latouriana (LATOUR, 1989), o trabalho visa demonstrar como os atores humanos e não-humanos atuam na busca do desenvolvimento socioeconômico do município de Morro Redondo, que caminha em direção ao discurso de um turismo rural de base sustentável.

¹⁴ Bióloga (UESC); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e graduanda no Bacharelado em Museologia da UFPel. E-mail: andreacmessias@hotmail.com

¹⁵ Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br.

Partimos das premissas de que todo processo de patrimonialização perpassa por um jogo de disputa de poder, que acarreta lembranças e esquecimentos. Entendemos também que a patrimonialização do doce colonial não está consolidada em Morro Redondo, sendo de sumo interesse analisarmos a construção desse patrimônio – em se fazendo, antes da sua estabilização – e as dinâmicas sociais que envolvem esse processo, principalmente em relação à operacionalização das tradições doceiras como atrativo turístico.

Lançando mão dos dados contidos em nosso caderno de campo, serão analisados, primeiramente, os eventos que estimulam o empreendedorismo produzidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Em seguida, nosso foco estará voltado às ações produzidas pela Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo (AETMORE), através do Roteiro Turístico Morro de Amores e seus parceiros.

Percebemos que, sob o discurso de um turismo rural sustentável, as ações são realizadas tanto no âmbito jurídico – com o intuito de promover políticas públicas – quanto no planejamento de eventos para a divulgação de produtos turísticos. Esses contam com a participação do SEBRAE, do IPHAN, da AETMORE, além de doceiros artesanais, agricultores familiares, poder público municipal e outras instituições da cidade.

Analisaremos também, eventos que têm como protagonistas os fundadores do *Museu Histórico de Morro Redondo* (MHMR)¹⁶, juntamente com a equipe do Projeto de Extensão do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), denominado “Museu Morro-Redondense: Espaço de Memórias e Identidades”, coordenado pelo Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro. Nesses momentos, o Museu age como um mediador não-humano (LATOURE, 1989) ao buscar ativar reconfigurações das teias que, por omissão ou esquecimento, não incluíam discursos multiculturais em relação às tradições doceiras - um dos focos do Turismo Rural que está sendo desenvolvido no município.

Temos como argumento central do ensaio que o desenvolvimento turístico de uma localidade pode alavancar a economia local – que, no contexto em análise, encontra-se enfraquecida em virtude de conjunturas econômicas e políticas, porém deve proteger os moradores de futuras ações negativas

¹⁶ Em relação ao Museu Histórico de Morro Redondo (doravante MHMR), ressaltamos que ele foi concebido, em 2006, a partir de uma vontade de memória (NORA, 1993). Na ocasião, três moradores do município, o Sr. Osmar Franchini, o Sr. Ervino Büttow e o Sr. Antônio Reinhard, fundaram o Museu. Para formação do acervo, os fundadores do Museu realizaram uma campanha na rádio local para incentivar outros moradores a doarem materialidades e imaterialidades. Dessa forma, as coleções formadas representam a vida e os costumes locais, principalmente aqueles atrelados à ruralidade, temática principal da Instituição, que preserva a sua essência comunitária. Além das atividades museográficas, o MHMR realiza ações externas no sentido de aproximar moradores dos lugares de memórias (NORA, 1993) apropriados pelos idosos como patrimônios.

que uma atividade turística mal planejada costuma trazer. Percebemos a importância da construção de políticas públicas a nível municipal de forma a proteger a paisagem cultural, aspecto de suma importância para fomentar as ações.

4.2 Como surgiu a ideia de desenvolver o Turismo em Morro Redondo

Em relação ao desenvolvimento turístico em Morro Redondo nota-se que existe um incentivo ao Turismo Rural alicerçado no fortalecimento das tradições doceiras. Esse aspecto relaciona-se ao fato das “Tradições Doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas¹⁷” terem sido registradas no Livro de Saberes do IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, após extenso trabalho de pesquisa.

O desenvolvimento do Turismo está acontecendo também como uma saída à crise econômica que atingiu o município, iniciada com o incentivo fiscal que propiciou a entrada do pêssigo argentino e a abertura de grandes indústrias de conservas (década de 1970). Como consequência, houve um enfraquecimento das pequenas fábricas de doces e conservas

¹⁷ A Antiga Pelotas caracteriza-se pelo conjunto dos quatro municípios anteriormente pertencentes à Pelotas: Capão do Leão (emancipado em 03/05/1982), Turuçu (emancipado em 22/10/1985), Morro Redondo (emancipado em 12/05/1988) e Arroio do Padre (emancipado em 17/04/1996).

que provocou o fechamento de muitas delas. Houve concomitantemente um fortalecimento do êxodo rural de jovens, com conseqüente diminuição das atividades no campo (BACH, 2009).

Em 2016, outro fato impactou negativamente a economia local: o fechamento da unidade da Fábrica de Embutidos da Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda. (COSULATI). A COSULATI gerava 260 empregos diretos e cerca de mil postos de trabalho indiretos em Morro Redondo. O impacto pode ser sentido através da descrição da unidade instalada no município:

Centro Integrado de Avicultura que conta com granjas de matrizes para recria e postura, incubatório com capacidade de produção de mais de 8 milhões de pintos por ano e o abatedouro de aves com capacidade de abate de mais de 12 milhões de frangos por ano. (...) A comercialização é feita sob a forma de cortes especiais, frangos inteiros, resfriados, congelados e também uma linha nobre sob a forma de bandejas, além da linha de embutidos (JORNAL TRADIÇÃO. Edição de 16/05/2014).

Em um município com pouco mais de 6.227 habitantes (IBGE, 2010), podemos considerar que houve desemprego em massa e acirramento da crise econômica; fato este que transforma a atividade turística na tábua de salvação da cidade, ao menos para parte da população. Morro Redondo, município situado na Serra dos Tapes, Sul do RS, emancipou-se de Pelotas no dia 12 de maio de 1988. Segundo o IBGE,

a principal emigração ocorrida no município foi a vinda de portugueses oriundos principalmente do Arquipélago de Açores, juntamente com a emigração de alemães (a maioria de pomeranos). Outra etnia a ser levada em conta é de italianos. O primeiro núcleo de moradores estabeleceu-se na localidade por volta de 1865, eram os imigrantes acima citados (IBGE, 2010).

No entanto, informações obtidas no Plano Decenal de Educação (PDE) produzido pela Prefeitura Municipal demonstram que “[a] etnia do município é composta em sua maioria por descendentes de alemães, italianos, portugueses, negros e outros” (PDE, 2015, p. 08). O documento ressalta a importância da ruralidade atrelada ao cultivo e à produção de conservas e doces de frutas – ambos iniciados de forma artesanal, até mesmo nas indústrias de conserveiras.

Observações em campo demonstraram também que muitas famílias deixaram de fazer doce para o consumo próprio. Esse fato tem desencadeado uma série de questionamentos a serem pesquisados, tais como: - Quais fatores estão contribuindo para a desistência do feitiço do doce? - Os negros que residem no Quilombo Urbano Vó Ernestina e na zona rural do município se identificam com as tradições doceiras? – Eles desejam participar desse discurso em relação ao saber-fazer doceiro em Morro Redondo? – Em caso afirmativo, quais são as contribuições deles?

4.3 O cultivo da soja e a alteração da paisagem cultural

Atrelado aos aspectos elencados anteriormente, o trabalho de campo¹⁸ realizado em abril de 2019, demonstrou que tem ocorrido uma crescente modificação da paisagem rural, através da inserção do cultivo da soja, substituindo pomares de pessegueiros. Nesse ínterim, perguntamo-nos: – Quais serão as consequências disso? - Essa transformação poderá causar impactos na economia do município e um esmaecimento das memórias e identidades sociais? – Elas poderão influenciar no desenvolvimento da atividade turística que tem como base a valorização do turismo rural e do patrimônio cultural imaterial, registrado em 2018?

Nossos estudos nos levam a uma preocupação adicional que decorre sobre um potencial problema para o turismo, visto que em Morro Redondo também “se vende” a paisagem rural nesse “pacote turístico”. No contexto, a paisagem não é apenas suporte inerte dos modos de vida, ela compõe o cenário em que esses fluxos e vivências são moldados. Alterar a paisagem transforma, neste caso, negativamente, os modos de vida da região.

¹⁸ O trabalho de campo refere-se ao nosso objeto de pesquisa em realização no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural na UFPel, sob orientação do Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro. Em nossos estudos, nos propomos a analisar as ações de salvaguarda das tradições doceiras em Morro Redondo até o início de 2021. Nesse contexto, vale ressaltar a nossa inserção no Projeto de Extensão desde 2014, ano a partir do qual o Museu começou a realizar as primeiras ações em função da salvaguarda das tradições doceiras, mesmo antes desse patrimônio ter sido registrado pelo IPHAN.

Em relação às mudanças que o cultivo da soja causou na Região Sul do país, pesquisas alertam que:

O 'boom' da soja no Rio Grande do Sul levou ao desaparecimento de 300 mil propriedades na década de 1970 dando lugar a uma crescente concentração de terras (BERTRAND et. al., op. cit.). (...) Além disso, a relação do produtor rural com a terra foi transformada, pois seu conhecimento foi desqualificado pelo saber técnico-científico, resultando em uma relação baseada na racionalidade e instrumentalidade (DUARTE, 1998).

Pesquisadores explicam, também, que o avanço da sojicultura foi decorrente da 'Revolução Verde' - tecnologia empregada no setor industrial agrícola com suporte técnico da Química, Mecânica e Genética. Mueller (1992) e Cunha (1994) alertam para os seguintes impactos negativos que a "Revolução Verde" pode causar:

(...) compactação e impermeabilização dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas; b) erosão; c) contaminação por agrotóxicos nas águas, alimentos e animais; d) impactos detrimenais da retirada da vegetação nativa de áreas contínuas extensas; e) assoreamento de rios e reservatórios; f) aparecimento de novas pragas ou aumento das já conhecidas (MUELLER, 1992); g) risco à sobrevivência de espécies vegetais e animais com a perda de habitat natural devido a expansão agrícola (CUNHA, 1994).

Para além da questão da contaminação ambiental causado pela sojicultura em vários biomas ressaltamos que, em Morro

Redondo, a soja contribui para a modificação da paisagem cultural em decorrência da perda do suporte de memória que os pomares representavam em relação às práticas doceiras tradicionais, aspectos que põem em risco as ações de salvaguarda das tradições doceiras.

4.4 As tradições doceiras coloniais como fomento ao desenvolvimento turístico em Morro Redondo

Em maio de 2018, as “Tradições Doceiras em Pelotas e na Antiga Pelotas” foram registradas no Livro de Saberes do IPHAN, após parecer favorável emitido pelo Conselho Consultivo com base nos resultados do INRC e em visitas realizadas nos municípios envolvidos. Ferreira, Cerqueira e Reith (2008) informam que, para realização do INRC, estudos multidisciplinares foram realizados por uma equipe de antropólogos, arqueólogos e historiadores ligados à UFPel. Segundo os autores, a partir dos trabalhos realizados, as lacunas em relação à tradição doceira em Pelotas foram preenchidas, já que a literatura disponível até então atribuía destaque apenas à contribuição portuguesa.

Em se tratando das tradições doceiras, o dossiê de registro dos doces, utilizado para a elaboração do INRC, revela os atores sociais relacionados ao processo. Os pesquisadores relataram

que, a partir das trocas comerciais do charque pelotense pelo açúcar nordestino “[...] os negros, desde o período da escravidão, conviviam diretamente com a produção caseira de doces de origem portuguesa, incorporando parte de seus saberes e fazeres” (FERREIRA, CERQUEIRA, REITH, 2008, p. 107).

Em relação às demais etnias, os autores apontados anteriormente demonstraram que os “[...] colonos, de origem pomerana, alemã, italiana e sobretudo francesa, contribuíram para a tradição dos doces de fruta, recriando saberes herdados dos antepassados e adaptados aos recursos locais” (FERREIRA, CERQUEIRA, REITH, 2008 p. 107).

Outro aspecto relacionado às tradições doceiras coloniais que deve ser sublinhado diz respeito às contribuições dos idosos para o processo de salvaguarda, por serem eles os principais detentores do saber-fazer e protagonistas da transmissão memorial no âmbito familiar. No mesmo compasso, parte das memórias que orbitam este patrimônio se encerram no próprio ato de mexer o tacho, seguida de afirmações, como: “assim que fazíamos os doces com o que sobrou da colheita”. Por essas razões, o Museu Histórico de Morro Redondo promove ações de ativação patrimonial em vários cenários do município, tendo o tacho e o mexedor como atores não-humanos e os idosos como os atores humanos que compõe a rede voltada às ações de salvaguarda (Fig. 1 e 2).

Em relação à salvaguarda das tradições doceras no município, destacamos o apoio do IPHAN e autoridades municipais, no que diz respeito à promoção de negociações e políticas públicas que vão de encontro às normas da vigilância sanitária. As ações da vigilância sanitária acabaram por provocar a exclusão de doceiros tradicionais por conta do impedimento da utilização do tacho de cobre e do mexedor de madeira, bem como das exigências relacionadas à adequação do ambiente de trabalho para o feitiço do doce.

As observações em campo mostraram como alguns doceiros “driblam” as normas da vigilância, preservando o cobre no fundo do tacho de inox. Assim, percebemos a importância do tacho e do mexedor como objetos biográficos e de resiliência, pois as famílias defendem que o feitiço do doce no tacho de cobre traz consigo toda a tradição doceira, bem como ressalta o sabor do doce colonial.

Figura 1 - O feitto do doce na III Festa do Doce Colonial



Fonte: Museu Histórico de Morro Redondo (2019).

Figura 2 - II Festa do Doce Colonial: trocas culturais



Fonte: Museu Histórico de Morro Redondo (2018).

Alguns eventos contaram também com oficinas gratuitas de preparo de passas de pêsego que foram organizadas pelo

Roteiro Turístico Morro de Amores. A ação também atraiu a atenção de várias pessoas durante a *II Festa do Doce Colonial*, realizada em 2018 (Fig. 3).

O tacho e o mexedor servem também como agentes potencializadores das ações de educação para o patrimônio. Ao serem levados às turmas de alunos da rede pública de ensino pela equipe do *Museu Histórico de Morro Redondo* eles agem como atores não-humanos, cuja mediação cultural fortalece a transmissão do saber-fazer doceiro e o despertar do olhar patrimonial (Fig 4).

Figura 3 - Oficinas de preparo de passas de pêsego



Fonte: Museu Histórico de Morro Redondo (2018).

Figura 4 - O tacho e o mexedor como mediadores culturais



Fonte: Museu Histórico de Morro Redondo (2018).

Ao participarmos das ações, perguntamos também: - No tocante à relação com o Turismo, quais são os efeitos que a utilização do tacho de cobre e do mexedor podem ter para os visitantes? Percebemos que os turistas gostam de conhecer as trajetórias de vida desses objetos musealizados. Outrossim, nas inúmeras vezes nas quais o feitiço de doce no tacho foi realizado nos eventos da cidade, atraiu a atenção de moradores e de visitantes de todas as idades. Muitos deles queriam reviver a experiência e narrar suas histórias relacionadas ao preparo da

iguaria. Outros, que nunca haviam visto esse feito, queriam experimentar como era o processo. Vale ressaltar, que doceiros artesanais acompanhavam todo o preparo e dialogavam com quem se aproximava. Um último aspecto que merece destaque diz respeito ao comparecimento dos turistas. Em dias ensolarados, os eventos costumam atrair mais de 2000 visitantes para o município (Fig 5).

Figura 5 - Público na III Festa do Doce Colonial



Fonte: Studio I₁₉ (2019).

¹⁹ Imagem divulgada no Facebook na página do Roteiro turístico Morro de Amores: <https://www.facebook.com/morrodeamores/>, em julho de 2019.

4.5 Outras potencialidades para o desenvolvimento turístico em Morro Redondo

Em relação à Morro Redondo, percebemos ser possível investir esforços no desenvolvimento turístico baseado nas seguintes potencialidades:

- Apoio do poder público, instituições e de empreendedores privados;
- Existência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Turismo; do Conselho Municipal de Turismo e da Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo (AETMORE), além do *Roteiro Turístico Morro de Amores* e do *Museu Histórico de Morro Redondo* – esse último, salvaguarda acervos relacionados à vida no cotidiano rural, além de realizar ações externas voltadas ao fortalecimento da diversidade cultural local e suas manifestações, incluindo os saberes dos protagonistas relacionados às tradições doceiras – dentro de uma perspectiva multicultural;
- A oportunidade do visitante experienciar uma fuga da rotina das grandes cidades, através do contato com o passado e com a natureza;
- A vivência em pequenos espaços rurais nos quais as próprias famílias “abriram as porteiras” de suas propriedades para receberem os turistas;

- A existência de eventos anuais que divulgam às culturas locais, tais como: as comemorações do aniversário da cidade, a *Festa do Colono*, a *Festa do Motorista*, o *Encontro de Músicos*; a *Festa do Doce Colonial*, os *Eventos Religiosos*; a *Festa das Flores, Cores e Sabores*;

- Uma culinária atrativa;
- Segurança, tranquilidade e clima agradável;
- Narrativas memoriais tendo os idosos como protagonistas de uma caminhada por cenários no município;

- Implementação em espaço doado pelo poder público municipal para implementação de um Sistema Agro-florestal visitável com espécies nativas voltadas à produção de frutos utilizados para o feitiço de doces em tacho de cobre;

- Diminuição do êxodo rural em decorrência da fixação do jovem na propriedade familiar;

- Potencializa a conservação dos biomas – necessário ao desenvolvimento do Turismo Rural;

- Nova alternativa de emprego e renda;

- Presença de um Quilombo Urbano com acesso facilitado;

- Injeção anual de aproximadamente R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na economia local;

- Promove as trocas culturais;

Dessa forma, ressaltamos que o turismo deve atender às premissas do desenvolvimento sustentável, incluindo a população local como atores culturais, aspectos, esses, reiterados por autores como Varine (2013), Prats (1998, 2005), Tornatore (2009) em relação ao caráter polissêmico do patrimônio cultural, resultante de uma construção nunca apartada do seio social.

4.6 Desafios a serem enfrentados

Entendemos que, para que haja um desenvolvimento turístico sustentável e amigável com a cultural local, alguns desafios precisam ser vencidos, tais como:

- Qualificação do acesso aos empreendimentos na zona rural – as vias de acesso ficam intransitáveis em decorrência das chuvas, fazendo com que os estabelecimentos parem de funcionar nos períodos chuvosos;
- Melhorias no fornecimento da energia elétrica. Com as chuvas, há também constante interrupção do fornecimento que acaba por prejudicar as ações;
- Fortalecimento da ideia de que não se deve explorar economicamente o turista e sim a atividade turística;
- Incentivar os idosos a desenvolver experiências como guias turísticos nos quais os percursos escolhidos por eles

mesmos serviriam para demonstrar as alterações sofridas na cidade, tendo como base suas narrativas memoriais;

- Melhorias na divulgação das ações e na sinalização – os turistas têm dificuldades para encontrar os lugares;
- Diversificação das experiências rurais – não dá para atrair turistas somente com cafés coloniais e passeios por matas;
- Qualificação da mão-de-obra para saber acolher o turista;
- Inventário das potencialidades patrimoniais que possam servir como atrativos culturais e turísticos;
- Preservação da paisagem cultural;
- Requalificação do *Museu Histórico de Morro Redondo* – em decorrência do potencial do espaço como Centro de Referência das Culturas Locais;
- Inserção do *Quilombo Urbano Vó Ernestina* no circuito de trocas culturais.

Percebemos que alguns desafios são fáceis de serem solucionados, outros exigem engajamento político dos envolvidos para que haja um desenvolvimento turístico que traga benefícios econômicos, mas também os socioculturais e humanos.

4.7 Considerações finais

Pelo exposto, podemos concluir que a patrimonialização das tradições doceiras podem contribuir para o desenvolvimento

turístico em Morro Redondo, desde que a gestão dos patrimônios elencados para servirem como atrativos turísticos respeitem os desejos e contem também com o protagonismo e o desejo das comunidades autóctones.

Ressaltamos também a necessidade de investimentos público-privado no setor para que os problemas de base possam ser resolvidos. Ressaltamos também a necessidade de incrementação de políticas públicas capazes de fortalecer a atividade turística voltada ao desenvolvimento sociocultural e humano. Como consequência, o lucro virá, certamente.

REFERÊNCIAS

BEBER, A. M. C.; BARRETTO, M. Mudanças Socioculturais no Turismo Rural: O caso de uma pousada familiar. In: **Anuário de Pesquisa do Programa de Mestrado em Turismo - 2004**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

BACH, A. N. **O patrimônio Cultural Rural**: As fábricas de compotas de pêssego em Pelotas – 1959 à 1970. Pelotas, 2009.

BERTRAND, J.; LAURENT, C.; LECLERCQ, V. **O mundo da soja**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CUNHA, A. S. (coord.) **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA, 1994.

DUARTE, L. M. G. Globalização, agricultura e meio ambiente: O paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. In: DUARTE, L. M. G.; SANTANA, M. L. (orgs.) **Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 11-22.

FERREIRA, M. L. M.; CERQUEIRA, F. V.; REITH, F. M. da S. O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 91-113, [s.d]. 2008.

GONÇALVES, J. R. S. **Os limites do patrimônio**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%203%20-%20GON-ALVES.pdf>. Acesso em: set. 2019.

LATOURETTE, B. **La Science en Action**. Paris: Ed. La Découverte, 1989.

MORRO REDONDO. **Plano Decenal de Educação (PDE)**. Morro Redondo: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2015.

Disponível em:
<https://www.camaramorroredondo.com.br/projetos/2015/plano_municipal_educacao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

MUELLER, C. C. **Dinâmica, condicionantes e impactos socio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil**. Instituto Sociedade, População e Natureza – Documento de Trabalho n. 7, 1992. (mimeo).

NORA, P. **Entre memória e história**. Tradução Yara Aun Houry. Projeto História. São Paulo, 1993. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PRATS, L. El concepto del patrimonio cultural. Política y Sociedad. **Revista de la Universidad Complutense**. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Madrid, n. 27, 1998.

_____. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, [s.v.], n. 21, p. 17-35, jan./jul. 2005.

RIBEIRO, D. L. [**Discussões teóricas sobre patrimônio e turismo**]. WhatsApp. 29 out. 2019. 18:27. 1 mensagem WhatsApp.

TORNATORE, J-L. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista memória em rede**. Pelotas, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9562/6411>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

VARINE, H de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Traduzido por Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianeira, 2013.

5 TURISMO PATRIMONIAL E MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO: MÁRIO DE ANDRADE ENTRE A ESCRITA E A EXPERIÊNCIA

Cristiéle Santos de Souza ²⁰

Carla Rodrigues Gastaud ²¹

*Quero que você me indague aí qual a cidade mineira
que tem Semana Santa mais curiosa, mais
tradicional, mais interessante de ver e ouvir. Ando
mesmo com desejo de rever as velhices
mineiras(...).*

(Mário de Andrade em carta a Carlos Drummond de
Andrade, fevereiro de 1932)

Foram precisos mais de dez anos para que Mário de Andrade pudesse rever as “velhices mineiras” que tanto influenciaram sua obra e seu pensamento sobre a cultura brasileira. Sem cogitar a distância que as mundanidades da política imporiam entre ele e o universo estético da arte e da história gravada nas ruas, igrejas e lugares da memória colonial brasileira, na carta citada em epígrafe, Mário planejava o reencontro com as artes e as tradições religiosas de Minas Gerais.

²⁰ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Email: cristiele.hst@gmail.com

²¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Docente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas. Email: crgastaud@gmail.com

No mesmo ano, Mário escreveu ao seu amigo Carlos: “Não sinto o Brasil mais, e ainda não readquiri a minha internacionalidade. (...). Voltei ao menino estudante que ainda tinha senso de pátria. E minha pátria é São Paulo. E isso não me desagrada!”²² O poeta modernista vivia o trauma da luta armada e da resistência paulista ao governo de Getúlio Vargas, mas não haveria de romper por completo a busca pelos elementos genuinamente brasileiros que, em sua concepção, compunham a cultura nacional.

Paulista, nascido a 9 de outubro de 1893, Mário de Andrade foi um intelectual multifacetado, que imbuído pelo desejo de conhecer e dar visibilidade à cultura brasileira, promoveu junto a outros intelectuais e artistas, o Movimento Modernista Brasileiro. Missivista entusiasta, Mário de Andrade manteve muitas “amizades epistolares”, por meio das quais pode-se, hoje, empreender uma viagem pelo Brasil da primeira metade do século XX, um Brasil que buscava a sua “brasilidade” nas artes plásticas, na literatura, na música e no reconhecimento dos saberes populares.

O Movimento Modernista se consolidava como uma nova forma de ser e descobrir o Brasil, e ninguém o fez tanto e tão apaixonadamente quanto Mário de Andrade. Neste ensaio,

²² Carta escrita a Carlos Drummond de Andrade em 6 de novembro de 1932 durante a Revolução Constitucionalista que opôs São Paulo ao governo provisório de Getúlio Vargas. (ANDRADE, 2015, p. 259-265).

propõe-se um olhar sobre o modo como este intelectual absorvia e descrevia as experiências vivenciadas em suas viagens pelo Brasil. Da mesma forma, propõe-se uma reflexão sobre a importância dessas experiências para a construção do seu entendimento sobre o patrimônio cultural brasileiro, para assim pensar a prática do turismo patrimonial que se mostra, atualmente, como uma alternativa de sustentabilidade para as cidades históricas no Brasil.

5.1 O turista aprendiz e a experiência da escrita

Mário de Andrade se descrevia como alguém que sofria de “gigantismo epistolar”. Esse gigantismo se expressava não apenas nas longas cartas que escrevia, como também no grande número de pessoas com as quais se correspondia. Dentre os muitos diálogos epistolares que manteve, um teve início com a viagem que ficou conhecida como “*viagem da descoberta do Brasil*”, que poucos anos depois inspirou a realização de outras duas viagens ao interior do país, descritas na obra *O Turista Aprendiz* (1976)²³.

Na apresentação à obra que reúne as cartas que recebeu de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade relatou que

²³ A obra *Turista Aprendiz* foi concluída em 1943 e editada pela primeira vez em 1976. Em 2015, o IPHAN promoveu a reedição, utilizada neste ensaio.

foi o interesse pelo Modernismo e por figuras como Mário e Oswald de Andrade que o levou a procurá-los no Grande Hotel de Belo Horizonte, onde estavam hospedados em abril de 1924. Depois desse encontro, teve início uma amizade epistolar que daria origem a um conjunto de cartas, cuja leitura permite um olhar, não apenas sobre a relação de amizade estabelecida entre os poetas, mas, também, sobre as suas ideias relativas à cultura nacional e à experiência da escrita.

A viagem da descoberta do Brasil, como mais tarde Oswald de Andrade viria a denomina-la, teve início em São Paulo, passando pelo carnaval carioca e chegando a Minas Gerais. O grupo formado por Mário de Andrade, Olívia Guedes Penteado, Godofredo Teles, Tarsila do Amaral, Blaise Cendrars, Paulo Prado, René Thiollier e Oswald de Andrade Filho, percorreu o interior do estado em busca de referências artísticas, históricas e culturais remanescentes das cidades do ciclo do ouro mineiro²⁴.

A viagem, que hoje poderíamos reconhecer como um modelo de turismo patrimonial, inaugurou no cotidiano dos modernistas um olhar sobre a experiência estética e cultural proporcionada pelo contato direto com os lugares e com as

²⁴ De acordo com Santos (2012, p.54), as cidades mineiras visitadas pelo grupo modernista foram: Belo Horizonte, Congonhas do Campo, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey e Sabará. No que diz respeito aos integrantes da viagem, na apresentação à obra “A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade”, não são citados como integrantes da viagem os senhores Paulo Prado e René Thiollier.

pessoas que vivenciavam a herança histórica e cultural de um Brasil que se construiu nas brechas do sistema colonial.

Diferentemente das viagens feitas por Mário de Andrade à região amazônica e ao Nordeste do país nos anos seguintes, mais especificamente em 1927 e 1928, a viagem às cidades históricas de Minas Gerais não foi nomeada como uma das “viagens etnográficas” descritas em *O turista aprendiz*. No entanto, de acordo com Santos (2012, p. 54), “o contato com o passado e a possível reconciliação histórica com ele é fruto dessa viagem a Minas Gerais. E o retorno de Mário de Andrade a essa região histórica talvez tenha sido fundamental para a sua redescoberta do Brasil”.

Como já descrito anteriormente, dentre os excursionistas estava o poeta Blaise Cendrars, figura chave do modernismo francês, que buscava no Brasil um vislumbre da perspectiva estética do Primitivismo. De acordo com Santos (2012, p. 53), essa perspectiva viria a influenciar diretamente os rumos do modernismo brasileiro tanto no *Movimento Pau Brasil* liderado por Oswald de Andrade, como na busca de Mário de Andrade pelas raízes populares do país. A viagem proporcionou uma dupla influência, tanto no sentido de pensar um Primitivismo brasileiro, como no de expor as bases para o entendimento de Mário de Andrade em relação à herança cultural brasileira, subsídio para a sua concepção de Patrimônio Artístico, que mais tarde descreveu

como: “(...) todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil” (ANDRADE, 2002).

Embora Mário de Andrade já houvesse visitado as cidades históricas mineiras e escrito sobre elas em 1916 (AMARAL, 1997), a viagem da descoberta do Brasil em 1924 representou o encontro entre o poeta e o escultor, isto é, entre o turista Mário de Andrade e a obra de Aleijadinho, sobre a qual Mário viria a escrever nos anos seguintes²⁵. Da mesma forma, permitiu ao poeta um olhar sensível sobre a arte cotidiana e utilitária produzida no interior do país, influenciando, junto a outros fatores, na inclusão das artes aplicadas entre os bens do Patrimônio Artístico Nacional descritos em seu conhecido anteprojeto feito a pedido do ministro Gustavo Capanema em 1936.

Durante a elaboração do anteprojeto, Mário escreveu ao seu amigo Carlos Drummond de Andrade dizendo: “Se é certo que quase tudo me apaixona, isso me apaixonou particularmente. Xi! Se se realizarem pelo menos três quartos do que estou sonhando estes dias, palavra que será uma boniteza”.²⁶ É fato que os sonhos

²⁵ Os escritos de Mário de Andrade sobre a obra de Aleijadinho foram publicados na obra: O Aleijadinho e Alvares de Azevedo. Rio de Janeiro, R.A. editora, 1935.

²⁶ Carta datada de 8 de março de 1936. ANDRADE, 2015, p. 284.

de Mário não se realizaram integralmente, mas muitas das ideias e reflexões defendidas por ele no texto datado de 24 de março de 1936, influenciaram a política do Estado brasileiro referente a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Da mesma forma, o texto traz indícios da influência das viagens feitas por Mário sobre a sua concepção de cultura e de patrimônio, como por exemplo a inserção de manifestações imateriais da cultura brasileira - música, lendas, saberes, danças, por exemplo - como bens passíveis de tombamento.

Durante a primeira de suas viagens, a vida simples das cidades históricas, as cores, a música, os hábitos, as tradições e a imaginária religiosa, puderam ser experimentadas em meio a arquitetura e a arte características do Barroco Mineiro. A *viagem da descoberta do Brasil* foi uma viagem de conhecimento e de reconhecimento de alguns dos lugares que anos mais tarde receberiam a chancela da UNESCO como Patrimônios Mundiais²⁷. Da mesma forma, essa viagem representou o ponto de partida para o ímpeto viajante de Mário de Andrade, que dizia não se sentir confortável em viagens, mas que reconhecia a importância da experiência que elas proporcionavam.

²⁷ Em 1980 a cidade histórica de Ouro Preto foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Em 1985, foi a vez do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo. Minas Gerais possui, ainda, outros sítios patrimonializados em diferentes instancias.

Em carta ao amigo Manuel Bandeira no dia 19 de março de 1926, Mário anuncia: “Pois é estou de viagem marcada pro Norte. Vou na Bahia, Recife, Rio Grande do Norte onde vive um amigo de coração que nunca vi pessoalmente, o Luís Câmara Cascudo”²⁸. Na mesma carta, o poeta explica como vai custear a viagem: “Ele [Câmara Cascudo] me arranja duas conferências no Norte, uma em Recife e outra em Natal. Com os dois contecos que levarei daqui a viagem se paga e eu fico conhecendo o Nordeste”.

A viagem anunciada a Manuel Bandeira nunca aconteceu, mas no ano seguinte Mário embarcou em um cruzeiro Lloyd da Companhia Brasileira de Navegação, pelos rios da região Norte do país. Acompanhado de Olivia Guedes Penteado, Margarida Guedes Nogueira e Dulce do Amaral Pinto, Mário viajou por três meses visitando cidades e vilarejos conforme o roteiro estabelecido pela Companhia. O relato dessa viagem compõe a primeira das duas viagens etnográficas feitas pelo poeta.

A segunda viagem etnográfica se deu, finalmente, para o Nordeste, entre os meses de novembro de 1928 e fevereiro de 1929. Empolgado com a confirmação da viagem, Mário escreveu ao amigo Luís Câmara Cascudo em 8 de março de 1928:

Em dezembro se Deus não mandar doutro jeito te abraçarei em Natal. Mas daí sem acompanhamento e disposto a ficar por aí pra escutar e registrar coisas e passear e conversar com você com o Jorge com o

²⁸ MORAES (Org.), 2000, p. 278-279.

Antônio Bento e escarafunchar depois o mais possível Rio Grande do Norte e Ceará. Em março próximo findarei a viagem por Pernambuco, visitando o sertão dele e esperando o Carnaval em Recife. Que tal o projeto?²⁹

Na carta fica evidente o desejo do poeta em conhecer os costumes, as artes e os saberes do povo nordestino. A viagem é registrada em uma série de artigos publicados no *Diário Nacional* (cf. ANDRADE, 2015). Mais tarde, em 1976, foram reunidos aos relatos da viagem de 1927 e publicados com o título *O Turista Aprendiz*.

É consenso entre os estudiosos da obra de Mário de Andrade³⁰, que as viagens a Minas Gerais e às regiões Norte e Nordeste do Brasil, com um intuito etnográfico, influenciaram sua concepção de identidade e de cultura brasileira. Da mesma forma, balizaram sua proposta de criação de uma instituição de proteção ao patrimônio histórico e artístico no Brasil. Todavia, a leitura de suas cartas expõe um outro universo de representações resultantes das experiências proporcionadas por essas viagens.

Nesse contexto, as cartas são a antessala da produção criativa, no sentido de expor o processo de reconhecimento e discussão de ideias provenientes da experiência, considerando que “a correspondência é para alguns escritores,

²⁹ MORAES (Org.) Op. cit., p. 339-340.

³⁰ A título de exemplo: Telê Lopez (2002), Aracy Amaral (1997) e Alexandre Eulálio (2001).

independentemente de seu valor estético, uma passagem obrigatória, um meio privilegiado de ter acesso a uma obra, o elo que falta entre o homem e a obra” (KAUFMANN, 1990, p. 80). Para compreender a relevância das viagens vivenciadas por Mário de Andrade, na construção do seu entendimento sobre as questões relacionadas à memória, à identidade e ao patrimônio cultural, é preciso, antes, conhecer o Mário das cartas.

Embora mantivesse uma vasta correspondência, Mário de Andrade não estava convencido da necessidade de tornar públicas as suas cartas. Pelo contrário, defendia o direito de privacidade que a escrita de foro íntimo representa. Em uma carta escrita a Rodrigo Miranda, Mário afirma: “Devia ser proibido a mostra pública de cartas particulares, por lei governamental. Como si um escritor, um artista, pelo fato de ter uma vida pública, não pudesse ter uma vida particular”³¹. No entanto, poucos anos depois de sua morte, em 1945, um de seus maiores correspondentes e amigo pessoal, Manuel Bandeira, editou e publicou parte de sua correspondência, sob o argumento de que as cartas escritas por Mário eram importantes documentos como ponto de vista crítico-literário, biográfico e cultural. As cartas eram, em suma, fontes para a história do pensamento brasileiro referente à cultura e às artes.

³¹ ANDRADE, 1981, p. 158

5.2 Turismo: entre cultura e patrimônio

O Brasil descrito por Mário de Andrade em suas cartas e em sua produção literária, era o Brasil que se descobria gigante, diverso e autêntico. Nesse momento de descobertas, a herança histórica materializada nos lugares e nos objetos do passado integrou discursos que possibilitaram diferentes usos políticos da noção de identidade nacional. O conceito de patrimônio cultural era incipiente nesse período, mas já suscitava questões fundamentais sobre os usos discursivos do passado.

Os lugares de outrora representavam a possibilidade de conhecer um Brasil diferente do descrito pela tradição aristocrática europeizada. Mário de Andrade, ao viajar pelo Brasil, se descreveu como um turista aprendiz, antecipando em algumas décadas o que ficaria conhecido como turismo cultural, do qual o turismo patrimonial é um segmento particular.

O conceito de turismo está diretamente relacionado a uma ideia de consumo, mas quando se trata de turismo cultural este consumo pode ser “antropofágico” tal como concebiam os modernistas. Um consumo que é experiência, reconhecimento e memória compartilhada. Um consumo “contra a Memória fonte do costume”, tal como defendeu Oswald de Andrade em seu Manifesto Antropofágico (1928), um consumo que busca “A experiência pessoal renovada”. Não se trata, contudo, de excluir

os muitos sentidos que a palavra “consumo” pode ter em um contexto de turistificação, mas de ampliar as possibilidades de compreensão desse fenômeno econômico e sociocultural representado pelo turismo cultural.

A experiência pessoal renovada defendida pelos modernistas não era, ao menos para Mário de Andrade, uma ruptura com o passado, mas uma tomada de consciência em relação à herança histórica e cultural que não podia mais ser ignorada, mas que não precisava ser repetida. Em seu *Prefácio Interessantíssimo*³², Mário de Andrade (1987, p. 75) escreveu que: “O passado é lição para se meditar, não para reproduzir”. O poeta que se dizia um “passadista” e que lançou as bases para a política nacional de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, pode também, ter deixado pistas para a compreensão dos aspectos sensíveis da experiência vivida em viagens a lugares com potencial patrimonial.

Os motivos pelos quais uma pessoa planeja e vive uma experiência de turismo cultural são em parte comuns a todo turista e em parte resultantes dos anseios e expectativas de cada viajante. Há, portanto, o estabelecimento de uma relação de troca entre o turista e o lugar, uma relação que extrapola os limites do consumo mercantil e adentra o campo das trocas simbólicas, do

³² O Prefácio Interessantíssimo é um texto de apresentação à obra Paulicéia Desvairada (1924).

reconhecimento do outro e das afirmações identitárias. Nesse sentido, o turismo patrimonial, enquanto “prática turística com foco em bens de interesse cultural, material ou imaterial, tombados, valorizados, registrados, salvaguardados, restaurados, conservados e museificados por organismos públicos e privados de proteção ao patrimônio cultural” (FIGUEIRA, 2016, p. 151), insere nesse universo de trocas, a busca pelo passado, pelo autêntico e pelo reconhecimento da excepcionalidade de um bem patrimonializado.

Há, portanto, uma relação entre o viajante e a extensa rede de valores, discursos e forças político-sociais que envolvem o reconhecimento e a preservação de um patrimônio. Essa relação expõe uma série de dilemas que opõem a exploração turística de sítios patrimonializados à sua preservação física e simbólica. Nesse contexto, torna-se premente compreender, quais valores são mobilizados para o reconhecimento de um patrimônio cultural? Como esses valores se relacionam com a prática do turismo patrimonial?

Partindo da definição de patrimônio cultural como “una invención y una construcción social”, defendida por Llorenç Prats (1998, p. 63), compreende-se que a definição de um bem, material ou imaterial, como patrimônio cultural situa-se no campo dos discursos e das práticas em forma de retroalimentação, isto é, não basta nomear um patrimônio, é preciso reconhecer e legitimar a

sua condição de patrimônio por meio dos usos que se faz dele. Nesse sentido, a relação entre o turismo patrimonial e a preservação do patrimônio cultural pode ser compreendida como um processo de troca mútua, onde a chancela institucional de um patrimônio atrai para si um interesse turístico, que por sua vez, agrega valor ao reconhecimento desse patrimônio. Evidentemente, essa relação de troca nem sempre se dá em condições de equilíbrio, fato que pode resultar em processos de espetacularização do passado, gentrificação e abandono. Dessa forma, a transformação dos lugares e modos de vida relacionados aos patrimônios culturais chancelados, deixa de proporcionar a experiência sensível do contato com o passado preservado.

Cabe questionar, portanto, se é possível um turismo patrimonial que não se baseie em um discurso reducionista de “viagem no tempo”, mas em uma proposta de experiência sensível junto aos lugares e aos modos de viver que trazem em si fragmentos do passado e da produção artística de outros tempos. O desafio reside em pensar formas de turismo patrimonial que sobrevivam às exigências da civilização do espetáculo, tal como define Mário Vargas Llosa (2013, p. 29), isto é, “a civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigentes é ocupado pelo entretenimento”, em franca oposição ao ócio e a experiência criativa.

A experiência vivida pelo grupo modernista durante a viagem às cidades históricas de Minas Gerais em 1924, foi o marco inicial para o reconhecimento de Ouro Preto como Monumento Nacional em 1933. Da mesma forma, o reconhecimento dessa cidade como monumento desencadeou uma série de transformações sociais e econômicas que interferiram na dinâmica cultural da cidade. Na década de 1980, com o reconhecimento de Ouro Preto como Patrimônio Mundial pela UNESCO, essas transformações foram potencializadas. Assim, a experiência proporcionada pelo turismo patrimonial depende diretamente da gestão responsável desse patrimônio, bem como dos diferentes valores atribuídos a ele, seja com chancelas institucionais, seja com o uso pela comunidade local. Nessa perspectiva, o turismo como uma prática predatória e fetichista inviabiliza a experiência de um turismo cultural/patrimonial como o vivido pelos modernistas brasileiros, evidenciando que a linha entre viver o patrimônio e entreter-se com ele é tênue e pode configurar experiências muito diferentes em viagens aos mesmos lugares.

Patrimônio é, antes de mais nada, uma questão de valor, como defende Josef Ballart Hernández (1996), no sentido de perceber a construção de discursos que atribuem diferentes sentidos aos bens culturais, mobilizando recursos para o seu reconhecimento e preservação. Dentre os valores elencados por

Hernández (1996) estão: o valor de uso, referente à dimensão utilitária; o valor formal, referente às qualidades inerentes ao objeto ou manifestação; e o valor simbólico, referente ao potencial comunicativo. No decurso de um projeto de turismo patrimonial todos esses valores são mobilizados em maior ou menor grau. O valor de uso, negligenciado em diferentes contextos de preservação, ganha folego com a visibilidade e com a política de novos usos do patrimônio. Da mesma forma, os valores simbólico e formal são potencializados pelo discurso publicitário que envolve a promoção turística.

No mesmo sentido, Françoise Benhamou (2016, p. 20) chama atenção para o fato de que os valores atribuídos aos bens patrimoniais não geram, instantaneamente, um potencial turístico, de modo que “valores científicos ou simbólicos fortes podem acompanhar um valor mercantil nulo ou muito fraco”. No entanto, esses valores são mutáveis e atribuídos em consonância com os diferentes contextos de patrimonialização. De modo que, o que foi considerado um bem de valor estético excepcional há 95 anos, durante a viagem do grupo modernista a Minas Gerais, pode hoje não ser valorizado da mesma forma.

O turismo patrimonial exige, portanto, um planejamento alinhado às políticas de reconhecimento e preservação do patrimônio, tanto em suas propriedades físicas, quanto em sua dimensão simbólica. Se a preservação do patrimônio e a

qualidade de vida das pessoas que o vivenciam cotidianamente forem negligenciadas, o turismo patrimonial se torna inviável, e facilmente substituído por uma atividade de entretenimento que tem o patrimônio como cenário.

A viagem da descoberta do Brasil, assim como as duas viagens etnográficas que se seguiram, mudaram a perspectiva de Mário de Andrade em relação ao patrimônio cultural brasileiro e, por conseguinte, influenciaram a política brasileira de reconhecimento e proteção desse patrimônio. Quase um século depois, as questões relativas ao reconhecimento da diversidade do patrimônio cultural brasileiro avançaram em muitos aspectos, em especial no que tange às manifestações, aos saberes e às demais formas imateriais do patrimônio. No entanto, a falta de recursos para a sua preservação, bem como a dependência econômica em relação ao Estado, diante da progressiva degradação física dos sítios tombados, continua mobilizando pesquisadores e diferentes setores da sociedade que procuram identificar formas de garantir a preservação desses patrimônios, sem prescindir da qualidade de vida das comunidades que vivem nesses sítios.

Como pensar, então, a gestão e a preservação do patrimônio cultural em um contexto de primazia do entretenimento? A chave de leitura para este enigma pode estar na própria concepção de patrimônio, bem como na compreensão

de que existe uma memória do patrimônio e que seu reconhecimento pode contribuir para o fomento de novas relações sociais e econômicas entre as pessoas, os lugares e as manifestações culturais. Embora a leitura das cartas e da produção literária de Mário de Andrade, com o propósito de incitar o debate em torno do turismo patrimonial, pareça estar na contramão de uma sociedade em que a figura do intelectual perdeu espaço de influência (LLOSA, 2013, p. 39)³³, uma leitura histórica de seus escritos pode apontar o caminho para uma política de gestão que considere o turismo patrimonial como uma ferramenta viável para promover o desenvolvimento econômico local associado ao reconhecimento do valor patrimonial dos sítios históricos no Brasil.

³³ De acordo com LLOSA (2013, p. 39), “(...) um fato singular da sociedade contemporânea é o eclipse de um personagem que há séculos e até há relativamente poucos anos desempenhava papel importante na vida das nações: o intelectual”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. **Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas**. São Paulo: FAPESP/Editora 34, 1997.

ANDRADE, M. de. **A lição do amigo**: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade anotadas pelo destinatário. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDRADE, M. de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio** (anexos). n. 30, 2002.

ANDRADE, M. de. **O Aleijadinho e Alvares de Azevedo**. Rio de Janeiro, R.A. editora, 1935.

ANDRADE, M. de. **O turista aprendiz**. Brasília: IPHAN, 2015.

ANDRADE, M. de. **Poesias Completas**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1987.

ANDRADE, O. de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016.

EULÁLIO, A. **A aventura brasileira de Blaise Cendrars**. São Paulo: Edusp, 2001.

FIGUEIRA, M. C. **O espetáculo turístico do patrimônio cultural da humanidade**: preservar para atrair os consumidores de

passado. 2016. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

HERNÁNDEZ, J. B. *et al.* El valor del patrimonio histórico. **Complutum Extra** 6, n. 2, p. 215-224. 1996. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/CMPL9696330215A/29835>. Acesso em: 15 set. 2019.

KAUFMANN, Vincent. **L'équivoque épistolaire**. Paris: Éditions de Minuit, 1990.

LLOSA, M. V. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Tradução: Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LOPES, T. A. Estabelecimento do texto, Introdução e notas. In. ANDRADE, M. de. **O Turista Aprendiz**. Belo Horizonte, 2002.

MORAES, M. A. de. (org.). **Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira**. São Paulo: Edusp/ Instituto de Estudos Brasileiros, 2000.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, n. 27, p. 63-76. 1998.

SANTOS, M. B. P. dos. **Viagens de Mário de Andrade: A construção cultural do Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

6 O BRIQUE DA VILA BELGA COMO ATIVIDADE PROMOTORA DE TURISMO

Cristiane Leticia Oppermann Thies ³⁴

Uma atitude espontânea de formação de um brique de produtos artesanais tem sido uma atividade de sucesso em uma região histórica da cidade de Santa Maria, denominada Vila Belga. Trata-se de uma vila ferroviária composta por casas geminadas com traços da arquitetura eclética que foram construídas no início do século XX para abrigar os ferroviários da região e suas famílias. É um importante patrimônio histórico local, tombado pelo município no ano de 1988 e pela Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul desde o ano 2000. O lugar já sofreu com o abandono, mas, a partir de 2013, houve um projeto de revitalização das casas, calçadas e iluminação.

Nesse cenário, como meio de trazer movimentação ao local, valorizar a região e ainda gerar renda à população, a associação de moradores criou, no ano de 2015, o *Brique da Vila Belga*, uma atividade que reúne vendedores e compradores de produtos artesanais e manufaturados nas ruas da vila em

³⁴ Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Franciscana (UFN). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Email: cristianeot@gmail.com.

domingos alternados. Essa atividade potencializou a valorização e o uso do ambiente pela população, promovendo ações de valorização de produções locais e do turismo na região e, principalmente, aumentando o sentimento de pertencimento ao local tanto pela parte dos moradores da vila quanto do restante da cidade.

O turismo é uma das atividades que mais cresce em todo o mundo e seu desenvolvimento em uma determinada localidade pode alavancar ou recuperar o crescimento local, melhorando tanto aspectos de infraestrutura como de qualidade de vida da população. Nesse contexto, o planejamento da atividade tem papel fundamental para que os impactos locais sejam positivos e que as características diferenciais presentes, que na maioria das vezes são um dos elementos atrativos, não se percam com a invasão de referências externas.

Quando feito pela comunidade, o turismo tende a ser um catalizador das perspectivas de seus membros em torno do próprio legado patrimonial. Nesse viés, como exemplo concreto de utilização das próprias referências patrimoniais como estratégia de renovação, proteção e preservação do patrimônio, cuja exigência técnica, legal, protetiva e estética demanda uma série de ações, recursos e procedimentos, cita-se a Vila Belga.

A Vila Belga é uma vila ferroviária localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, em Santa Maria, cidade que teve o

início da sua urbanização em meados do Século XVIII, mas que foi potencializada com a chegada da ferrovia no ano de 1884 (BELÉM, 2000), que mais tarde tornou-se um grande entroncamento ferroviário do estado. A vila ferroviária em questão foi construída nas proximidades da Gare da Estação, como forma de manter os funcionários da ferrovia próximos ao local de trabalho. O primeiro conjunto de casas foi inaugurado em 1907 em estilo eclético, predominante na época (LOPES, 2002).

A vila é, hoje, considerada um importante patrimônio histórico e artístico da cidade, o qual foi tombado pelo município no ano de 1988 e pela Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2000. O conjunto é formado por 44 casas geminadas e pelos prédios administrativos e armazéns da antiga Cooperativa dos Ferroviários (Diário Oficial do Estado do RS, Decreto 030/2000). No ano de 1997, com a privatização das linhas férreas, a maioria das casas da Vila Belga foi adquirida pelos próprios moradores, através de leilão. Com as altas prestações do financiamento, os moradores não possuíam recursos monetários suficientes para realizar as obras necessárias para a recuperação dos imóveis (QUERUZ, 2004).

As casas apresentam várias tipologias, e os desenhos de fachadas e janelas são também diferentes entre si (LOPES, 2002). A partir de 2009, foi realizada a revitalização da Vila Belga, ocorrida em duas etapas: uma de melhorias urbanísticas na área

(nova pavimentação nas calçadas com implementação de recursos de acessibilidade, retirada do asfalto das ruas, substituição de parte da tubulação de esgoto, fixação de totens informativos com dados históricos da área e instalação de postes de iluminação pública); e outra de pintura das fachadas das casas, as quais foram concluídas em 2012 (FACCIN, 2013).

Figura 1 - Vista de algumas casas da Vila Belga



Fonte: Dantanhan Baldez Figueiredo (2019)

A partir desse momento, houve o começo de algumas iniciativas da prefeitura municipal para transformar a Vila Belga em um polo turístico, em conjunto com a Gare da Estação, onde seriam implementados centros culturais e museus, dentre outras

atividades que levariam o turismo ao local. Mas, infelizmente, algumas dessas obras não foram concluídas, inviabilizando a finalização do projeto.

No ano de 2016, foi implementada no município a lei 6057/2016, que criou o Polo Gastronômico, Turístico e Cultural da Vila Belga, como outra tentativa de alavancar o turismo na região. Através dessa lei, foi encorajada a instalação de 33 diferentes atividades culturais e turísticas para o desenvolvimento do local, assim como a recuperação e a manutenção dos bens tombados através de incentivos fiscais. Com isso, foi possibilitada a troca de uso dos imóveis tombados da área de moradia para a prática comercial, bem como a promoção de mudanças físicas na estrutura e transformações sociais para a população local. Apesar da lei já possuir três anos de existência, ainda não foram solicitados os benefícios por nenhum empreendimento.

Algumas políticas públicas são uma maneira de incentivo à preservação do patrimônio cultural de um lugar através da promoção do turismo e da economia local. A política pública pode ser um meio de materialização das necessidades dos indivíduos e não pode ser generalista, pois deve considerar as diferentes realidades presentes no território e na sociedade. Então, faz-se necessária a avaliação dessas políticas, pois isso pode significar a possibilidade de correção das ações que impactaram de forma

negativa o espaço urbano, além da afirmação das que tiveram resultado positivo.

Mas, especificamente no caso da Vila Belga, é demonstrado, na prática, que nem sempre são obtidos os resultados esperados com a implantação das políticas públicas. Assim, por outro lado, esse caso indica que muitas vezes processos que nascem e se desenvolvem nas próprias comunidades moradoras de lugares tombados parecem ter mais sucesso do que algumas leis ou políticas incentivadoras, pois vêm ao encontro das necessidades locais, gerando renda e mantendo a população no território.

Isso é o que acontece com o *Brique da Vila Belga*, um movimento cultural que nasceu no ano de 2015 por iniciativa dos moradores e entusiastas do local, que buscaram criar meios para incentivar o convívio e a revalorização por parte da população do patrimônio histórico, que sofria com o abandono e a falta de reconhecimento. Um pequeno grupo de moradores iniciou a exposição de seus produtos nas ruas da vila. A atividade acontece em domingos alternados. Tal ação foi apoiada pela Associação de Moradores e aos poucos foi ganhando adesão de mais pessoas.

Consequentemente, a população da cidade logo aderiu à proposta, o que resultou em uma área de reunião e convívio. Aos poucos, o brique foi aumentando o seu repertório, passando de apenas um espaço de comércio para também um palco cultural,

com apresentações de bandas e peças teatrais cada vez mais atenção para o lugar. Os componentes da programação cultural e os integrantes da coordenação do brique, que hoje compõem uma associação civil, participam de forma voluntária e espontânea através de colaboração mútua.

Figura 2 - Dia de brique nas ruas da Vila Belga



Fonte: Dantanhan Baldez Figueiredo (2019).

A palavra “brique” tem origem na palavra francesa *brique-a-braque*, que diz respeito a coleções de diversos e velhos objetos e itens de pequeno valor, como artesanato, arte, antiguidades, bijuterias, móveis, vestuários, entre outros. No estado do Rio Grande do Sul, é uma palavra que caracteriza tanto essas feiras eventuais como locais que vendem peças usadas de mobiliário. Portanto, a palavra resume apenas a parte comercial do negócio,

mas não traduz o cunho turístico-cultural que veio associado à sua criação.

A proposta do “Brique da Vila Belga” é divulgar elementos culturais diferentes e promover a exposição de atividades que são qualificadas como singulares da cidade. Além do comércio de artesanato e de produtos alimentícios, ocorrem apresentações artísticas como músicas, danças, teatros, rodas de conversa, oficinas e palestras. Isso mostra que a programação cultural, assim como a própria governança do brique, é produzida de forma voluntária, lúdica, espontânea e colaborativa (RAMOS; BOBSIN, 2016).

Com o crescente número de expositores cadastrados, que hoje ultrapassam 150, em relação aos 16 *stands* iniciais que estavam presentes na primeira edição em 08 de março de 2015 (BRUN, 2015), foi necessária a institucionalização do brique, sendo formada uma associação civil, com regimento interno e diretoria. A partir disso, os interessados em expor precisam entrar em contato com a comissão organizadora, participar de uma reunião sobre o regimento interno do evento e assinar um termo de compromisso, que traz regras básicas sobre o brique, como a exigência de não esconder e não depredar o patrimônio histórico, além de pagar uma taxa correspondente e definir um espaço disponível para instalação.

No ano de 2018, a atividade do *Brique da Vila Belga* foi uma das vencedoras do Prêmio *Culturas Populares 2018*, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC), no qual concorreram mais de 2200 projetos, ficando entre os 500 premiados. Um reconhecimento para quem contribui para uma atividade sociocultural com a melhoria das comunidades onde elas ocorrem (REDAÇÃO DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2018).

Ainda no ano de 2018, o tradicional Brique da Vila Belga passou a ter edições noturnas, ampliando a sua programação e a diversidade de expositores. Além disso, o brique foi um dos 40 projetos aprovados pela Lei de Incentivo à Cultura de Santa Maria (LIC-SM) para 2019, podendo captar um valor aprovado de 60 mil reais (MATGE, 2018).

O brique não se apresenta apenas como uma feira, ele é, sobretudo, uma experiência sociocriativa inovadora e um espaço de valorização do patrimônio histórico da cidade que resgata a cultura popular, além de promover a interação do local com a população. É um espaço saudável e convidativo para um passeio de domingo, uma vez que promove a cultura de paz, o intercâmbio cultural e a valorização/ revitalização dos espaços públicos santamarienses (BLOG DO BRIQUE DA VILA BELGA, 2019).

Os lugares que detém elementos do patrimônio histórico já são locais atrativos por si só, mas, por sua vez, quando associados às ações comunitárias resultantes de economia

criativa, podem ter seu turismo potencializado. Ações de políticas públicas podem ter efeitos semelhantes, mas isso depende da maneira com que foram planejadas e colocadas em prática, pois, se não houver público para implementar tal legislação, elas podem não ser efetivadas da maneira como foram idealizadas. Por isso, é muito importante um planejamento dos agentes públicos em conjunto com a comunidade e com entidades locais, uma vez que as diferentes visões e posicionamentos podem enriquecer as políticas públicas de implementação do turismo.

O brique pode ser enquadrado como uma atividade de economia criativa, que é aquela que se encontra voltada para bens intelectuais e culturais e engloba setores e processos de produção que têm como veículo principal a criatividade. As cidades podem ter grupos organizados que visam a busca de soluções de problemas sociais através de negócios sustentáveis que estão fortemente relacionados à cultura e que se mostram como exemplos de economia criativa. Dessa forma, quando associada ao turismo, a economia criativa vem como forma de implementar o desenvolvimento local e estimular as potencialidades específicas e diferenciadas de determinada localidade, incitando a capacidade de organização comunitária, resultando em menos desigualdades e buscando o desenvolvimento da comunidade como um todo.

Desse modo, pode acontecer a ativação patrimonial através do desenvolvimento de atividades vinculadas à economia criativa, acionando uma linha de comércio e de atividades que promovem uma diferenciação do lugar, uma vez que exprimem a cultura e os elementos de cultura e de criatividade local. Assim, a produção e a expressão ficam voltadas para elementos característicos da região e priorizam a produção artesanal característica própria da localidade.

É certo que a arquitetura é um atrativo no local e que este não deve ser tratado somente como uma vitrine para o turismo, mas, sim, deve impactar positivamente a população, uma vez que a simples manutenção das características físicas do território não são suficientes para garantir a singularidade de tais locais. Para manter a diferenciação da área, devem ser somados os aspectos culturais imateriais vinculados unicamente a população ali residente (BRAGA, 2007). Isso vem ao encontro do que o *Brique da Vila Belga* representa: uma maneira da população se aproximar de aspectos culturais peculiares do local histórico.

Dessa maneira, a atividade do *Brique da Vila Belga* trouxe a população de volta à circulação do calçamento histórico, onde é possível encontrar gastronomia local, artesanato, sebos e atuações como teatros e apresentações musicais, além de oficinas e rodas de leitura e conversa. Isso demonstra que pequenas ações podem, sim, transformar a visão de um lugar,

uma vez que objetivam impulsionar as atividades culturais, mantendo vivos os aspectos que constituem e consolidam a cultura, devendo abrir as portas para novas possibilidades de abordagem e difusão desses elementos.

A união desses elementos culturais enche o imaginário da cidade, reativa, constrói e cria novas memórias através da reconstrução da sua identidade diante de um público diferente. Para viabilizar o surgimento de novos conceitos de cultura, a memória e o imaginário tornam-se instrumentos aproximadores do patrimônio e dos cidadãos dos lugares que configuram suas cidades e que, por consequência, narram suas histórias.

Uma vez que o processo de patrimonialização cultural tem por finalidade ou consequência o seu potencial turístico, e este gera e movimenta a economia, justificam-se os investimentos nas práticas de patrimonialização de conjuntos urbanos (FIGUEIRA, 2016). O turismo é, dessa maneira, uma forma de ativar os locais e fomentar o desenvolvimento de regiões tombadas, uma vez que o público busca não apenas o lugar histórico, mas também uma infraestrutura mínima para poder usufruir e fazer a fruição estética do lugar. Em um tempo em que há uma propagação de não lugares (JAN GEHL, 2013), em que há uma uniformização das características culturais pelo mundo, os sítios que guardam suas características peculiares, as atividades turísticas tendem a

crescer, uma vez que este diferencial se torna um atrativo ao turismo.

Nesse contexto, o *Brique da Vila Belga* atende a essas expectativas, uma vez que muito mais que um local de compra e venda, tornou-se um ambiente de convívio e troca de experiências, o que, nos dias de hoje, com a vida corrida e com a falta de tempo, acaba sendo muito valorizado. Nesse viés, o brique revela-se positivo tanto para os usuários, como para os moradores e, também, para o patrimônio cultural da cidade, que é, dessa forma, utilizado e preservado através de novos usos.

REFERÊNCIAS

BELÉM, J. **História do município de Santa Maria: 1797-1933.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BLOG DO BRIQUE DA VILA BELGA. Disponível em: <http://briquedavilabelga.blogspot.com/p/o-brique.html>. Acesso em 17 set. 2019.

BRAGA, P. M. Intervenções urbanas e preservação do patrimônio cultural: paisagens particulares e banalização da paisagem. *In*: ENANPUR, 17., 2007 - Desenvolvimento, Crise E Resistência: Quais Os Caminhos Do Planejamento Urbano E Regional? **Anais [...]** São Paulo, SP, 2007.

FACCIN, D.; ZANINI, M. C. C. Percepções acerca do morar em um lugar de memória: o caso da “Mancha Ferroviária” de Santa Maria (1996-2013). *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Lindoia, SP. **Anais [...]**. Lindoia, 2013.

FIGUEIRA, M. C. **O espetáculo turístico do patrimônio cultural da humanidade: preservar para atrair os consumidores de passado.** 2016. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

FIGUEIREDO, D. B. “Uma tarde plena no Brique da Vila Belga”. Álbum Facebook, Vila Belga, Santa Maria - RS, Setembro 2019.

GEHL, J. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

LOPES, C. E. J. **A Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil e a Cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Brasil.** 2002. 224 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, 2002.

MATGE, P. R. Por que 2018 é um ano de avanços para Vila Belga. **Diário de Santa Maria**. 02 Dezembro 2018. Disponível em: <https://diariosm.com.br/especiais/reportagem-especial/por-que-2018-%C3%A9-um-ano-de-avan%C3%A7os-para-vila-belga-1.2110885>. Acesso em: 18 set. 2019.

RAMOS, S. S.; BOBSIN, D. Gestão da inovação social: o caso do Brique da Vila Belga em Santa Maria – RS. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 19., 2016. **Anais [...]**. São Paulo: FEAUSP, 2016.

REDAÇÃO DIÁRIO DE SANTA MARIA. Brique da Vila Belga comemora prêmio nacional. **Diário de Santa Maria**, 25 Outubro 2018. Edição online. Disponível em: <https://diariosm.com.br/cultura/brique-da-vila-belga-comemora-pr%C3%AAmio-nacional-1.2103316>. Acesso em: 17 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 30**. Tombamento do Sítio Ferroviário de Santa Maria representado pela Vila Belga, Estação Férrea e Colégio Manoel Ribas conforme parecer técnico nº 11/00 do processo nº000548-11.00/99.8. Santa Maria, 26 de outubro de 2000.

SANTA MARIA. **Lei nº 6057 de 27/04/16**. Dispõe sobre o pólo histórico, cultural, turístico, gastronômico e de lazer da Vila Belga, cria incentivos e dá outras providências. Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2015/12/D03-968.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

QUERUZ, F. **Patrimônio tombado**: estudo de caso – Vila Belga. 2004. 34 f. Artigo (Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

7 RUA RIACHUELO: RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA E PATRIMÔNIO

Eliza F. Antochevis³⁵

O presente trabalho tem como tema a ligação entre patrimônio urbano/arquitetônico e economia. O objeto de pesquisa é a *Rua Riachuelo*, que faz margem à Laguna dos Patos, no Porto Velho da cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo geral é analisar como a atividade econômica produziu o patrimônio material observado na rua, ao longo dos séculos XIX e início do XX, e como esse patrimônio em parte descaracterizado, por sua vez, poderia motivar a economia para a cidade, através do turismo patrimonial. O texto foi dividido em três partes.

A primeira abordou a atividade econômica como geradora da *Rua Riachuelo*, a partir da década de 1820. Tratou da construção do patrimônio urbano e arquitetônico da rua como o cais, os sobrados e as casas térreas, durante um período de apogeu que se estendeu até a primeira metade do século XX. A segunda parte abordou as descaracterizações do patrimônio da rua, a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais.

³⁵ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Email: eliza.antochevis@gmail.com.

Foi feito um panorama do estado atual de preservação do local e de suas possíveis causas. A terceira parte tratou da *Rua Riachuelo* como possibilidade de força geradora de economia. Foi questionada a possibilidade da rua ainda originar economia através do turismo patrimonial, após ações de revitalização. Como conclusão, percebeu-se que a atividade econômica foi a principal contribuição para o desenvolvimento da *Rua Riachuelo*. Através do Porto Velho entraram ideias, técnicas e produtos que se espalharam por todo o Rio Grande do Sul. No entanto, o patrimônio cultural material, hoje parcialmente descaracterizado, só terá um apelo turístico patrimonial se aceitar as modificações contemporâneas que já foram realizadas e outras que poderão transformar o espaço público em uma área mais qualificada.

7.1 A economia como geradora da Rua Riachuelo: o apogeu

As questões referentes ao patrimônio cultural tornam-se cada vez mais amplas, envolvendo diversas áreas do saber. Dentro de sua divisão entre patrimônio material e imaterial, o primeiro grupo abrange desde paisagens naturais até cidades históricas. Seguindo essa visão, o espaço de uma rua costeira é tanto natureza quanto construção. Construção essa que pode manter uma forte relação com as atividades econômicas desenvolvidas em seu espaço.

Esse primeiro estudo, que busca desvendar a história do bem cultural, pode ser chamado de investigação. É a primeira etapa de uma sequência de atividades muito difundida dentro da gestão do patrimônio, composta por investigação, conservação, difusão e restituição (PRATS, 2006, p. 76).

A Rua Riachuelo, objeto de pesquisa deste trabalho, está localizada na cidade do Rio Grande. Foi em 1737 que a cidade foi fundada, como Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro, gerando o primeiro núcleo urbano do Rio Grande do Sul. Foi um longo período até surgirem as condições necessárias para a implantação de um conjunto urbano e arquitetônico que resistisse aos desafios e pudesse ser considerado como patrimônio cultural material.

O motivo inicial da fundação foi a questão militar, como o avanço e a defesa do território português. No entanto, a ação comercial esteve presente desde os primeiros anos da povoação. Na década de 1780, as charqueadas da região Sul entraram em funcionamento. O charque era produzido na atual cidade de Pelotas, que se situava no território de Rio Grande. As exportações de charque, couro e trigo, se davam pelo porto do Rio Grande (TORRES, 2009, p. 11).

No início do século XIX, as atividades ligadas ao porto atraíram comerciantes em busca de mercado para os seus produtos. Em 1809, John Luccock (1987, p. 117), comerciante

inglês, permaneceu alguns meses em Rio Grande e afirmou que havia uma fileira principal de casas, que corria na direção leste-oeste, com janelas através das quais se via uma ilha do outro lado de um canal. Por seu relato, pôde-se concluir que a fileira principal de casas era o início da Rua da Praia, atual Rua Marechal Floriano Peixoto.

Posteriormente, em 1820, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire passou algum tempo na cidade. Em seus escritos, apontou a existência de seis ruas muito desiguais, atravessadas por becos. Segundo Saint-Hilaire, na Rua da Praia estavam situadas quase todas as casas comerciais (lojas de tecidos, armazéns, farmácias, ferreiros, ourives, etc.) e residências com telhas e janelas envidraçadas (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 74). Essas residências pertenciam aos comerciantes.

Em meio ao crescimento urbano e econômico atingido no início do século XIX foram realizadas as primeiras obras de construção do porto, que incluíram a dragagem do cais (QUEIROZ, 1987, p. 157). Parte das areias retiradas foi usada para a criação de um aterro e formação da *Rua Nova das Flores*, atual *Rua Riachuelo*. A rua foi representada em documentos iconográficos da década de 1820, como uma aquarela de Jean-Baptiste Debret, de aproximadamente 1824 e um mapa, intitulado *Planta da Villa do Rio Grande de São Pedro*, de 1829 (ANTOCHEVIS, 2015, p. 82-83).

Outro fato interessante foi que, no ano de 1865, por ocasião da *Guerra do Paraguai*, desembarcam na cidade D. Pedro II e o Conde D'Eu, seu genro. O Conde escreveu que a cidade tinha muitas casas de comércio europeias e três ruas principais, paralelas à praia (D'EU, 1980, p. 24). Foi por ocasião dessa visita que a *Rua Nova das Flores* (posteriormente *Rua da Boa Vista*) ganhou o nome de *Rua Riachuelo*.

Dando continuidade ao desenvolvimento do Porto, na década de 1870 houve uma obra de ampliação do cais. Entre esse momento e as primeiras décadas do século XX, a rua viveu um período de apogeu, com um grande número de estabelecimentos comerciais que funcionavam como casas importadoras. As construções abrigavam os usos comercial, de serviços e residencial. Esses estabelecimentos foram um exemplo direto da relação entre as atividades econômicas e a sua produção urbana e arquitetônica, ou seja, o seu patrimônio material.

Dentre elas, a empresa do italiano Raffaele Marsiglia estabeleceu-se em Rio Grande na década de 1880, no ramo de importação e exportação de secos e molhados (DOMECQ, 1916, p. 368). A firma possuía alguns prédios na *Rua Riachuelo*, como um sobrado de dois pavimentos, ocupado pelo escritório, e algumas construções térreas que funcionavam como depósitos (Fig. 1).

Em 1893, foi fundada a empresa Abel Asti & Cia, pelo brasileiro Abel Asti e pelo português Antônio Alves d'Almeida. Importavam produtos (secos e molhados) da Inglaterra, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Estados Unidos e Uruguai (DOMECQ, 1916, p. 351). O sobrado apresentava um pavimento térreo voltado aos usos de comércio e serviços e um primeiro pavimento para o uso residencial (Fig. 2). Por sua localização privilegiada, em frente ao cais do porto, a compra dos produtos importados era facilitada (Fig. 3).

Como características gerais, o patrimônio material da *Rua Riachuelo*, nas primeiras décadas do século XX, era formado por edificações inicialmente da corrente luso-brasileira, que receberam ornamentos em suas fachadas, como platibandas e balcões de ferro, inserindo-se no período eclético. Somadas à rua e ao cais do porto, formaram um conjunto urbano com muitas especificidades, graças às atividades comerciais e portuárias desenvolvidas.

Figura 1 - Propriedades da empresa Raffaele Marsiglia & Filho na R. Riachuelo, entre as ruas Almirante Barroso e Coronel Sampaio



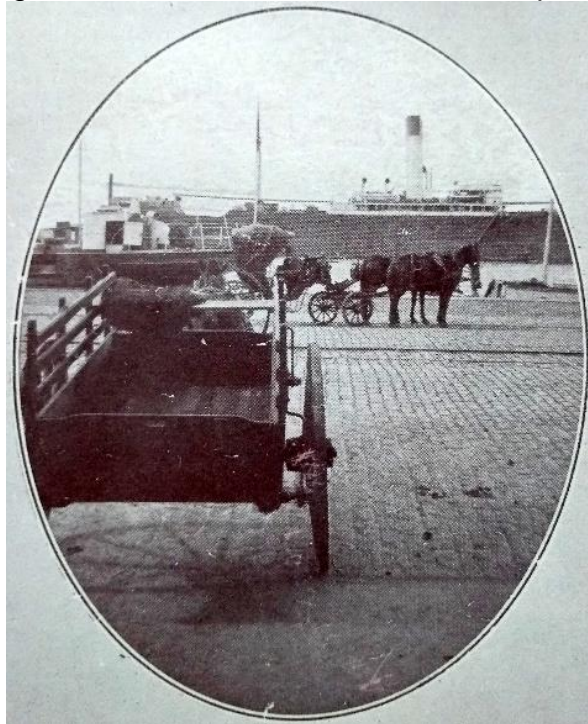
Fonte: Domecq (1916, p. 368.)

Figura 2 - Empresa Abel Asti & Cia. na R. Riachuelo, entre R. Benjamin Constant e Trav. do Afonso



Fonte: Domecq (1916, p. 357).

Figura 3 - Vista do cais em frente à empresa



Fonte: Domecq (1916, p. 359).

7.2 A descaracterização do patrimônio material da Rua Riachuelo: o declínio

No ano de 1915, foi inaugurado o *Porto Novo do Rio Grande*. O porto antigo, denominado então de *Porto Velho*, continuou a receber algumas embarcações, de pequeno e médio porte. A partir de seu cais eram transportados produtos e também passageiros, entre Rio Grande e São José do Norte. Para apoiar

as atividades foram edificados os cinco armazéns, na década de 1920.

Acredita-se que a criação do *Porto Novo* tenha iniciado o período de declínio e esquecimento da rua, embora esse tenha demorado algumas décadas para se efetivar. É possível imaginar as mudanças ocorridas no perfil da rua, principalmente no que diz respeito aos usos, já que as atividades portuárias ficaram divididas entre os dois portos.

No ano de 1941, uma enchente cobriu parte das ruas da cidade. Pela distinção do evento, muitas fotografias foram tiradas. Foi possível perceber que a arquitetura ainda estava preservada e bem conservada. Algumas alterações ocorreram, como trocas de vãos de portas para janelas. Ainda existiam algumas empresas e armazéns, mostrando que a relação com a atividade comercial continuava.

Não se sabe ao certo quando o período de declínio tornou-se mais evidente, mas supõem-se que tenha sido na década de 1950. A industrialização da cidade entrou em decadência provocando falências de empresas nos anos 1950, com o fechamento de grande parte do parque industrial tradicional (TORRES, 2011, p. 12).

Sobre os usos, é importante salientar que, ao retirarem-se as casas importadoras, o uso residencial também foi perdido. Apesar da sua localização central, muitos dos usos que surgiram

na segunda metade do século XX, como depósitos e casas noturnas, não auxiliaram na real vivência da rua pela população. Apenas algumas agências marítimas de importação e exportação e alguns escritórios exercem esse papel, criando fluxo de pessoas e, conseqüentemente, segurança.

Com relação aos sobrados e casas térreas, muitos tornaram-se imóveis abandonados, sem uso e sem manutenção. Por não terem o seu histórico valorizado, muitos prédios, principalmente os inventariados, foram negligenciados de forma proposital, para que a demolição fosse o único caminho possível, visto que o habitar havia se tornado impraticável. No entanto, a rua contém em torno de dez construções inscritas na *Lista de Bens Inventariados*, cuja legislação solicita a integralidade das fachadas públicas e da volumetria. É um pequeno número de edificações com restrições, que não deveria justificar um número tão grande de imóveis descaracterizados, com alterações irreversíveis (Fig. 4).

Figura 4 - A Rua Riachuelo em um ponto próximo ao prédio da Alfândega



Fonte: Autora (2019).

Observando o outro lado da *Rua Riachuelo*, percebe-se que o cais e os armazéns também sofreram modificações. Não no caráter estético, mas com relação a sua função. O cais recebeu fechamento com portões de grade, afastando a população da *Laguna dos Patos* e recebendo menos manutenção. Atualmente, o *Porto Velho* é utilizado para a atracação de alguns barcos pesqueiros. Da mesma forma, o *Porto Novo*, a Universidade Federal do Rio Grande e a Marinha utilizam embarcações em seu entorno para auxílio e pesquisa.

Os armazéns receberam diferentes usos ao longo do tempo e atualmente também não se encontram em um bom estado de conservação. Dois dos armazéns acolhem usos de museus, como

o *Museu do Acervo Histórico do Porto* (no Armazém 01) e o *Museu Náutico da FURG* (no Armazém 04), com entrada pela *Rua Riachuelo* e sem acesso ao cais.

É interessante notar que, durante o período de declínio do setor industrial e da conseqüente estagnação econômica, não foram ponderadas alternativas turísticas, para gerar empregos e manter a segurança da via. A *Rua Riachuelo*, com toda a sua história poderia ter recebido uma proposta de consumo turístico-patrimonial, que tem o patrimônio como principal agente de aquisição (PRATS, 2006, p. 73).

7.3 A Rua Riachuelo como geradora de economia: ainda é possível?

Após a percepção do atual estado de preservação da *Rua Riachuelo*, do seu cais às suas edificações, pode-se fazer uma análise sobre as condições que ela apresenta para ser revitalizada. Como o próprio nome sugere, revitalizar implica transformar uma área degradada ou subutilizada em um espaço de maior qualidade, mais passível de ser usufruído pela população.

Além das alterações que os residentes da rua (ou de perto dela) observarão no dia a dia, o resultado poderá ser a geração de renda através do turismo, com ênfase no patrimônio cultural.

Esse chamado turismo patrimonial organiza-se como uma rica oportunidade do contato com outras épocas, outros tempos, outras culturas, outros povos (FIGUEIRA, 2016, p. 130).

Ao mesmo tempo em que o espaço, para ser considerado revitalizado, deverá ter áreas públicas, o turismo patrimonial exigirá testemunhos de uma época passada. Nesse sentido, a *Rua Riachuelo* ainda tem benefícios a oferecer. A possibilidade de um uso menos restrito do cais e dos armazéns e a existência de algumas construções preservadas podem trazer a própria população e turistas para viver e consumir.

Com relação ao espaço público, foi aprovado pelos órgãos responsáveis um projeto de Revitalização do Porto Velho. O projeto, de 2015, buscou a revitalização dos setores central e leste (área da *Rua Riachuelo*) e foi elaborado pelos escritórios Macadar Arquitetura e Consultoria e Lontra Arquitetura, sendo uma atualização do projeto original, que envolvia a revitalização de todo o Porto Velho, e foi vencedor de um concurso público em 1997.

Conforme o projeto, o cais será restaurado e aberto ao público, acrescido de novos instrumentos para uso coletivo, como palcos para apresentações e trapiches para observação da Laguna (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Projeto de Revitalização do Setor Leste, vista geral do cais, armazéns e Rua Riachuelo



Fonte: Londra Arquitetura (2019).

Figura 6 - Projeto de Revitalização do Setor Leste, vista do uso público do cais



Fonte: Londra Arquitetura (2019).

Junto as remodelações citadas, o restauro dos cinco armazéns incentivará novos usos (comércio, serviços, lazer) que

contribuirão para o uso do espaço ao seu redor e também para o turismo patrimonial, pois mostram um local destinado às atividades portuárias que remonta ao século XIX. O Porto Velho pode ser considerado um patrimônio da arquitetura, do urbanismo e da engenharia.

Com relação aos sobrados e casas térreas, sabe-se que as descaracterizações foram muito intensas. No entanto, em alguns pontos da via existem edificações com fachada frontal e volumetria preservadas, como na esquina da Travessa do Afonso com a *Rua Riachuelo*. Embora não formem um conjunto em um mesmo quarteirão, a mesma ausência de recuos e o mesmo número de pavimentos conferem uma unidade estética (Fig. 7).

Figura 7 - A Rua Riachuelo próxima à esquina com a Travessa do Afonso



Fonte: Autora (2019).

A requalificação da arquitetura poderá ser feita através da criação de uma nova legislação municipal, que permita diferentes níveis de preservação de acordo com o valor histórico e arquitetônico do prédio. A ideia seria preservar o que existe de autêntico e restringir grandes alterações externas, em fachada e volumetria, para os prédios descaracterizados e também para novos prédios que vierem a ser construídos.

Com relação às alterações e aos fatos históricos que não são evidentes ao visitar o local, algumas ações de educação patrimonial poderão ser realizadas. As novas gerações, principalmente, poderão aprender sobre o valor histórico da rua e de seu porto, em seu período de maior apogeu.

Finalmente, a última etapa da gestão patrimonial, chamada de restituição, se dará pelos próprios frutos colhidos pelo turismo patrimonial. A devolução que a população espera do processo de revitalização é a transformação, por meio do turismo, de um patrimônio esquecido em um patrimônio capaz de gerar recursos para se viver (PRATS, 2006, p.76).

É possível imaginar uma *Rua Riachuelo* “viva”, bem utilizada e segura, integrando o patrimônio construído ao patrimônio natural. O resultado não será uma imersão total ao século XIX, mas um misto de raízes históricas da cidade mais antiga do estado com alterações contemporâneas já realizadas e outras necessárias à população do século XXI.

REFERÊNCIAS

ANTOCHEVIS, E. F. **Da Catedral à Câmara do Comércio: o Centro Histórico do Rio Grande. RS (1755-1941).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1S8vLIUQ-jXj3h1yKHRVPOCHA0_DMu3Cq/view>. Acesso em: 10 abr. 2017.

D'EU, L. F. M. F. d'O., Conde. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

DOMECQ, M. R. **O Estado do Rio Grande do Sul.** Barcelona: Monte Domecq e Cia, 1916.

FIGUEIRA, M. C. **O espetáculo turístico do patrimônio cultural da humanidade:** preservar para atrair os consumidores de passado. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2017/05/TESE-DOUTORADO-MICHEL-CONSTANTINO-FIGUEIRA.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LUCCOCK, J. **Notas Sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Villa Rica, 1987.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico.** Sevilla, n. 58, 2006. Disponível em: <<https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

QUEIROZ, M. L. B. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. Rio Grande: FURG, 1987.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

TORRES, L. H. **Memórias do Cais**: o Porto Velho do Rio Grande. Rio Grande: Editora FURG, 2009.

_____. **Águas de maio**: a enchente de 1941 em Rio Grande. Rio Grande: Editora FURG, 2011.

8 GUASQUERIA, ENTRE O CAMPO E A CIDADE: UMA DISCUSSÃO SOBRE ECONOMIA, TURISMO E MEMÓRIA

Juliana Porto Machado³⁶
Ronaldo Bernardino Colvero³⁷

8.1 Um breve relato do surgimento da *guasqueria* no Rio Grande do Sul

O artesanato em couro cru, *guasqueria*, pode ser entendido como uma forma de representação cultural, enraizada no espaço rural e essencialmente unida ao trabalho de peão. A origem deste ofício não é precisa, estima-se que entre os séculos XV e XVI com a introdução do gado *vacum* em território brasileiro e latino americano, por meio dos invasores espanhóis e portugueses, iniciou-se o desenvolvimento desta produção artesanal.

No território do Rio Grande do Sul (RS) a vegetação possibilitou a sobrevivência dos animais trazidos pelos europeus, principalmente os equinos e bovinos. No século XVI a chegada dos Jesuítas³⁸ e a criação das reduções fez com que esses animais fossem utilizados para alimentação, capturados e

³⁶Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL, Bolsista FAPERGS, contato: julianamachado209@gmail.com

³⁷ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professor Titular na Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. E-mail: rbcolvero@gmail.com

³⁸ Os padres Jesuítas tinham como missão capturar e catequizar com base no catolicismo, o maior número de sujeitos de origem indígena que conseguissem.

condicionados a um lugar específico, como grandes piquetes demarcados por muros de pedras, cercas de madeiras ou por meio de regiões alagadas. A expulsão dos padres jesuítas por volta de 1641, fez com que o gado confinado fosse abandonado, ocasionando a reprodução livre e a formação de grandes rebanhos indômitos, formando as chamadas *Vacarias del Mar*³⁹.

Em um salto temporal, temos no início do século XVIII a concretização e fortalecimento das chamadas estâncias de gado, que passam a utilizar o método da domesticação para a formação de seus rebanhos. Esse processo de doma e captura dos animais apresenta a necessidade de materiais equestres, que viriam auxiliar o trabalho do peão⁴⁰ na realização da lida campeira. Neste período, a carne passa a ser o cerne da comercialização, principalmente com a indústria do charque. E o couro não comercializado começa a ser utilizado na criação de objetos equestres, tendo como produtor o peão/*guasqueiro*.

Em uma sociedade em que a economia está fortemente estruturada na pecuária, o peão será também *guasqueiro*, construindo uma técnica de saber e fazer a qual irá transmitir para outros sujeitos, aprendendo um novo ofício e formando memórias e criando tradições. Esse ofício foi voltado para a criação de peças de montaria, assim, no século XIX, as estâncias passaram a

³⁹ Referência de Luvizzotto (2010).

⁴⁰ Trabalhador do campo, no ecossistema Pampa, no Estado do Rio Grande do Sul.

contratar o *guasqueiro* como profissional que produz artesanalmente peças em couro cru. Sendo que, as transformações sociais e econômicas que ocorreram na Revolução Industrial no Rio Grande do Sul, ocasionaram uma diminuição significativa na procura por *guasqueiros*, principalmente pelo fato da agricultura e da pecuária começarem a disputar espaço no mercado econômico com a produção fabril.

Assim, a trajetória da *guasqueria* está entrelaçada com a do peão, que realiza o trabalho braçal da lida de campo, domando animais bravios, utilizando o cavalo como transporte e como companheiro de trabalho. Em uma relação constante entre homem, animal e campo. Diante disso, em pesquisas já realizadas⁴¹ foi observado que a *guasqueria* apresenta uma estrutura técnica de criação de seus objetos, que permanece no contexto atual. A mesma consiste na obtenção da matéria-prima⁴² (o couro-cru animal principalmente de bovinos e equinos), no estaquear o couro para secar ao sol, no lonquear (retirar os pelos da pele), no cortar as guascas (tiras de couro), no sovar (amaciar) as guascas e por fim no tirar os tentos (as tiras de couro de diferentes espessuras) para assim produzir as tranças. Esta

⁴¹ Pesquisa realizada durante a realização de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa intitulada “Artesanato em couro cru, *guasqueria*, na cidade de Jaguarão-RS”, teve como objetivo geral investigar a produção e a reprodução da *guasqueria*.

⁴² Originalmente era realizado por meio carneada e atualmente é através da compra da peça de couro em abatedouros ou cooperativas da cidade.

estrutura técnica torna-se elemento essencial para a identificação dos interlocutores como *guasqueiros*.

Contemporaneamente, na cidade de Jaguarão, este ofício de marcas e memórias rurais se encontra inserido no espaço urbano de um município reconhecido por seu patrimônio edificado⁴³, mas que não possui políticas públicas efetivas para o incentivo do setor artesanal⁴⁴. Em relação ao caso da *guasqueria*, existe uma certa invisibilidade que cerca essa prática.

Ao atuar no meio urbano, os *guasqueiros* acabam por não serem percebidos e reconhecidos. Uma das causas é a localização de seus ateliês de produção que, na maioria dos casos, são em suas próprias casas. Dessa forma, acabam por não possuírem um espaço de comercialização e divulgação das obras que desempenhe a função atrativa para possíveis compradores e visitantes. Por outro lado, a *guasqueria* é reconhecida por aqueles que possuem relações com o espaço rural e com a lida de cavalos. Esses sujeitos formam uma rede de compartilhamento comum em que reconhecem o trabalho do *guasqueiro* e adquirem suas peças.

No contexto jaguarense, temos esse homem rural que

⁴³ O Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão (RS) foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 2011.

⁴⁴ Destaca-se a Casa de Economia Solidaria (ECOSOL) e a Associação dos Artesãos que estão sempre em uma constante troca de espaços o que prejudica a criação de uma memória de lugar e até mesmo dificulta o “ver” dos turistas que visitam a cidade.

devido as dificuldades que existem nesse meio, desde a massificação dos maquinários agrícolas até a redução da pecuária bovina e ovina, acaba por ser forçado a deixar o campo e fixar-se no espaço urbano. A partir daí, precisa se adaptar a uma nova realidade social, passando por dificuldades como a busca por um emprego e tendo como experiência a bagagem cultural da atividade de peão.

Com isso, esse sujeito busca alternativas para se manter economicamente e começa a produzir a *guasqueria* para a comercialização e se inserindo no mercado informal. Ele passa a trabalhar com encomendas de objetos em couro cru voltados para atividades do campo, principalmente a equestre, não se desvinculando de suas tradições, apenas as adaptando a um novo contexto.

8.2 As transformações da produção artesanal e do espaço rural

O ofício artesanal quando pensado sob uma perspectiva social apresenta-se ancorado na memória local e na tradição cultural, uma vez que, essa prática foi por muito tempo a única maneira de criar objetos. A natureza modificada pela mão humana acompanha o tempo e estrutura um mundo simbólico com uma grande quantidade de objetos produzidos manualmente.

A habilidade de produção artesanal está relacionada com a força das mãos empregadas pelo artífice, ou seja, a força de trabalho provém da habilidade do corpo e da mente em uma constante sincronia de movimentos. O artesão domina todas as operações de criação do objeto, cada ação está interligada em uma sintonia completa, como menciona o *guasqueiro* J.G (2018) “o artesanato não é uma criação perfeita, ele apresenta falhas”, mas são essas que o transformam em algo único, diferente do produto industrializado produzido em massa, que não carrega em si valor simbólico.

A produção industrial desconfigura o modo de trabalho artesanal, desestruturando a forma de transmissão da técnica do saber-fazer e modificando a relação da mente e do corpo. A criação de larga escala de objetos padronizados proporciona ao mercado objetos com valor econômico mais baixo e conseqüentemente afetam a comercialização artesanal e contribuem para sua queda. Sem embargo, apesar da desvalorização econômica da produção de artesanato esse pode ser inferido como uma ferramenta de resistência cultural, um modo de sobrevivência econômica e social.

As formas de criar artesanato se modificam principalmente por fatores como a moda, valores estéticos atribuídos pela classe social com maior poder aquisitivo e pela procura de massificar os objetos originados pela produção manual. Nessa situação

desenvolvemos uma percepção de que a globalização ataca diretamente os artesãos, direcionando-os através de um olhar preconceituoso a um estado de marginalização. E submetendo-os a uma rede de mercadoria ligada a um intenso processo de mercantilização e internacionalização do artesanato. Em consequência disso, o artesão se encontra explorado pelas grandes lojas e por agentes mediadores de venda e assim os lucros reais são ínfimos para os artesãos.

Apesar dos poucos ganhos o artesão ainda segue na produção, concepção e execução de peças únicas. Com a habilidade das mãos deixa a marca de seu estilo e técnica em suas obras. Se voltarmos nosso olhar ao século XVIII, temos a mudança do modo de produção manual para o industrial que não se preocupa com uma composição artística do objeto, apenas, com a quantidade de produtos produzidos em menor margem de tempo, em um segmento de acumulação. Esse novo modo de trabalhar afetou o formato de organização entre produção/consumo, diferenciando-se do modelo tradicional até então vigente. O próprio objeto se modificou, seu valor simbólico e memorial se perdeu em meio a produção padrão. A relação criação e criador, objeto e artífice foi substituída pela relação homem/máquina/objeto/mercado.

A produção industrial⁴⁵ elabora um processo de reconfiguração de um objeto simples em um item de ornamentação, para assim despertar o interesse de compradores, criando em uma ilusão de valor simbólico em que o produto industrial também, carrega em sua construção memórias, apesar de serem produzidos em larga escala. Em um contínuo procedimento de imitações, em que a reprodução mecânica facilita a cópia de objetos a um estado de perfeição, porém, acaba saturando o mercado com produtos descartáveis. Como mencionou Arruda (1995) estamos inseridos em “um mundo que valoriza as máquinas e as ciências ditas tecnológicas e não o homem e sua humanidade” (ARRUDA, 1995, p. 01).

Se rememorarmos a situação do espaço rural, nos anos 60, o governo brasileiro busca pela modernização do setor agrícola, afetando e transformando diretamente a realidade social do campo. Esse marco de transformação causou o estabelecimento das relações capitalistas no modo de produzir/trabalhar, ampliando a geração de recursos para os grandes latifundiários. O projeto de modernização estava calcado em incentivos estatais e na rentabilidade industrial. A partir desta concepção esse projeto de desenvolvimento acabou por prejudicar o campesino, visto que, reduziu progressivamente a procura por mão-de-obra,

⁴⁵ John Hesketi (1998) irá dedicar em sua obra “Desenho Industrial” a aprofundar-se nas consequências que a produção industrial causa no setor artesanal.

ocasionando o desemprego e não minimizando esse como se esperava, de certa forma, obrigando o trabalhador rural a buscar alternativas de sustentação no meio urbano.

Em outro ponto de vista, Santos (2007) situa que a modernização do setor agrícola no Brasil produziu um aumento significativo na exploração da cultura de grãos, devido ao uso de mecanismos tecnológicos e insumos, como herbicidas, fungicidas e fertilizantes químicos, concomitantemente com novas técnicas de manejo e tratamento do solo. Já no setor pecuarista desenvolveu-se o melhoramento genético e de alimentos para a criação animal. O emprego de tecnologias permitiu ao país competir e comercializar seus produtos no mercado externo.

Nesse viés, as transformações do campo influenciaram no êxodo rural, devido ao difícil acesso que o produtor de menor porte teria para aproveitar essas revoluções tecnológicas, pois seus produtos sem elas acabavam por perder valor e mercado, causando a diminuição dos recursos do pequeno agricultor.

Em meio as transformações, o trabalhador rural acabou por perder seu meio de subsistência, quando não atingiu o mínimo para manter-se, inserindo-se em um mercado moldado por juros e impostos altos, onde a aquisição de subprodutos para trabalhar a terra se tornou uma meta inatingível. Conseqüentemente, houve a desvalorização do valor do produto do pequeno agricultor. Em casos como este, a solução encontrada por este produtor é vender

sua mão de obra para as grandes propriedades. São trabalhadores depositos de suas terras pela agroindústria (VARINE, 2013).

Ao seguirmos nessa trajetória, temos o pensamento de Silva (1996) o qual discute que o rural não pode estar vinculado a atividades pastoris, com o sistema de força braçal tradicional. Defendendo que o sujeito social que se adapta para dominar os códigos da tecnologia mecanicista agrícola, não se identifica mais com a identidade de homem rural. Estaria assim o campo passando por uma transfiguração de urbanização na qual, a logicidade urbana estaria movendo-se em direção ao espaço rural. Como também, o método urbano de modernização direcionado para o setor agrícola, voltando-se para modificar a zona rural, cuja mão-de-obra tecnológica não tenha sido efetivada, dispensando assim a presença do peão/campeiro.

Essa transformação do espaço rural é uma grande problemática salientada pelos *guasqueiros* de Jaguarão. O desalento que os mesmos possuem em relação a essa situação torna-se nostálgico quando se pensa que o peão, esse personagem tão atuante nos campos e na tradição campeira, não possa mais existir, ou tenha que se remodelar a esse novo rural. Pois, o *guasqueiro* também é peão.

A questão do espaço rural aqui trabalhado parte da percepção dos *guasqueiros* que nasceram nesse meio, vivendo

por muito tempo como peões/campeiros em grandes estâncias, nas quais, por meio da lida diária do campo acabaram por iniciarem-se na produção da *guasqueria*. Temos uma realidade de mudanças contínuas que afetaram diretamente o sujeito que trabalha de peão, que não possui suas terras, nem recurso e que acaba por trabalhar para os grandes proprietários de terra.

O *guasqueiro* M.T (2018) conta que desde menino trabalhou no campo junto ao seu pai, com quem aprendeu a lida e a *guasqueria*. Ele afirma que não conhecia nada além da vida no campo e que sempre se considerou peão, mas teme que com o avanço da soja por entre os campos, a produção de gado diminua ainda mais. Em consequência disso, as estâncias precisam de menos trabalhadores, ocasionando o aumento do desemprego. Em suas palavras “daqui a mais uns anos as estâncias vão terminar, quem foi peão foi [...] essa é a realidade”.

Nesta mesma direção, o *guasqueiro* M.C (2018) menciona que começou a ser peão muito jovem, aprendeu a lida observando o seu pai e o ajudando quando voltava da escola a qual andava mais de dez quilômetros para frequentar, caminhando até chegar a estrada de terra batida para esperar o transporte; devido as dificuldades existentes no espaço rural, o mesmo acabou por desistir de seguir adiante com sua formação escolar e voltou-se para o trabalho de peão:

Decidi ser peão, era o que eu sabia fazer [...] morar lá fora era difícil, vim para a cidade, tentei ser pedreiro, ronda e outras tantas coisas, mas não adiantava eu sou peão, daí consegui um emprego de peão nessa estância aqui, ela é mais perto da cidade, o que facilita para vender minhas guascas, mas eu prefiro o campo (M.C, 2019).

O referido *guasqueiro* reside no espaço da estância junto com sua família, nas acomodações destinadas aos empregados. Localizada entre o rural e o urbano, esta estância está cercada pela urbanização. Confirmando ainda mais as previsões dos *guasqueiros* do término da profissão de peão. O *guasqueiro* M.C (2018) irá acrescentar que ele é o único peão dessa propriedade, ele faz todo o manejo e lida dos animais, em sua maior parte, sozinho, pois em certos dias sua companheira o auxilia no que pode. Com o tempo que ele tem livre, pratica a *guasqueria*, “[...] eu acordo tomo o mate e guasqueio enquanto ela seva, chego na hora do almoço e aproveito para trançar e a mesma coisa à noite, qualquer tempo que aparece eu uso para fazer *guasqueria*” (M.C, 2018).

Por outro caminho, para o *guasqueiro* P.G (2018) que sempre foi peão, parando de exercer o trabalho apenas quando se aposentou, o peão/*guasqueiro* irá continuar a existir; pode até ser menos do que no passado, mas que esse ofício sempre se manterá, por causa da valorização do cavalo e as festas existentes em entorno deste, destacando os rodeios: “em época

de rodeio e de Semana Farroupilha a procura por trabalho em couro aumenta, se vê muito gauchito desfilando a cavalo pela cidade [...] o cavalo é nossa tradição, isso não se termina assim” (P.G, 2018).

Em meio as transformações sociais, temos esses sujeitos que viveram grande parte de suas vidas no meio rural, exercendo a profissão de peão⁴⁶ e devido a diferentes fatores acabaram por ter de abandonar este espaço e passam a ocupar a zona urbana. Nesta eles buscam manter uma ligação genuína com suas memórias e identidades, através da *guasqueria*. Mesmo o *guasqueiro* M.C, que vive entre o campo e a cidade, sente a necessidade de se reafirmar como peão de campo e *guasqueiro*. Afirmando que prefere o campo, assumindo que o único benefício de estar próximo a cidade é a facilidade para comercializar a suas peças.

Na situação atual, podemos afirmar que essa visão do espaço rural surge idealizada pelo passado que viveram. Desde jovens já se identificavam como tal, uma vez que eram filhos de peão e essa era a realidade que estavam inseridos. Naturalmente, esse fato influencia diretamente na escolha destes sujeitos em praticarem a *guasqueria*. O *guasqueiro* M.T (2018) argumenta que seu filho nunca se interessou em aprender o ofício e acredita que

⁴⁶ Deve se destacar que, assim como a *guasqueria*, o ser peão está além de uma profissão...: corresponde a forma de identificação destes sujeitos.

isso ocorra pelo fato dele ter residido sempre no meio urbano e que, apesar de ter um cavalo, não tem uma ligação verdadeira com esse como um peão tem. Na mesma perspectiva, o *guasqueiro* A.S (2019) relata que seu filho, que veio para a zona urbana muito jovem, também nunca buscou aprender a *guasqueria* tal como ele que aprendeu com seu pai que era peão e lhe ensinou a ser *guasqueiro* e *domador*, nos tempos que morava *para fora*⁴⁷.

Ao observar as transformações pelas quais passou o meio rural, percebe-se que essas afetaram diretamente a economia e o modo de subsistência dos trabalhadores do campo, que encontram na *guasqueria* uma forma de conservarem as memórias do campo e também, como uma alternativa para se manterem economicamente. A comercialização de *guasqueria* não é algo que possa ser percebida em uma situação secundária ou até mesmo negativa, ao contrário a comercialização possibilita a existência desse ofício.

Sendo que, a cultura apresenta uma forte relação estrutural com a economia, como aponta Benhamou (2013), pode-se notar que o patrimônio em sua materialidade e imaterialidade é um bem econômico, que gera emprego e renda para a sociedade. E que no caso do ofício de *guasqueria* permite a sobrevivência desse homem rural (peão) em sua nova realidade social.

⁴⁷ Expressão utilizada para indicar espaço rural.

8.3 A *guasqueria* como um possível recurso turístico

O *guasqueiro* contemporâneo que atua nos centros urbanos é moldado pela influência contínua da cultura rural na criação de suas obras. De toda forma, conserva-se o jogo da memória entre passado e o presente, em que a tradição é a mediadora na construção e na transformação identitária que o *guasqueiro* sofre. O passado é a base de apoio que o possibilita ir adiante e enfrentar os desafios impostos pela modernidade.

A memória irá influenciar diretamente na transformação da identidade do *guasqueiro* e em suas tradições. Será por meio da rememoração das memórias do transmissor/mestre do saber fazer que o receptor/artífice irá atualizar suas técnicas para o presente de sua nova realidade social, o que lhe possibilita a comercialização de suas obras.

Com isso, tem-se a possibilidade da *guasqueria* ser ferramenta de potencial econômico e também, um recurso turístico que pode despertar interesse por parte dos turistas em adquirirem peças artesanais em couro cru, movimentando o mercado interno da cidade. Nessa direção, temos uma nova perspectiva, o *guasqueiro* começa a criar um objeto que se distancia da função original, de peças voltadas para o trabalho com o cavalo e passa a produzir obras com outro significado, mas que representam o objeto original, como, por exemplo a criação

de chaveiros em formato de boleadeiras ou ainda colares que representam laços. À vista disso, permanece a técnica base de criação do ofício de *guasqueria*, porém com uma nova concepção.

Essa nova concepção está baseada na mudança da própria identificação da *guasqueria* que passa a ser compreendida como artesanato, ou seja, respondendo a uma demanda de mercado que busca uma renovação constante de produtos. Nesse viés de pensamento, temos o artesanato tornando-se um produto cultural rentável, adequando-se em sua maneira de criação e comercialização de objetos.

Este artesanato deve ser compreendido como um ofício heterogêneo carregado de intrincadas memórias e tradições, estruturando-se, na contemporaneidade, nas dimensões material, imaterial, econômica e cultural (LIMA, 2005) e fazendo com que tenha sua relevância a partir da promoção de renda econômica, para assim possibilitar a estabilidade financeira de seus praticantes e a inclusão social desses.

Todavia, o artesanato se desenvolve as margens da produção industrial, em confronto direto com a lógica de acumulação do capital. Sua presença está em uma constante oscilação entre o fazer manual e o industrial. À vista disso, o artesanato acaba por ser condicionado à necessidade de transformar/modificar sua forma de produção e atuação para se manter na sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que o ofício artesanal, também, considerando a *guasqueria*, apresenta uma escala de produção em série, porém está é pequena, e por mais que a técnica e o estilo do objeto sejam semelhantes, ainda assim, o objeto será único, pois se afasta do padronizado, já que apresenta no momento de sua criação, a memória, a tradição, a identidade e o contexto do artífice que irão influenciar na obra final.

Apesar da inserção de materiais produzidos industrialmente na composição do objeto artesanal, esse ainda se destacaria em seu diferencial simbólico e estético. Em um período em que o massificado domina o circuito econômico as singularidades de um objeto tornam-se elementos essenciais e necessários para a renovação do mercado consumidor.

A *guasqueria* apresenta-se como um artesanato tradicional que se posiciona no mercado de forma ativa e criativa, transformando-se com o tempo e os processos sociais. Assim, é possível identificar a autenticidade dos objetos, a carga simbólica e a realidade de ser algo único, que consegue manter-se a uma certa distância das influências externas, principalmente no que tange a técnica-base de transmissão e construção do objeto em couro cru.

É através do mercado informal que os *guasqueiros* comercializam suas peças, principalmente por meio de encomendas. É aí que temos o sujeito criador e o sujeito

consumidor do objeto, que irá influenciar na peça, porque fará a escolha do tipo de trançado, do material e do formato do objeto que deseja adquirir. A partir disso, o criador/artífice começará a criar a obra encomendada.

Assim sendo, temos o mercado informal como um espaço de sustentação, esse compreendido como afastado do rigor burocrático do comércio formal, possibilitando uma liberdade de atuação para os artesões/*guasqueiros* que comercializam suas peças em seus ateliês. Contudo, ao compreendermos o artesanato *guasqueria* como produção de renda para seu produtor e um patrimônio tradicional, devemos considerá-lo também, como um elemento que possui potencial para o desenvolvimento local principalmente como recurso turístico:

O desenvolvimento local é um assunto de atores locais[...] e o patrimônio é húmus[...], é um quadro, [...] é um recurso para o desenvolvimento. [...] O desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado no patrimônio vivido, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônios (VARINE, 2013, p. 18-20).

O desenvolvimento do turismo, por exemplo, tende a promover um olhar para as singularidades das pequenas comunidades, como a produção artesanal que ao ser reconhecida causa um grande impacto cultural e socioeconômico na sociedade local (BEZERRA, 2013), aguçando as memórias do passado

(saber-fazer) por meio da criação de objetos no presente, obras que serão consumidas e compartilhadas por aqueles que trilharem o caminho do turismo. Além disso, “la vinculación del patrimonio con el turismo equivale a su introducción en el mercado y produce cambios cualitativos en las activaciones y su evaluación” (PRATS, 2006, p. 73).

Para que as manifestações culturais como a *guasqueria* sejam potencializadas, há a necessidade do desenvolvimento de projetos e programas municipais de turismo voltados para a incorporação e reconhecimento do patrimônio local⁴⁸. Partindo de um prévio mapeamento dos sujeitos que produzem artesanato, reconhecendo a originalidade de seu trabalho, exclusivo e único e também, buscando um espaço para que esses sujeitos atuem e sejam percebidos em meio a paisagem urbana da cidade.

Dessarte, a paisagem rural da cidade também pode ser potencializada como recurso turístico, principalmente pela grande procura, que se nota na contemporaneidade de vivenciar a natureza, de conhecer os territórios e lugares de memória do meio campestre, incentivando a permanência do *peão/guasqueiro* no campo, com o auxílio da comercialização da *guasqueria*, essa, defendida neste ensaio, como um recurso cultural, econômico e turístico.

⁴⁸ Pensando nesse patrimônio local além das grandes edificações arquitetônicas da cidade, mas também o patrimônio imaterial do saber fazer popular e da materialidade do objeto, como o artesanato.

Importante frisar que os projetos de valoração do patrimônio local devem ser construídos em conjunto com a comunidade, em uma relação de troca entre poder público e sociedade, considerando uma produção coletiva de reconhecimento dos bens culturais, para que assim se efetive de fato, pois: “o patrimônio não é nem intocável, e inalienável. Ele é essencialmente consumível, destrutível, mas somente em função do desenvolvimento. [...] ele também é capaz de gerar um novo patrimônio” (VARINE, 2013, p. 39).

Uma vez que, um patrimônio isolado não existe por si só, ele precisa de um contexto e de bagagem cultural (memórias) para se manter em sociedade e ser ativo, deve ser reconhecido e vivenciado pela comunidade, para que não se perca e se torne desconhecido, como no caso da *guasqueria*.

8.4 Considerações finais

O artesanato, então, pode ser considerado um recurso turístico cultural que surge dos hábitos, das crenças, do cotidiano e dos saberes populares. Com foco na *guasqueria*, surge através da criação de objetos materiais, carregados de imaterialidade, em que o uso de ferramentas industriais é mínimo, utilizando o lugar, o espaço, as memórias e o ambiente como matriz de inspiração.

A produção de *guasqueria* quando compreendida pelo viés

de inserção da cadeia produtiva do turismo, acaba por somar valor a essa prática social, principalmente se reconhecermos esse saber fazer da tradição campeira como um patrimônio cultural local, que se transmitido aos visitantes (turistas) proporcionará inúmeras experiências de caráter único a esses sujeitos.

Já, a *guasqueria*, quando pensada em uma dimensão tradicional manifesta o patrimônio cultural produzido e acumulado pelo guasqueiro, principalmente quando voltado para a transmissão de técnicas tradicionais entre gerações. Os *guasqueiros* quando adotam a produção de novos objetos que se diferem da função original (lida campeira), com a criação de chaveiros, joias e objetos ornamentais (artesanato artístico), abrem um leque de oportunidades de comercialização de seus objetos, pois os sujeitos que não possuem uma ligação com o cavalo (meio rural) irão adquirir peças que remetem a esse, porém com uma nova significação, que preza pelo estético, o técnico e o criativo da obra.

A trajetória de vida dos *guasqueiros* é cercada de memórias das experiências no campo e do trabalho de peão, que ainda permanecem no presente de cada um, apesar das dificuldades enfrentadas para exercer esse ofício. Esses sujeitos retomam a este passado constantemente com sentimento de saudosismo, por meio da prática da *guasqueria*. Essa é algo que eles criam, em certo sentido para eles mesmos, para estarem sempre

reafirmando suas identidades em meio a troca existente entre artífice e objeto.

Portanto, cada peça criada corresponde a uma memória do processo de criar, do porquê criar, como criar, para quem criar e como ela será utilizada. Estabelecendo assim uma forte conexão com todas as etapas de desenvolvimento da obra. De certa forma, o *guasqueiro* é uma extensão do ser peão.

Por fim, a produção de *guasqueria* é uma forma de retirar esses sujeitos da linha da invisibilidade e lhes proporcionar protagonismo político, cultural e inclusive, turístico, tanto no espaço urbano quando no rural, desde que haja investimento na elaboração de projetos municipais de reconhecimento e valoração da produção artesanal local.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, G. Para que serve o ensino de História? **Revista História e Educação**, Londrina, v. 01, n. 01, 1995.

BEZERRA, L. T. **Turismo e favela**: A influência do imaginário para o consumo da comunidade Santa Marta /Rio de Janeiro. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

BENHAMOU, F. **A Economia da cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

HESKETI, J. **Desenho industrial**. Tradução: Fábio Fernandes. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LIMA, R. G. **Artesanato**: Cinco pontos para discussão. Brasília: Ministério da Cultura - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2005.

LUVIZOTTO, C. K. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. Investigación. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58, mayo 2006.

SILVA, J. G. da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: **BRASIL em artigos**. São Paulo: SEADE, 1995.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução Maria de Lourdes Parreiras

Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

9 TURISMO EM BIBLIOTECAS: UMA VIAGEM AO PASSADO

Márcia Della Flora Cortes⁴⁹

Vanessa Dias Santiago⁵⁰

João Fernando Igansi Nunes ⁵¹

Desde os primórdios da humanidade o homem desloca-se, muitas vezes, motivado por catástrofes, pela fome ou mesmo por guerras. A necessidade de sobrevivência forçou a movimentação de várias comunidades expondo o homem a diversas situações e riscos, entretanto, possibilitando, também, a aquisição de novos conhecimentos.

O desejo de viajar e conhecer lugares é fundamental para os indivíduos de uma sociedade em particular, uma vez que é diante do outro que, muitas vezes, reconhecemos aquilo que é o nosso patrimônio. A experiência de observar a cultura de diversos povos é motivadora para uma sociedade perceber que aquilo que compõe o seu país é tão grandioso quanto aquilo que representa a cultura e o patrimônio de outros países. O turismo, não restringe-

⁴⁹ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel E-mail: marcia.cortes@iffarroupilha.edu.br

⁵⁰ Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel E-mail:santiagovanessa@bol.com.br

⁵¹ Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: igansi@ufpel.edu.br

se, apenas, a arte de viajar e conhecer culturas, mas, sobretudo, é uma ponte para o (re) conhecimento da identidade local.

Viajar para conhecer o patrimônio arquitetônico, histórico e gastronômico causa fascínio e porque não “viajar” na própria história dos livros? O turismo em bibliotecas públicas é certamente uma viagem ao passado, uma experiência única através de rastros documentais que compõe nossa história. O potencial existente em acervos raros e especiais dessas bibliotecas amplia-se quando os livros são considerados muito mais do que fontes de informação mas, sobretudo, uma materialidade carregada de memória.

Os livros, especialmente de coleções raras e especiais, são objetos de arte, expressam a cultura gráfica de uma época e são constituídos de elementos que enriquecem a memória social e a própria história do livro. Com isso, são recursos e potenciais produtos culturais para o turismo que podem ser explorados em exposições, visto que sua preciosidade não pode ficar trancafiada em uma sala a espera de um leitor ou pesquisador.

Além do mais, o patrimônio bibliográfico é capaz de mover pesquisadores até a biblioteca de uma cidade contribuindo para o consumo de serviços e para o desenvolvimento da economia local. Ainda, algumas bibliotecas podem vender souvenirs, gerando renda para a sustentação de seus acervos, o que é

fundamental para a preservação, conservação e manutenção dos materiais sob sua guarda.

Logo, se tais coleções representam uma comunidade e a ela pertencem, são *patrimônios bibliográficos*. Com isso, é interessante questionar como um grupo de pessoas irá (re) conhecer como seu, um objeto que passa a maior parte do tempo as escondidas e trancafiado em uma sala, longe dos olhos de um simples leitor?

A partir dessa indagação, o objetivo desse ensaio é refletir sobre o potencial de bibliotecas públicas, seus acervos raros e especiais como produtos para o turismo cultural, considerando como aproximar o público dos mesmos. Como procedimento metodológico foi realizada uma revisão de literatura sobre cultura, patrimônio e turismo em bibliotecas a partir de autores como Varine (2013), Benhamou (2016), Dias (2006) e Sant'Ana (2001).

9.1 Cultura, patrimônio e bibliotecas

Abordar as relações da cultura com o patrimônio é fundamental para compreendermos o contexto do turismo em bibliotecas na atual sociedade global. A cultura é dinâmica e bastante ampla, inclui os mais variados aspectos que formam os diversos grupos sociais, as artes, o conhecimento, os costumes até valores e normas seguidos pela sociedade.

O patrimônio resulta do engajamento humano, de suas atividades, dos modos de fazer e criar. O pensamento humano, a mentalidade, o conhecimento, a forma como se realiza uma prática cultural e os aspectos simbólicos de uma época são vitais para enriquecer os estudos sobre cultura. Logo, a cultura é intrínseca ao patrimônio, parte integrante do mesmo.

Varine (2013, p. 19) alerta que o patrimônio é um meio que a sociedade dispõe para gerar seu desenvolvimento: “é, na verdade, o único recurso, juntamente com a população, que se encontra em toda parte e que basta procurar para encontrá-lo”.

A análise dos potenciais usos do patrimônio, através de um mapeamento daquilo que a sociedade compreende como seu, é uma maneira estratégica para promover aqueles bens que não são reconhecidos, mas merecem ser valorizados. As bibliotecas públicas, particularmente, são fonte de conhecimento, complementares ao ensino básico e superior e são capazes de gerar capital cultural, sem o qual, a sociedade viveria desconectada de seu passado, presente e até mesmo futuro e em decorrência não poderia desenvolver-se economicamente.

No contexto social brasileiro, destaca-se que a biblioteca pública, é um espaço cultural pouco frequentado pela maioria da população. A essa invisibilidade, pode-se associar o imaginário social de que as bibliotecas são espaços restritos a intelectualidade e a cultura dita oficial. Além disso, acervos

defasados desestimulam a atração do público. Observa-se que nem sempre um bem é construído com a finalidade de vir a ser um patrimônio, ele pode tornar-se relevante, tanto pela representação que adquiriu, quanto pela função exercida na sociedade, no momento e no contexto histórico em que foi criado.

Destaca-se que bibliotecas públicas tem como atividade fim atender demandas de leitura, conhecimento e cultura do público que inclui crianças, jovens, adultos e idosos de bairros dentro de um município. Essas instituições denominadas bibliotecas públicas podem ser mantidas pela iniciativa privada ou pública. No caso das que possuem mantenedoras públicas, devem seguir a legislação que proíbe qualquer tipo de venda e lucro uma vez que a mesma entende que as bibliotecas são apenas prestadoras de serviços. Entretanto, as bibliotecas públicas que são mantidas pela iniciativa privada, têm a possibilidade de realizar comércio e com isso, vender souvenirs e produtos culturais.

A biblioteca, atualmente, é, sobretudo, um espaço democrático que visa a disseminação do conhecimento a toda e qualquer pessoa, inclusive aquelas que nunca frequentaram uma escola. Existem outras maneiras de levar informação à sociedade para além do suporte tradicional “livro” que também promovem o conhecimento e a inclusão de todos, considerando-se que a biblioteca é um agente da cultura e pode ser considerado um

patrimônio em um determinado município de acordo com as relações que mantém com a sociedade a sua volta.

Sendo assim, pode-se afirmar que o patrimônio é uma construção social, uma confluência de memórias que representa a sociedade e permite investigar e aproximar o passado do presente. Logo, bibliotecas públicas podem tornar-se bens que possuem valor dentro de uma sociedade ao promover serviços que são reconhecidos, além de criar laços de afetividade que desencadeiam o sentimento de pertencimento. A reafirmação da identidade está condicionada a esses vínculos estabelecidos pela comunidade com a sua cultura, a qual figura como um atrativo para o turismo. Dessa forma a relação entre patrimônio e cultura é a base para o turismo cultural.

9.2 O turismo

O turismo é um fenômeno sociocultural amplo que consiste no deslocamento humano de um local para outro, independentemente do motivo que leva ao seu movimento. Ainda é definido como uma prática de lazer que se sustenta na utilização de recursos e serviços, e por isso, possui múltiplas dimensões: econômica, social, cultural, educativa, ambiental e outras.

Para Dias (2006, p. 12-13), “o turismo apresenta algumas ideias-força que estão diretamente relacionadas com o ideário

geral de nossa sociedade, entre as quais: desejo de fuga do cotidiano, de conhecer novos povos, novos lugares, volta à natureza [...]”. Corroborando com esse autor, Urry (1996) diz que o turismo é uma maneira que as pessoas tem de fugir de seu cotidiano, relaxar e encontrar uma nova realidade, diferente da sua, carregando consigo expectativas que são pré-requisitos para a escolha do local de viagem.

Na mesma perspectiva que o turismo, as bibliotecas podem provocar o sentimento de abstração e fuga da realidade através de suas obras. O livro, por exemplo, pode tornar-se um impulsionador do turismo ao despertar a mente do leitor que, fascinado por uma obra lida, decide conhecer o cenário real imaginado a fim de obter uma experiência autêntica. Atraído pelo enredo, pelos personagens ou por outros elementos que compõem a obra, o leitor desloca-se para reencontrar na realidade a vivência literária e os personagens encarnados, que sabe de antemão, jamais existiram, mas resta o desejo de viver, mesmo que de forma passageira, a magia trazida pela literatura.

Como um segmento do turismo cultural, o turismo literário tem como princípio a literatura e por meio de obras literárias transforma os locais fictícios de um livro ou imaginados pelo leitor em lugares atrativos turisticamente. Dessa forma, os livros e os autores são agentes promotores do turismo literário.

Apesar de poucas iniciativas, o Brasil possui potencial para

desenvolver o turismo literário. Para Salvador e Baptista (2011, p. 8), “desenvolver esta vertente do turismo cultural valoriza e preserva a história, o patrimônio construído, o incentivo a leitura e movimenta e desperta o poder intelectual das sociedades”. Essa reflexão mostra que o turismo literário extrapola a leitura e incentiva o pensamento crítico aproximando o leitor de espaços reais.

O percurso literário pode proporcionar ao visitante uma experiência autêntica e transformadora, onde o turista relaciona elementos vistos no trajeto com o referenciado na obra ficcional. Além disso, pode simplesmente conferir um momento alegre e divertido, descomprometido com aspectos culturais. O turismo literário apresenta benefícios aos destinos turísticos, tais como:

- a) Valoriza a cultura e fortalece tradições;
- b) Promove o patrimônio e os diversos elementos tangíveis e intangíveis presentes em um local;
- c) Provoca o sentimento de orgulho e pertencimento nos moradores que são procurados a partir de referências culturais presentes nas obras literárias.

Dessa forma, a interconexão da literatura com diversos aspectos culturais de um povo além de incentivar a leitura, preserva e valoriza a história e motiva o deslocamento dos leitores. O turismo literário deverá interagir com outros segmentos patrimoniais e identitários de um local, como a arquitetura, a

paisagem, a linguística, o regionalismo, dentre outros, a fim de propiciar ao turista uma experiência cultural e ao mesmo tempo criativa.

Assim, ao relacionar-se com outros elementos locais, o turismo cultural permite o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade, com a criação e comercialização de produtos, associados a bens e serviços fundamentais como rede hoteleira, restaurantes e transportes. Tal proposição pressupõe a conscientização da população quanto a preservação de seus bens, uma vez que o patrimônio é uma fonte de sustento que proporciona a geração de renda e emprego à sociedade.

No turismo cultural, o produto turístico é a própria cultura local que proporciona uma experiência autêntica ao turista, provocando uma sensação inovadora em relação ao que está habituado em seu cotidiano. O produto turístico começa a ser constituído desde que o viajante opta em fazer uma viagem até o seu retorno à cidade de origem.

9.3 Preservação e economia patrimonial em bibliotecas

Considerando-se que o patrimônio é uma construção social, que envolve uma comunidade e representa os seus mais preciosos bens, então pode-se supor que o conhecimento

registrado, tão precioso quanto o suporte livro que guarda a informação tem potencial para gerar economia.

Entre as características que conferem raridade a uma obra, a unicidade é uma das que elevam o valor de um exemplar uma vez que não se encontrará outro com as mesmas características e representações. Segundo Benhamou (2016, p. 30) “no caso de bens únicos, a não preservação constitui uma perda irreversível, pois só podem ser encontrados substitutos imperfeitos, no melhor dos casos, dos bens ameaçados pelo tempo”. Corroborando com o autor, muitas vezes, em bibliotecas ignora-se a real situação de desgaste de livros, bens duráveis, negligenciando-se e adiando-se processos de restauração que deveriam ser urgentes para manter a integridade dos mesmos.

Com isso, perde-se a história e a memória, visto que o tempo e todos os agentes físicos, químicos e biológicos não deixam de agir sobre o patrimônio. Um livro que é corroído por traças, por exemplo, rapidamente poderá perder grande parte de suas informações comprometendo e impossibilitando a restauração do conteúdo informacional.

A partir do momento em que existe o reconhecimento do valor dos acervos para uma comunidade, tem-se a possibilidade de transformar aqueles objetos em verdadeiros produtos turísticos. Logo, o patrimônio bibliográfico poderá ser inserido no rol de produtos a serem consumidos turisticamente e cabe a

instituição detentora de acervos estabelecer políticas de acesso com regras específicas para a exposição de livros que não ameacem a conservação e proteção dos mesmos.

Sendo assim, ao se realizar exposições torna-se necessário alternar as obras expostas a fim de não prejudicar a sua integridade física visto que estarão sofrendo efeitos da iluminação, temperatura, umidade, ventilação entre outros. Ao adquirir um ticket para visita de obras consideradas valiosas, uma pessoa estará consumindo um produto cultural autêntico e a sua satisfação irá depender de um conjunto de fatores, como a maneira com que o exemplar é disposto, a tranquilidade que o visitante tem para apreciar o livro, sem congestionamento e os ruídos a sua volta.

Cabe lembrar que nas bibliotecas, o turista ou visitante local poderá ao final do roteiro, sentar-se em uma sala para tomar um café e adquirir um pequeno souvenir para levar de lembrança, tais como marca-páginas, camisetas de escritores, chaveiros da instituição, quadros com a imagem de personagens literários, bibliocantos decorados, entre outros objetos que compõe o espaço de uma biblioteca.

Conforme Benhamou (2016), embora o patrimônio não possua preço, ele possui valor e a partir disso entende-se que o bem possibilita algum benefício, provoca reflexões, sentimentos e agrega conhecimento aos visitantes. Existem serviços e produtos

que são ofertados e possuem um preço. Portanto, a possibilidade de arrecadar fundos, a partir de uma cobrança, mesmo que reduzida, será útil para a preservação de acervos bibliográficos por exemplo.

No entanto, por outro lado, podemos pensar que tarifar a cultura vai contra o princípio da disseminação do conhecimento pregado por bibliotecas e centros de cultura, selecionando-se ainda mais o público visitante. Por isso, é possível uma alternativa: a instituição poderá oferecer uma exposição de maneira gratuita em um dia da semana e oportunizar que públicos especiais, tais como estudantes e pessoas carentes possam desfrutar dos mesmos serviços e produtos. Essa medida não excluiria nenhum potencial visitante em conhecer aquilo que está sendo exposto e cativar as pessoas da mesma maneira.

Muitas instituições, por vezes, têm dificuldades em manter a integridade de seus acervos, seja por motivos de falta de recursos humanos qualificados, seja por falta de verba suficiente para investir nos materiais para sua conservação e restauração. Essa problemática abrange muitas bibliotecas públicas brasileiras que acabam impossibilitadas de investir na real salvaguarda de seus materiais.

A fragilidade dos acervos é determinante para que medidas sejam tomadas para sua preservação, entretanto diante de tantas dificuldades, as bibliotecas por vezes não têm condições de tomar

as atitudes cabíveis e necessárias para a manutenção do acervo. Assim, a realização de exposições e a inserção dos acervos raros e especiais em roteiros turísticos pode reforçar a economia patrimonial promovendo e auxiliando em seu sustento.

9.4 Potencial turístico de bibliotecas: exposições de acervos raros e especiais

Porque realizar exposições de acervos raros e especiais? A partir dessa indagação podemos pensar que as bibliotecas públicas primeiramente tem um compromisso social de promover o acesso a toda e qualquer fonte bibliográfica. Em se tratando de acervos raros e especiais, que compreendem obras consideradas de maior valor, é necessário uma série de cuidados, como segurança, ambiente adequado para não prejudicar a obra, e ainda devem ser levadas em conta questões como luminosidade, temperatura, umidade e ventilação.

Considerando-se a evolução dos processos de fabricação dos livros, é evidente que um exemplar com tantas características artesanais desperta mais curiosidade que aqueles que resultam de uma produção em grande escala. Além de ser um objeto útil, que por vezes passou por mãos que revolucionaram a história, são impregnados de memória, tanto em sua materialidade quanto

em seu conteúdo, e, portanto, há motivos para serem tão valorizados e reconhecidos como em uma exposição.

Os responsáveis pela guarda de um acervo reconhecido como patrimônio bibliográfico de uma instituição e de uma comunidade devem sobretudo preservar, dar visibilidade e promover o conhecimento pela sociedade a qual pertence. Atitudes que favoreçam a identificação de um acervo com a comunidade local envolvem um papel ético da instituição detentora de tais bens e muito mais que a simples guarda, é trazer a comunidade para dentro da biblioteca.

Guardar um acervo bibliográfico em um sentido restrito é prolongar a vida útil dos livros, dando a ele todas as condições necessárias para a sua preservação material. Em um sentido amplo, preservar vai além de livrar o acervo dos malefícios causados pelos agentes físicos, químicos e biológicos que os ameaçam, inclui inserir o patrimônio bibliográfico na memória, o que significa provocar ressonância, estímulos no visitante que ao observar um livro irá salvá-lo do esquecimento ou ampliar as possibilidade de uso daquele exemplar.

Batista (2010, p. 199, grifo do autor) faz um alerta importante sobre a situação de acervos raros de bibliotecas brasileiras: “o livro considerado raro no Brasil é armazenado em salas e sub-salas, como cofres de preciosidades, de tal forma que dificilmente se tem acesso ao seu conteúdo. Justifica-se isso

como sendo um sistema de defesa contra o ‘mau usuário’”. Corroborando com essa intrigante e lamentável realidade, temos a morte do livro, que em nome da “preservação” e do sentimento de posse de alguns gestores, ficam trancafiados e praticamente esquecidos, uma vez que não podem ser apreciados, nem lidos.

Uma forma de possibilitar o visitante (re) conhecer um patrimônio bibliográfico é expondo esse material, trilhando-se um roteiro interno na biblioteca com obras que referenciam a própria região e fazem o visitante ficar curioso também pela leitura da obra. Ao ter contato com o patrimônio bibliográfico, o visitante poderá:

- a) Perceber de uma nova forma o acervo;
- b) Despertar o sentimento de pertencimento;
- c) Reconhecer como “seu” aquele patrimônio;
- d) Valorizar a produção gráfica nacional;
- e) Reconhecer a sua identidade;
- f) Interessar-se por realizar o turismo literário.

Ao passar por uma exposição de livros, o turista entrará em contato com a literatura, com a cultura local, com o conhecimento e terá observado a grandiosidade cultural de uma biblioteca. A exposição, pode ser uma amostra daquilo que compõe o acervo instigando a escolha do próprio leitor por ler ou apenas observar outras obras.

Nesse contexto, bibliotecas detentoras de acervos raros e especiais poderiam utilizar seus livros como produtos turísticos a ser expostos em roteiros no interior da biblioteca. Com isso, uma taxa de visitação poderia ser cobrada ou mesmo uma colaboração voluntária poderia ser realizada. Essa cobrança seria uma maneira viável de reverter a verba para manutenção do acervo e suas necessidades, com isso a economia patrimonial a partir do turismo iria contribuir para a salvaguarda do acervo.

A biblioteca como uma instituição que gira em torno de serviços relacionados a disseminação da informação, mesmo sem recorrer a incentivos lucrativos precisa satisfazer as necessidades sociais. Entretanto, necessita de investimentos a fim de manter a qualidade de seus serviços e ao mesmo tempo inovar e acompanhar as transformações que advém das novas tecnologias. É pertinente repensar e reavaliar maneiras para que a biblioteca mantenha a sua sobrevivência e, com isso, tem-se a opção de criar roteiros turísticos e inserir produtos do turismo em bibliotecas uma vez que é um espaço de lazer e entretenimento.

Destaca-se que existem bibliotecas que, embora possuam no nome a palavra pública, são instituições filantrópicas, mantidas por associados e que poderiam aplicar a situação descrita, utilizando o turismo para melhorar as condições de preservação e conservação de seu acervo.

Com isso, realizar exposições em acervos raros e especiais é benéfico tanto para a instituição que cumpre com a sua função social e de disseminação de seu patrimônio, quanto para a população que é oportunizada em (re) conhecer aqueles bens que pertencem a história de sua comunidade.

Os acervos raros e especiais constituem o local de maior valor dentro de uma biblioteca, seja pelo seu conteúdo ou pela sua materialidade. Cabe destacar que a raridade de livros é diferente para bibliófilos e bibliotecários. Essa distinção é interessante para compreender-se como constituem-se os acervos de tais categorias, pessoas particulares e instituições públicas.

Para colecionadores, quanto menor o número de exemplares de uma edição e maior a dificuldade em encontrar, mais raro será. Ainda, conforme Sant'Ana (2001) um erro tipográfico acidental poderá torná-lo valioso. Os bibliotecários estão mais preocupados com a data de criação do livro, a importância histórica e o conteúdo da obra.

Considerando-se a concepção de raridade de ambas categorias, as bibliotecas poderão formar os roteiros turísticos inspirados nas referidas características. Explorar esses acervos e valorizar o patrimônio, tendo em vista a preservação da memória, é reconhecer o potencial para o desenvolvimento turístico que ali se encontra.

Muitas bibliotecas, ainda hoje, possuem um ambiente austero e pouco acolhedor, atuando na contramão da boa receptividade. O acolhimento é um importante fator para a atração de usuários que ao serem bem recebidos terão vontade de retornar, considerando-se que bem acolher envolve atenção, gentileza e também faz a imagem de uma instituição bibliotecária ser reconhecida. Além disso, é uma maneira prática de usuários divulgarem através da conversa boca a boca com outras pessoas, facilitando com isso, a ampliação do público.

Destaca-se que placas de localização poderiam incluir a biblioteca em um roteiro local a fim de direcionar o público e, principalmente, promover a biblioteca dentro do circuito de bens e patrimônios da cidade. Afinal, as bibliotecas guardam a memória, documentos e registros históricos que constituem patrimônios documentais e bibliográficos.

Atualmente, a pluralidade de identidades nacionais desperta o interesse de diversas pessoas em conhecer a diversidade cultural existente nos lugares mais longínquos ou tidos como exóticos. Nesse contexto, o turismo tem contribuído como um fenômeno socioeconômico, preocupado com a sustentabilidade e com a preservação dos vários tipos de patrimônio.

9.5 Considerações finais

Acervos raros e especiais são a memória documentada que possuímos do passado e, além de rastros para acesso à história, possuem um valor capaz de provocar o sentimento de pertencimento. Logo, um acervo que representa a história de uma localidade precisa ser visto, (re)conhecido, apreciado e disseminado entre a comunidade, pois a ela pertence.

Com isso, é preciso que a informação sobre o patrimônio bibliográfico chegue a todas as pessoas e não fique trancafiado apenas no meio acadêmico e nas salas de bibliotecas, só assim estará salvo do esquecimento. Embora muitas bibliotecas ofereçam o serviço de visita guiada de forma gratuita, é possível que a instituição crie regras e critérios para oferecer roteiros turísticos com livros raros e especiais e juntamente com outros serviços, como souvenirs a venda, arrecadar verbas para a manutenção, preservação e conservação do patrimônio bibliográfico e documental.

O patrimônio bibliográfico, assim como outros tipos de patrimônio, deve buscar por meio do turismo tornar-se sustentável e inserir obras de acervos raros e especiais em roteiros visto que são potenciais recursos a serem transformados em produtos turísticos.

Portanto, a relação entre o turismo e patrimônio

bibliográfico, presente em bibliotecas, acervos raros e especiais é promissora. A gestão patrimonial ao incluir o turismo, se bem concebida e envolver a comunidade como um todo, irá gerar benefícios que vão desde a geração de renda ao reconhecimento do patrimônio local.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. H. Estudo, catalogação e análise de obras raras da biblioteca da faculdade de direito da UFPEL, datadas até 1840. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO, 4, 2010, Pelotas. **Anais** [...] Pelotas, 2010. Disponível em:

<http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/225/3/Estudo,%20catalogacao%20e%20analise%20de%20obras%20raras%20da%20Biblioteca%20da%20Faculdade%20de%20Direito%20da%20UFPEL,%20datadas%20ate%201840.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2016.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SALVADOR, D.; BAPTISTA, M. M. **Turismo cultural e origens de um povo: uma rota turística literária para a cidade de Fortaleza, baseada na obra “Iracema”, de José de Alencar**. [2011]. Disponível em: <http://estudosculturais.com/congressos/europeanations/pdf/0167.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SANT’ANA, R. B. Critérios para a definição de obras raras. **Revista OnLine Bibl. Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC, 1996.

10 PATRIMÔNIO CULTURAL IMÓVEL: PRESERVANDO MUITO ALÉM DO VALOR SIMBÓLICO

Mariana Estima Silva⁵²

10.1 A preservação e o “simbólico”

Toda a decisão de salvaguardar determinado prédio ou conjunto edificado deveria prever a necessidade de atualização dos mesmos. O “proteger” no intuito de congelar uma memória, acaba por não trazer grandes benefícios, nem ao imóvel, nem ao entorno e nem mesmo à sociedade.

É preciso que fique clara a importância das ações que promovem a proteção do patrimônio imóvel histórico e cultural. O problema está no modo como muitas destas “ações” são realizadas e seu verdadeiro significado. O fato de decidir que, a partir de determinado momento, uma edificação não poderá mais passar por alterações que a descaracterizem, é um tanto, quanto, prepotente. Porque preservar um prédio é congelá-lo dentro de um período histórico e não permitir que este se atualize, para que siga sendo usado pela mesma sociedade que o manteve até o presente momento?

⁵²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: estimasilva.m@gmail.com.

Existe uma diferença entre preservar uma edificação para garantir que seja conservada, tamanha sua importância, e preservar para garantir uma lembrança simbólica de um tempo que já passou. O que está por trás da necessidade de manter prédios de épocas passadas, que fazem parte da história de uma sociedade, intactos e alheios à passagem do tempo a partir de uma outra determinada época?

Em um mundo ideal, a salvaguarda de um prédio, com valor histórico ou cultural, seria idealizada no intuito de enaltecer a importância que este desempenha sobre um determinado local, para determinada sociedade, dentro de um determinado contexto. Entretanto, sabe-se dos benefícios que municípios, estados e países recebem com a patrimonialização, e está aí a grande questão.

A decisão de preservar, tão bem estudada e apresentada por profissionais do patrimônio, acaba por chamar a atenção dos que possuem segundas intenções. Está clara a finalidade de inserir imóveis históricos dentro de modelos pré-estabelecidos, para que o Estado consiga captar recursos externos e influência política, valendo-se equivocadamente de atividades turísticas.

A partir desse ponto, começa a bola de neve. Em grande parte das vezes, os recursos recebidos a partir do processo de salvaguarda são utilizados de maneira equivocada, sem

planejamento a longo prazo e não garantindo a conservação dos prédios, que seria o objetivo principal da preservação.

Outro ponto que vale ser lembrado é a própria escolha dos prédios tombados ou inventariados. Em grande parte dos casos, a decisão é feita por uma pequena parcela que não está inserida no contexto daquele lugar. Esse processo não dá para a sociedade a sensação de pertencimento ou de responsabilidade por aquele patrimônio, já que não foi uma escolha dela, não garantindo sua conservação.

Além disso, quando um bem imóvel é relevante a ponto de se idealizar sua preservação, é porque ele apresenta importância para determinado contexto e não pode, de maneira nenhuma, ser colocado em um modelo pré-estabelecido. Isto vem acontecendo com frequência nas ditas “revitalizações urbanas”, com a criação de cenários que pararam no tempo, transformando cidades em seu próprio museu para incentivar o turismo, como diz Jeudy (2005) no livro *Espelho das Cidades*.

A crítica nesse ponto, não é ao turismo em si, mas à forma como a espetacularização do patrimônio edificado é criada, dando aos prédios a função de cenário estagnado e que pode ser consumido de maneira rápida por pessoas que não estão ali inseridas, ainda concordando com Jeudy (2005).

A solução não é deixar de se pensar nas questões econômicas ligadas ao patrimônio e pensar somente no aspecto

simbólico. Pelo contrário! A solução é pensar na cadeia econômica ligada à preservação do patrimônio, a fim de se libertar do preconceito de que ele não pode ser associado à economia. No momento em que o patrimônio edificado e o desenvolvimento local puderem ser considerados em conjunto, grandes questões que hoje estão engessadas, poderão ser resolvidas.

10.2 O preconceito por trás do termo “economia do patrimônio”

Manter um prédio tombado é bastante difícil, sendo motivo para o abandono de diversas edificações por parte de seus proprietários. Além disso, muitas destas construções pertencem ao Estado ou Instituições Públicas, que não direcionam verbas significativas para a cultura em geral. E quando se abordam essas questões, também se aborda a economia que envolve o patrimônio histórico edificado.

A economia está presente no patrimônio porque ele faz parte da sociedade. O prédio só está ali porque foi construído e para isso existiu também uma atividade econômica. Um exemplo: os Casarões 2, 6 e 8 no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, são hoje tombados como Conjunto Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. O conjunto é fruto do auge

econômico da cidade, no período das charqueadas⁵³, no século XIX. Esses prédios existem porque havia uma atividade geradora de riqueza para determinadas famílias, o que permitiu que fossem construídos nos mesmos moldes das edificações ecléticas da França. Logo, existem em razão de atividades econômicas. O patrimônio está atrelado ao econômico!

Figura 1 - Conjunto de Casarões tombados na Praça Coronel Pedro Osório



Fonte: Autora (2019).

⁵³ Empresas produtoras de um tipo de carne seca chamada de “charque”, cuja economia balizou a formação sociocultural e o desenvolvimento econômico da cidade de Pelotas, entre final do século XVIII e meados do século XX, atingindo seu apogeu na segunda metade do século XIX.

Outro exemplo na cidade de Pelotas: a antiga Casa da Banha – tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE – foi construída como quartel-general durante a Revolução Farroupilha (originada por questões econômicas), servindo posteriormente para outros usos, como Jornal Diário de Pelotas, além de comércios e pousadas. Aqui também o patrimônio está atrelado a atividades econômicas!

Figura 2 - Antiga Casa da Banha, tombada pelo IPHAE



Fonte: Autora (2019).

Porque então não pensar no patrimônio como ator importante na economia local? A questão está em como e por quem esse processo tem sido pensado. Voltando um pouco no texto, sabe-se que a escolha por determinados imóveis é, em grande parte das vezes, pensada por pessoas e entidades externas ao contexto dos mesmos, o que já provoca certo desprezo por parte da sociedade e de agentes do patrimônio. Além disso, a salvaguarda vem geralmente pensada como uma atração turística, conforme já mencionado também. Esses dois pontos são os principais responsáveis pela existência do preconceito com questões econômicas associadas ao patrimônio.

Enfim, a forma como bens culturais imóveis podem fomentar a economia local é que está equivocada. Nem só de turismo vive o patrimônio:

O patrimônio, independentemente de sua antiguidade ou de seu valor histórico ou artístico, só vale pelo uso que dele pode se fazer, como residência de seus proprietários ou por meio da exploração econômica (visitação, hotelaria, moradia de aluguel, implantação de empresas). (VARINE, 2012, p. 24)

Ou seja, espaços que são mantidos em uso, dentro de uma escolha condizente com o contexto da sociedade e com uma gestão prevista e bem planejada, são conservados com maior facilidade. Não seria melhor pensar em novos usos mais diversificados, notando as necessidades das pessoas que os

utilizam diariamente e assim desenvolver economicamente a cidade? O turismo seria talvez uma consequência, que daria continuidade ao desenvolvimento econômico da região. Claro que para isso seria necessária a atualização destas construções, pensando em sua conservação, mas também no conforto e na qualidade para a execução das tarefas de seus novos usuários.

10.3 Os “novos usos” e o patrimônio

A sociedade passa por mudanças e as cidades são o palco delas. O patrimônio imóvel é fruto dessas mudanças e, com o passar do tempo, adquire significados para aquele lugar e aquelas pessoas. Patrimonializar e salvaguardar é a demonstração da importância daquela construção em seu contexto, justificando a necessidade de conservação da mesma. Apesar disso, e sendo repetitiva, não deve ficar estagnado e congelado, pois ele é, e deve continuar sendo, parte das mudanças que ainda ocorrerão:

O cuidado de preservação deve harmonizar-se com o de responder às necessidades do desenvolvimento da cidade. De um lado, o patrimônio perde parte da autenticidade pela necessidade de construção e modernização. De outro, a política constitui um freio ao desenvolvimento urbano, o abuso na preservação monumental transforma os centros urbanos em museus [...]. (BENHAMOU, 2005, p. 87)

Sendo assim, a preservação de prédios históricos deveria ter como intuito a garantia de que o prédio siga presente na cidade não só “contando sua história”, mas “escrevendo” também. Para isso, é preciso que os usos dados a estes prédios sejam adequados às necessidades da sociedade e às suas características construtivas.

São conhecidas as dificuldades de adaptação desses prédios às necessidades de usos atuais, já que existem diferentes equipamentos e modos de ocupá-los, além de normas de preservação para que não sejam descaracterizados. Do mesmo modo, para que compense a sua utilização em relação à uma nova construção, falando também em questões econômicas, é preciso que o prédio ainda apresente valor de mercado e boas condições de uso a seus ocupantes. É então que os profissionais do patrimônio devem entrar em ação. Essa decisão deve ser realizada interdisciplinarmente, por arquitetos, urbanistas, engenheiros, agentes patrimoniais, historiadores, a sociedade, dentre outros.

Equívocos no modo de utilizar prédios com valor histórico e cultural podem causar efeito rebote à preservação. A decisão de salvaguardar para a criação de atração turística, acaba por excluir a sociedade local do patrimônio que antes lhe pertencia, gerando dificuldades maiores com sua conservação e, até mesmo, ações de vandalismo. Por outro lado, a escolha por usos não

condizentes com as características construtivas do prédio também pode provocar mais danos que melhorias. A utilização de alguns prédios como museus por exemplo, sem pensar nas exigências quanto a determinadas condições de microclima para reservas técnicas, dificulta a execução adequada das tarefas, provocando problemas com sua gestão e por vezes, até seu abandono.

Todas as decisões exigem estudo, conhecimento do contexto local e pensamento a longo prazo. Sem domínio dessas questões o patrimônio imóvel, na forma de prédios com valor histórico e cultural, não pode ser preservado e o desenvolvimento local não pode ser incentivado:

Não se deve esperar uma rentabilidade econômica imediata e direta desse tipo de iniciativa. Mas existe o que poderíamos chamar de “retorno do investimento” não financeiro: o desenvolvimento local acrescenta valor ao capital patrimonial, contribuindo para o enraizamento de famílias no território. Enfim, o patrimônio “serve” realmente para alguma coisa e justifica sua existência, bem como os esforços e sacrifícios para mantê-lo (VARINE, 2013, p. 28).

Como resumo desse pensamento, e concordando com Edgar Morin, “tudo aquilo que não se regenera não tem futuro” (UNESCO, 2010).

10.4 A salvaguarda e o desenvolvimento

Hugues de Varine, em seu livro *As raízes do Futuro* (VARINE, 2013), trabalha sobre a questão do patrimônio como o principal fomentador do desenvolvimento local. Para o autor, é imprescindível que o processo de desenvolvimento tenha início na comunidade, pois de nada adianta pensar no desenvolvimento por terceiros fora do contexto local.

Quando esta comunidade compreende, localiza, se apropria e respeita seu patrimônio, ela está pronta para desenvolver questões econômicas, sociais e culturais em conjunto, de maneira sustentável – já que será contínua e não dependerá de agentes externos. E entende-se por patrimônio, nesse caso, elementos, materiais ou imateriais, que fazem sentido e que são importantes para determinado grupo de pessoas.

Dessa forma, de nada adianta um agente patrimonial, ou do desenvolvimento, impor para a sociedade o que deve ou não ser salvaguardado. Nem mesmo usar do argumento de que a conservação é a única maneira de cuidar do patrimônio. Esses conceitos só distanciam os verdadeiros donos do patrimônio de seus “pertences”. O patrimônio deve ser identificado pela comunidade, para que esta conserve-o. E veja bem: a conservação não é o objetivo, e sim uma consequência! O objetivo

é a utilização, a garantia de sua funcionalidade, principalmente no caso do patrimônio histórico e cultural imóvel.

E como utilizar então esse patrimônio imóvel de maneira a permitir o desenvolvimento de uma comunidade? Em primeiro lugar, é imprescindível o pensamento a partir do local para o mundial. É mais coerente que determinado bem tenha um valor cultural local, já que não possuímos uma “cultura mundial”. Sendo assim, a salvaguarda deve ser pensada no âmbito local!

Depois da decisão de salvaguardar, deve-se pensar em como esse patrimônio pode servir para a sociedade de forma a incentivar seu desenvolvimento. E é possível sim, conforme já mencionado, pensar no retorno econômico do patrimônio. Entretanto, deve-se sempre elevar, mesmo que ao mesmo nível, seu valor cultural e social.

Então o turismo pode ser uma opção? Sim! Mas não o turismo em massa, da espetacularização, do congelamento. E sim um turismo cultural, que valoriza o cotidiano da comunidade, que permite que ela siga “construindo” seu patrimônio, e que vise o turista como um público pequeno e disposto a conhecer a vida daquele determinado lugar, com suas belezas materiais e imateriais.

Com esse pensamento, o desenvolvimento torna-se um processo de mudança na forma de pensar e acaba acontecendo

espontaneamente, tendo o patrimônio um lugar de extrema importância na comunidade.

10.5 Considerações finais

Ítalo Calvino, em seu livro *As cidades invisíveis* (CALVINO, 2003), expõe as cidades como reflexos das decisões de suas comunidades. Uma destas descrições resume a ideia deste texto, de que as cidades, e suas construções, devem seguir escrevendo sua história e formando seu patrimônio a partir de seu próprio patrimônio pré-existente, para que acima de tudo, exista a vida: “[...] obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definiu, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo.” (CALVINO, 2003, p. 10).

Dar maior importância a aspectos de conservação do “simbólico” antes de garantir a utilização de um bem, já é um assunto tratado com outros olhos atualmente. Entretanto, ainda é preciso evoluir muito neste campo, trazendo à tona questões de identidade da comunidade para o âmbito da preservação do patrimônio, área que ainda possui conceitos elitistas e ultrapassados sobre conservação.

Dar novos usos, pensar em retorno econômico, garantir que a conservação seja uma consequência da nova função dada ao bem imóvel, são maneiras de se pensar no patrimônio a longo

prazo. E não o contrário! Tombar, musealizar, ressignificar para o simbólico, são termos que não garantirão a proteção de determinado patrimônio e, nem mesmo, permitirão a continuidade da vida de determinado lugar.

Ou seja, o patrimônio deve ser visto sempre como uma maneira de impulsionar a sociedade a produzir novos patrimônios. Ele gera na comunidade a noção de identidade, de pertencimento e eleva a autoestima do que é local. Com todos esses atributos, a cidade se desenvolve de maneira mais igualitária e de forma sustentável.

Talvez seja querer demais, mas é passando esse pensamento adiante que criaremos a geração que cultivará a cultura, tornando obsoletas e desnecessárias legislações para preservação de bens imóveis com valor histórico e cultural.

REFERÊNCIAS

BENHAMOU, F. **A economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016. 144 p.

CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. Tradução: MAINARDI, Diogo. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. 158 p.

JEUDY, H-P. **Espelho das cidades**. Tradução: JANOWITZER, Rejane. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 160 p.

UNESCO. Edgar Morin fala para 1.300 pessoas em Fortaleza. 2010. Online. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/edgar_morin_talks_to_1300_people_in_fortaleza/>. Acesso em: 18 out. 2019.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013. 256 p.

11 NO CEARÁ NÃO TEM DISSO NÃO⁵⁴: DIÁLOGOS SOBRE AS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO CEARÁ

Mayk Lenno Henrique Lima ⁵⁵

O Estado do Ceará tem passado nos últimos anos por um processo de expansão do setor cultural e turístico. O Estado já é reconhecido, internacionalmente, por sua região litorânea, com praias como a de Jericoacoara, Canoa Quebrada e Cumbuco e por sua diversidade cultural expressa nas tradições da música, da literatura, dos espetáculos cênicos e da religiosidade. Da capital ao interior, a cultura pulsa e revela um potencial econômico explorado de maneira tímida pelas empresas culturais e até pelo próprio governo.

A vocação para o desenvolvimento cultural sempre esteve estampada nos programas de Governo do Estado. A secretaria da Cultura foi a primeira do país a ser desmembrada da secretaria da educação em 1966 e ter autonomia de trabalho e recursos próprios.

⁵⁴ Trecho da Música “No Ceará não tem disso não”. Autoria: Guio de Moraes. Interpretação: Luiz Gonzaga. Lançamento: setembro de 1950. Gênero musical: Baião de Luiz Gonzaga.

⁵⁵ Bolsista Capes no Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: mayklenno@gmail.com.

Com a missão de executar, superintender e coordenar as atividades de proteção do patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural do povo cearense, a secretaria tem construído uma política cultural que visa incentivar, estimular e expandir a pesquisa em artes e cultura, fortalecendo a produção e a difusão cultural e ainda respondendo pelas ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural⁵⁶.

Sendo assim, apresentaremos no decorrer deste ensaio como essas políticas impactam a produção cultural na capital e no interior, não apenas no âmbito do desenvolvimento do setor e ampliação do campo de trabalho, mas também na indução de discursos, valores e fazeres que fomentam paralelamente o crescimento turístico-mercadológico.

O recorte a ser aprofundado aqui envolve os profissionais que lidam com a cultura, sejam eles produtores ou artistas, e as localidades que recebem um índice elevado, ou não, de investimento público para o desenvolvimento de atividades culturais, analisando como o desenvolvimento turístico-econômico está atrelado à essas ações.

⁵⁶ Dados disponíveis da página oficial da SecultCE <secult.ce.gov.br>. Acesso em 30 de set de 2019.

11.1 Das legislações às primeiras ações

Antes de discutirmos ações feitas pelo Estado vamos compreender como têm se desenvolvido as políticas de fomento à cultura ao longo das últimas décadas. É possível dividir em duas bases principais: a de incentivos ao apoio e difusão da cultura e a de fomento.

A legislação funciona em uma rede de sistemas culturais, diferente da filosofia que trata-se dos sistemas como uma carga mais valorativa, os sistemas culturais estão voltados pontualmente para a construção de ações legislativas que podem ser desencadeadas no âmbito municipal, estadual e/ou federal, visando que as políticas públicas para a cultura não sofram processos de descontinuidade (BARRETO, 2015).

Esse trabalho de continuidade é necessário devido aos vícios da política brasileira que corriqueiramente paralisa atividades de gestões anteriores para se criar projetos similares para uma nova gestão. Essas práticas acabam por fragilizar as redes culturais e/ou turísticas, já que essas políticas exigem planejamento e gestão continuada a um longo prazo para apresentarem os retornos almejados.

O sistema cearense de políticas culturais pode ser considerado avançado para sua época de publicação. E, como qualquer legislação precisa ser revisado periodicamente, porém,

desde a criação, consegue-se o estabelecimento de diretrizes norteadores para o desenvolvimento das ações de incentivo.

A professora Márcia Barreto (2015), em sua análise das políticas de fomento do Estado destacou os princípios que norteiam o funcionamento do sistema de cultura.

‘Dignidade da pessoa humana’, onde está a construção das autobiografias coletivas e individuais, ‘a universalidade do acesso aos bens de cultura’, que não se confunde com a cultura em si, porque o acesso a ela não existe, já que o sujeito nasce inserido nela. Nesse aspecto, ninguém vai lhe tirar o acesso a algo que lhe é nato, contudo, o acesso aos bens de natureza cultural requer uma universalização e proteção. E, por último, o princípio que está correlacionado ao Estado Democrático de Direito, no caso, a ‘participação social’, trazido também para o sistema de cultura do Estado do Ceará (BARRETO, 2015, p. 72-73).

Isso posto, significa dizer que todas as ações de apoio e/ou fomento a cultura no Estado devem ser norteadas por esses princípios.

No que diz respeito ao apoio cultural podemos citar alguns planos elaborados pela Secretaria da Cultura do Ceará. O Plano Estadual da Cultura⁵⁷, lançado em 2016, apresenta uma série de diretrizes que objetivam na ampliação das ações de investimento cultural no Estado, garantindo de forma democrática e

⁵⁷ Todas as leis de cultura do Ceará estão disponíveis em: <<https://www.secult.ce.gov.br/legislacao-cultural/>> Acesso em 30 de set de 2019.

participativa o acesso aos equipamentos ou ações de natureza cultural. Esse plano é um trabalho conjunto de coletivos e profissionais da cultura junto ao Governo do Estado.

O Ceará ainda foi o Estado pioneiro na elaboração de ações como o *Projeto Agentes de Leitura do Ceará*, a *Lei dos Tesouros Vivos do Estado* e a aprovação do *Plano Estadual de Cultura Infância*, servindo de *referência* para outros Estados e para o próprio Ministério da Cultura.

A secretaria da cultura, quando trata do fomento às ações culturais, costuma, na maioria das vezes, explicar os trâmites através de editais. Para essa distribuição existem três formas de financiamento:

1) A primeira é o Tesouro Estadual, e, nesse caso, trata de renúncia fiscal do Estado em áreas específicas. Ou seja, os recursos provenientes do tesouro são orçados pelos gestores como renúncias fiscais e aprovados pelo legislativo. Porém, essa renúncia depende da arrecadação tributária que será feita. Caso a arrecadação não alcance o esperado os projetos podem não ser executados. Por exemplo, festividades carnavalescas comumente dependem dessas renúncias fiscais para serem aprovadas, assim como festividades da semana do município, entre outros;

2) A segunda forma de investimento dar-se pelo Fundo Estadual da Cultura que, por sua vez, é regulamentado e tem forma própria de alimentação de recursos. Esses recursos são

coordenados por um conselho gestor composto por membros do governo e da sociedade civil organizada. Os recursos são oriundos das renúncias fiscais, assim como no primeiro caso. Mas para além desse, existe a possibilidade de alimentação a partir de acordos ou convênios, multas penais de contratos/convênios descumpridos e doações de pessoas físicas ou jurídicas. A seleção dessa etapa é feita a partir de editais. A equipe da SECULT (Secretaria da Cultura) acredita que essa é a forma mais democrática para o acesso ao fundo de incentivo. Existe ainda um quantitativo dividido pelas regiões do Estado, para que os municípios concorram apenas com os pertencentes a sua região e os projetos aprovados assumam uma porcentagem de contrapartida do valor;

3) A terceira forma de financiamento é o Mecenato Estadual. Como nas outras fórmulas, essa também se dá através de renúncia fiscal. Neste caso, o Estado abre mão de até dois por cento do ICMS⁵⁸ para que empresas possam apoiar os projetos aprovados através de edital e, posteriormente, essas empresas apresentam o crédito do valor de apoio na prestação de contas. Em nível federal, a Lei Rouanet funciona da mesma forma, a única diferença é que a renúncia fiscal é feita no Imposto de Renda. Assim como o Fundo Estadual da Cultura, o mecenas exige uma contrapartida dos projetos aprovados. Tanto no Mecenato, como

⁵⁸ Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços.

no Fundo Estadual, os proponentes precisam comprovar tempo mínimo de atuação na área do projeto submetido. Ainda tratando do Mecenato, a Secretaria da Cultura determina três possibilidades para concretização do apoio:

a) A primeira é a doação: nesse caso o proponente do projeto recebe do Governo do Estado do Ceará certificados que equivalem aos papéis da bolsa. O proponente vai ao encontro de empresas para firmar a doação do valor para a execução do seu projeto. Quando uma empresa decide apoiar o projeto, o valor é transferido para uma conta da Caixa Econômica Federal vinculada pelo proponente à SECULT, anteriormente. Nesse caso não há possibilidade de devolução do valor. O apoiador recebe os certificados do proponente e apresenta junto aos órgãos estaduais para ser feito o desconto do valor no ICMS. Nessa fórmula, será descontado cem por cento do valor repassado e o apoiador não poderá veicular sua marca ao evento;

b) A segunda forma é o patrocínio: nessa, a empresa que apoiar a ação cultural e quiser ter compensação tributária de cem por cento do ICMS, poderá ser veiculada apenas a uma menção verbal na realização do evento. Porém, se a empresa quiser veicular sua marca ao evento, ela repassará cem por cento do valor e só serão compensados oitenta por cento, visto que haverá o retorno a marca patrocinadora;

c) A terceira modalidade é o investimento, sendo possível que o empresário investidor tenha um retorno financeiro com o projeto. Neste caso a compensação do ICMS é de apenas cinquenta por cento do valor doado pela Lei de Mecenato.

A maior dificuldade para quem trabalha com a produção cultural no caso dos apoios pelo Mecenato é encontrar empresas que tenham interesse em apoiar os projetos. Ainda cabe destacar que projetos de festivais, por exemplo, têm mais facilidades de serem aprovados do que projetos atrelados a pesquisa científica ou literatura. No Fundo Estadual, os repasses dos valores de apoio por vezes não são feitos com antecedência, ocasionando desgastes e as vezes inviabilizando a execução do projeto.

A diferença entre o Mecenato e o Fundo Estadual de Cultura está na forma de elaboração dos projetos. Os projetos que são selecionados pelo Fundo Estadual precisam estar alinhados à forma de trabalho que o governo pensa para a cultura do Estado, já o mecenato não tem essa obrigatoriedade.

É importante garantir o campo democrático, já que todas essas políticas culturais refletem, paralelo a iniciativa do Estado, o trabalho de centenas de profissionais e artistas nas últimas décadas.

Para concluir essa apresentação das estratégias de fomento a cultura, quero destacar uma política cultural conhecida como *Mestres da Cultura*. Nos últimos anos, a Secretaria da

Cultura tem investido fortemente na consolidação do reconhecimento de pessoas que zelam pelas tradições dos saberes e fazeres do Estado.

Os representantes das regiões que, atualmente, são escolhidos por meio de edital recebem a titulação de *Mestre Honoris Causa* pela Universidade Estadual do Ceará e desenvolvem atividades educacionais junto às escolas públicas do Estado. Esses ainda recebem financiamento vitalício para difusão das técnicas do patrimônio imaterial.

Finalmente, é importante perceber os passos e os avanços que as políticas culturais do Ceará deram nas últimas décadas e compreender que muitas melhorias ainda precisam ser realizadas para garantir as condições mínimas para o desenvolvimento cultural do Estado.

11.2 O turismo cultural e o desenvolvimento criativo

Após a análise do funcionamento das legislações que vigoram, atualmente, no Estado, segue-se o caminho do turismo, especificamente a potencialidade do turismo cultural que funciona de forma centralizada em determinados territórios, seja na capital ou no interior.

Diferentemente da trajetória da cultura no Estado, a abertura para o desenvolvimento turístico no Ceará tem seu

crescimento como órgão estatal a partir da criação de uma secretaria própria nos anos 1990. Quem visita o Estado, ainda hoje, é atraído pelas rotas turísticas desenvolvidas ao longo do litoral, ou a partir da religiosidade popular que é efervescente nas regiões dos sertões em Canindé e na Zona Metropolitana do Cariri, formada pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, no sul do Estado.

Para além dessas áreas, se pode destacar, ainda, as regiões serranas como Guaramiranga ou a Chapada do Araripe, que atraem os turistas para camping, trilhas, cachoeiras e experiências mais tranquilas sob um clima mais ameno.

O secretariado para o turismo cearense apresenta algumas estratégias norteadoras dos seus trabalhos. Esse planejamento estratégico visa elaborar estudos e pesquisas para o desenvolvimento do turismo, monitorando os indicadores e agregados turísticos para que se possa definir diretrizes e metas para o turismo do Estado. Esses planejamentos aliados ao marketing e captações de recurso desenvolvem linhas gerais para o crescimento do setor⁵⁹.

Para exemplificar essas ações, é possível citar o *Programa de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos* que visa organizar as atividades turísticas no Estado. A ideia do projeto é

⁵⁹ As ações da Secretaria do Turismo estão disponíveis nas páginas oficiais em: <<https://www.setur.ce.gov.br>>. Acesso em 15 de out de 2019.

diversificar a oferta de produtos de acordo com as especificidades de cada região ou município turístico.

Detalhadamente, o programa trabalha sobre a organização territorial da região, auxilia no planejamento e na criação de produtos e destinos afim de descentralizar a atividade turística e, ainda, desenvolve, qualifica, regulariza e capacita as equipes de profissionais para prestação de serviços.

Uma gestão descentralizada é o foco, mesmo que a descentralização seja o principal desafio, como trataremos posteriormente. Até este ponto, já é clara a percepção de que o turismo tem um significativo potencial para o desenvolvimento do Estado, o que dentro de uma esfera teórica, pode-se apontar que o

Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza emocional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos (BENI, 2003, p. 1).

Dada essa definição, fica claro que, independentemente da motivação que seja dada a criação desses pontos e/ou roteiros turísticos, o despertar econômico sempre será o foco para o aumento de investimentos. Mas, a quem serve essa economia do turismo? Até poucos anos atrás, claramente a economia do turismo servia aos grandes empreendimentos do setor. Mesmo a comunidade sendo minimamente inserida no desenvolvimento, o turismo não garantia a estabilidade econômica das mais diversas comunidades com potencial turístico.

Porém, o despertar para a valorização do turismo por parte das comunidades e o respeito à sua cultura e suas relações interpessoais, têm motivado a uma reformulação nos planos de desenvolvimento turístico, para que o mesmo seja mais sustentável com o lugar. Aqui cabe ressaltar que “é preciso despertar a consciência de que, muito antes dos reflexos econômicos, o turismo deve fazer sobressair a importância do inter-relacionamento entre as pessoas dentro de uma consciência de respeito de todos os elementos que formam a cultura do povo” (CASTELLI, 1990, p. 123).

As comunidades que ativam seu potencial para o turismo, identificam antes uma série de fatores básicos de sua cultura. A “sociedade desenvolve suas próprias tradições, suas próprias atitudes e um estilo de vida que pode ser mais ou menos

identificativo. Este estilo de vida é o que normalmente se vincula ao conceito de cultura” (LICKORISH; JENKINS, 1997, p. 99).

E esta cultura quando associada ao turismo desperta o que conhecemos por turismo cultural. Um fenômeno que nas últimas décadas tem levado milhões de pessoas a saírem de suas localidades em busca de conhecimento e experiências em culturas distintas, principalmente a partir do patrimônio cultural.

Compreendendo que o patrimônio é uma construção social e que este é caracterizado pela transmissão feita por cada geração que o herdou e pelo fato de que cada geração cria um novo patrimônio para ser transmitido (BENHAMOU, 2016), percebe-se que ao ser ativado, esse patrimônio possibilita o desenvolvimento turístico para sua região, e conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico.

Em Fortaleza, a Capital do Estado, essa ativação patrimonial já é uma potencialidade turística. Afinal, o *Centro Histórico* da cidade, a *Catedral Metropolitana*, o *Teatro José de Alencar*, o *Centro Cultural Dragão do Mar*, dentre outros, fomentam uma relação econômica Centro-Litoral que reflete em polos gastronômicos, varejistas, dentre outras sociedades empresariais.

Fora desse eixo, pontualmente existem atrativos turísticos-culturais como o *Parque do Cocó*, o *Santuário de Fátima*, museus e centros culturais. Mesmo assim, é perceptível uma

O que acontece na Capital, reflete-se também no interior do Estado. Nas regiões litorâneas, existem as rotas litorâneas leste e oeste, um roteiro que perpassa por diversas praias e já fomenta a economia dessas localidades. Dentre as principais praias das regiões podemos citar Jericoacoara, na *Rota do Sol Poente* (Oeste) e Canoa Quebrada, na *Rota do Sol Nascente* (Leste)⁶⁰.

No interior do Estado, por décadas a *Rota da Fé* liga Fortaleza à Canindé. Canindé possui uma basílica dedicada a *São Francisco das Chagas* ⁶¹. O Estado, porém, tem investido num roteiro para o *Maciço de Baturité*, uma região que faz a divisa entre o sertão e a serra, contando com cidades históricas como Redenção, que apresenta discursos acerca da escravidão no Estado e Guaramiranga, que atrai turistas nacionais e internacionais pelo seu clima com baixas temperaturas em meio ao semiárido brasileiro.

Apesar do crescimento de regiões como o norte e o sul do Estado, essas ainda recebem tímidos olhares para ativação da cultura e do patrimônio local pelo turismo. A seguir fecharemos esses diálogos com as propostas de trabalhos a serem desenvolvidas para essas regiões.

⁶⁰ Detalhes das rotas nos sites das principais empresas de turismo do Estado.

⁶¹ Uma das sugestões de visitas da *Rota da Fé* pode ser vista nesse guia: <<http://mundonajanela.com.br/rota-da-fe-conhecendo-o-sertao-do-ceara/>> Acesso em 20 de out de 2019.

11.3 Próximos passos

Muitos são os desafios para os setores cultural e turístico do Ceará. O Estado possui um potencial para o desenvolvimento sustentável em todos os setores. As gestões são, claramente, desafiadas a construir projetos que deem continuidade as suas ações de investimento, independentemente de sua gestão.

Mesmo tendo formação em Arquitetura e Urbanismo, desde os treze anos de idade me envolvo com atividades culturais, e mais recentemente, produzindo eventos e ações culturais no Sertão Central. Depois de anos, e a partir de uma análise que desenvolvo de forma paralela a minha pesquisa, visando contribuir para o desenvolvimento do Ceará, recortarei, brevemente, algumas ações que precisam ser tomadas para uma futura expansão do turismo patrimonial no interior.

A reutilização de estruturas já existentes é um fator importante para o desenvolvimento a curto prazo. O Estado possui uma significativa malha ferroviária que liga a capital ao norte e ao sul do Estado. A primeira etapa seria a recuperação desses trechos e a implantação de uma rota denominada *Trilhos do Ceará*.

Essa rota consistiria em uma rede de estruturação, visto que o acesso aos demais municípios do Estado seria facilitado. Para além do turismo, essa rota da malha ferroviária existente poderia ser utilizada, ainda, para transporte comercial e cargas. A

conclusão do trecho que liga o norte ao sul do Estado seria essencial para facilitar a integração do turismo em todo o interior.

O tralho cultural que já existe no Estado tomaria outras proporções. Veja, a Rota da Ferrovia é apenas um viés estrutural para a as regiões, os trabalhos de ativação do patrimônio cultural seriam o segundo passo.

A diversidade de manifestações culturais e de produtores nas mais diversas regiões do Estado entrariam em conjuntos para a elaboração de roteiros culturais que sempre deverão partir de uma estação ferroviária, visto que a chegada do visitante na cidade seria por ela, e encerrando em outra estação, para o visitante seguir outro percurso.

É importante esclarecer que nem todo patrimônio precisa ser turístico e por mais que tenha exposto aqui o desenvolvimento a partir da ativação do turismo, o cuidado e zelo ao patrimônio cultural local, aos costumes e crenças deverão sempre estar em primeiro lugar.

Outro ponto, é um investimento concreto nos municípios. As cidades precisam deter de sistemas de saneamento básico, de segurança pública e de constantes ações socioeducativas. A formação de profissionais e a difusão de redes hoteleiras e outros atrativos devem ser empreendidas respeitando as características do lugar para evitar processos gentrificação desses lugares.

Dentro do conjunto de símbolos patrimoniais do Estado, posso citar o recém patrimonializado conjunto arquitetônico do Patu, em Senador Pompeu, lugar onde funcionou como campo de concentração na seca de 1932. O centenário Açude de Cedro em Quixadá, e o Complexo de Monólitos que atraem pessoas do mundo inteiro para a prática de esportes radicais.

As cachoeiras nas regiões da Ibiapaba, Serra do Araripe, Meruoca e Guaramiranga. Parques como o de Ubajara e tantos outros pontos onde a natureza destaca-se.

No que diz respeito a cultura popular, movimentos juninos são destaques nas comemorações que começam em maio e vão até agosto. Os festivais de quadrilhas juninas movimentam o turismo local em diversas regiões. Atividades voltadas ao reisado, a festa de caretas, danças coloniais, forró pé de serra, xaxado, baião, chorinho, jazz e blues, movimentam festivais da serra ao sertão durante o ano.

A religiosidade do cearense é destaque cultural, para além das festas de Iemanjá, Nossa Sr^a dos Navegantes e São Pedro no litoral do Estado. O interior acolhe devoção popular através de romarias em honra a São Francisco em Canindé e as “Almas da Barragem” (vítimas dos campos de concentração da seca) em Senador Pompeu.

A *Região do Cariri*, sem dúvidas, é a região que mais desperta a devoção popular. As romarias em memória ao Pe.

Cícero Romão Batista e Nossa Senhora das Dores são as principais em Juazeiro do Norte. A *Romaria Nossa Senhora das Candeias* reúne milhares de fiéis, anualmente. A *Festa do Pau da Bandeira* de Santo Antônio, em Barbalha, foi reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro em 2018. Cidades como essas tem um potencial para reestruturar a *Rota da Fé* e ampliar o desenvolvimento econômico dessas regiões.

Figura 2 - *Romaria das Candeias* (Juazeiro do Norte)



Fonte: Prefeitura de Juazeiro (2019); Jornal do Brasil (2018).

Figura 3 - *Caminhada da Seca* (Senador Pompeu)



Fonte: Jornal do Brasil (2018).

Por fim, o Ceará tem um longo caminho pela frente, onde a gestão a longo prazo será definitiva para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado. Sempre salientando que todas as ações a serem tomadas para o desenvolvimento cultural e econômico deverão em primeiro lugar cuidar da comunidade local, das pessoas que dedicam sua vida para as atividades já desenvolvidas. Em seguida, promover um investimento em capacitação para que essa comunidade possa se autodesenvolver, respeitando seus limites e cuidando do seu patrimônio para que, finalmente, o turismo possa chegar e, unido à cultura, reacender o desenvolvimento cultural de um Estado tão rico.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. S. V. Análise do sistema público de financiamento à cultura no Estado do Ceará. In. VIEIRA, Marisa Damas. **Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania - Ciclos de Web conferências**. 1. ed. Goiânia: CIAR/UFG, 2015. v. 1. p. 69-80.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

BENHAMOU, F. **Economia do Patrimônio Cultural**. Tradução de Fernando Kolleritz. São Paulo: Edições SESC, 2016.

CEARÁ. Decreto Lei n. 16.026, de 01 de jun. de 2016. **Plano Estadual de Cultura do Ceará**, Fortaleza, CE, jun 2016.

12 O PATRIMÔNIO NO SERTÃO: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E PROBLEMAS DE QUIXADÁ / CE

Stephane de Sousa e Silva Maia ⁶²

Entendendo o patrimônio cultural como um tema de bastante efervescência, principalmente nos últimos anos no Brasil, e dada sua complexidade, discutir seus problemas e potencialidades tem se tornado bastante importante dentro das diversas áreas do conhecimento, sejam elas ciências humanas, sociais, econômicas ou da natureza. Essas discussões contribuem para a ampliação dos debates e horizontes de pesquisadores, gestores, promotores e atores culturais, estudantes, comunidades e entusiastas do tema e podem vir a servir de artifício para a promoção de desenvolvimento não apenas cultural, mas, também, econômico de cidades, comunidades, grupos, bairros, produtores locais e a toda uma cadeia que alimenta o sistema complexo que é o patrimônio cultural.

Tendo isso em mente, este breve ensaio pretende abordar o caso da cidade de Quixadá, localizada no interior do Estado do Ceará, no nordeste brasileiro, sob o olhar pessoal de uma

⁶² Bolsista Capes. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: stephaneaq@gmail.com.

arquiteta e urbanista acerca do patrimônio cultural dessa cidade. Tendo em vista a importância de Quixadá e relevância dentro do cenário cultural do Estado, o presente ensaio tem por objetivo discutir o potencial da cidade como polo de desenvolvimento de ações voltadas para a promoção do patrimônio cultural e conseqüentemente o desenvolvimento local, em face do subaproveitamento desse potencial e por vezes da desvalorização do patrimônio local.

De modo a guiar o leitor, as ideias e considerações sobre o tema foram distribuídas em três momentos bem demarcados ao longo do texto. O primeiro momento, intitulado *O patrimônio para nós e para mim...*, trata sobre a conceituação do patrimônio cultural, partindo de um olhar enquanto pesquisadora no meio acadêmico, seguido de apreensões pessoais sobre patrimônio, que norteiam toda a escrita. Em um segundo momento, adentrando na cidade de Quixadá-CE propriamente dita, *O que é que Quixadá tem? Do material ao imaterial potencialidades e problemas* apresenta para o leitor um pouco da história de Quixadá e por que se configuraria, ao meu ver, como uma cidade de destaque para debates e aprofundamentos sobre patrimônio cultural, apresentando as potencialidades e os problemas. Por fim, o terceiro momento, *O que poderia vir a ser de Quixadá...* traz considerações e anseios de alguém antes de tudo quixadaense. A relevância da escrita sobre o tema considera a presente

desvalorização do patrimônio e uma crítica às condições atuais do mesmo em face do seu potencial como forma de desenvolvimentos local.

12.1 O patrimônio para nós e para mim...

Para nós, como pesquisadores e agentes do patrimônio cultural, pensar na conceituação de patrimônio cultural e em uma trajetória histórica sobre as origens do tema, é nos apropriamos da Revolução Francesa, no século XVIII. As primeiras noções de patrimônio e ações se voltaram à preservação de monumentos e edifícios que transmitiam referenciais de monumentalidade, nobreza e riqueza, ideais diretamente ligados a conformação dos estados nacionais e do conceito de nacionalidade. Esses valores sempre estiveram envoltos à temática do patrimônio e, até hoje, permeiam a discussão, muito embora tenham tomado outras formas ao longo do tempo e com o avançar das discussões sobre sua democratização.

No Brasil, inspirado nesses ideais da Revolução Francesa, surge em 1937 o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, atualmente IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que durante muitos anos de atuação, se limitou a preservação de bens patrimoniais através de tombamentos de edifícios e monumentos que também

representavam monumentalidade e feitos ditos heroicos do passado da nação.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade e memórias dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, estando entre esses bens as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, documentos, edificações e conjuntos urbanos e sítio de valores históricos, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, paleontológicos, ecológicos e científicos (BRASIL, 1988). Vale a pena ressaltar, no entanto, que apenas nos últimos anos foi implementada uma política de patrimônio imaterial, que tenta abarcar outras representações dessa nação brasileira, como as manifestações culturais e religiosas, os saberes e fazeres, o patrimônio genético, patrimônios de grupos que por muito tempo foram invisibilizados – e continuam sendo – como indígenas e quilombolas, entre outros.

Há que se levar em consideração, também, que essas transformações no campo do patrimônio, embora tenham acontecido há bastante tempo, acontecem principalmente, nos grandes centros e em cidades que são núcleos dessas discussões. Isso não quer dizer que em áreas interioranas, essas discussões não cheguem, mas, sim, para que elas sejam incluídas

nos planejamentos locais e municipais, as vezes levam o dobro de tempo. Acredito por isso que é importante fazer com que esses debates que englobam, patrimônio, cultura, desenvolvimento, turismo e memórias sejam levados para nossas cidades e localidades, saiam da academia, sejam expostos de forma acessível para a comunidade em geral, para que elas possam ter o direito de escolha sobre suas escolhas e atuações nesse campo.

Como arquiteta e urbanista, pensar ou escrever sobre patrimônio, sempre me remeteu a falar um pouco de história, o que muitas vezes, dentro da área de atuação, se deteve, principalmente, às memórias atribuídas à prédios históricos - geralmente abandonados - o que, de alguma forma, sempre foi um reflexo, de como o patrimônio é abordado e das políticas de fomento a preservação do patrimônio no Brasil e fora dele, como já exposto anteriormente. Ainda hoje, seja nos cursos de arquitetura e urbanismo ou áreas afins, o patrimônio que mais ganha notoriedade ainda é o famoso “pedra e cal”, muito embora nos últimos anos esse cenário venha se remodelando.

Quando me questionavam sobre o que seria patrimônio, as típicas frases como, “patrimônio é a nossa história”, ou “patrimônio é o que nos ajuda a contar a nossa história para as próximas gerações”, sempre me vinham a cabeça. Todas me parecem válidas, porém entendo que ao lado dessa manutenção de bens que representam um passado também há esquecimentos.

Quando escolhe-se contar uma história, apagamos outra; quando escolhemos preservar um prédio que conta a história de uma época, esta será muito bem marcada e fará referência a determinados grupos. O que acredito ser o patrimônio cultural real, está longe de ser algo tão romantizado e essencialista. Está mais próximo das relações que cada comunidade ou grupo estabelece com aquele bem, seja na cidade, no campo, no bairro e na rua.

12.2 O que é que Quixadá tem? Do material ao imaterial, potencialidades e problemas

A partir dessa noção pessoal de patrimônio, e voltando os olhos para minha cidade natal, percebo que esta apresenta potencialidades e problemas nesse campo. Tendo sempre em mente que patrimônio, história e memória estão intimamente ligados, buscarei aqui apresentar as potencialidades e problemas que a cidade apresenta. Cabe aqui ressaltar que essa escrita se baseia principalmente no descaso e na desvalorização do patrimônio quixadaense, que vem ocorrendo nos últimos anos.

Uma das citações que mais me fez pensar sobre patrimônio no último ano foi a de Lowenthal (1994), no qual explicita como sendo “patrimônio a palavra que melhor exprime a nossa necessidade de passado” (tradução nossa), e isso me remete a todas as vezes em que cheguei a comentar com minha mãe sobre

o patrimônio em Quixadá, ela me soltava um sonoro: “Quixadá é uma cidade sem história!”.

Com o tempo pude perceber, que aquele “sem história”, não significava literalmente sem história, mas sim sem os referenciais de histórias que se entrelaçavam com a própria história de vida dela. Na cidade ela não encontrava mais o cinema que ela costumava ir com os amigos de escola, não havia mais o *Monumento do Leão*, da famosa *Praça do Leão* no qual ela costumava passear – e que guardo vagas lembranças -, não existe mais o prédio da maternidade em que ela nasceu, - a única a nascer em maternidade, de nove irmãos -, não havia mais o hotel, que abrigava histórias de terror que ela sempre me contava.

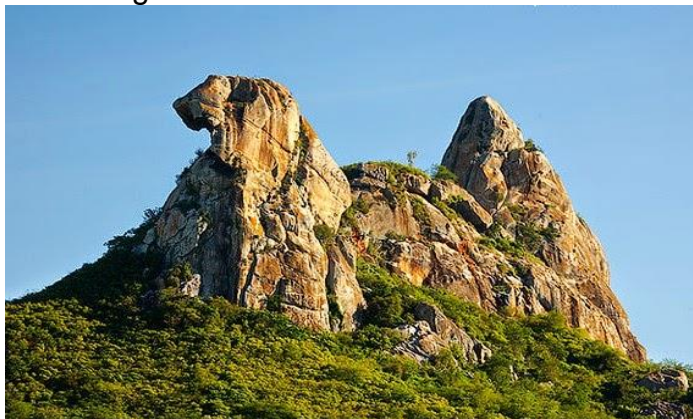
Acredito que minha mãe, assim como várias outras pessoas perderam muitas referências que tinham sobre a história que deveria ser lembrada e contada em Quixadá. Até mesmo, eu, com pouco tempo de vivência, já venho perdendo alguns, porém vendo com outros olhares. Mas antes de chegarmos ao ponto de tensão sobre o patrimônio em Quixadá, ela tem bastante história e é importante conhecê-la.

Quixadá é uma cidade localizada no interior do Ceará, distante cerca de 170 quilômetros da capital Fortaleza. Completará em 2020, 150 anos de emancipação uma das cidades mais antigas do Estado. É bastante conhecida, seja pelos atrativos turísticos, pelas peculiaridades ou pela relação que a

famosa escritora Rachel de Queiroz tem com a cidade, sendo a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras e que tem como Quixadá o cenário de suas obras literárias, como *O quinze* (1915), e onde morou durante alguns anos de sua vida. Além disso, cidade abriga um rico arsenal cultural – muitas vezes desconhecidos por parte dos moradores – que pode vir a ser uma potencialidade de desenvolvimento para o município.

Seu nome, *Quixadá*, acredita-se ser de origem indígena, que significaria “pedra de ponta curvada” (SOUSA, 1960, p. 20), mas também é conhecida por *Terra dos Monólitos*, *Cidade da Pedra da Galinha Choca*, *Cidade do Açude Cedro*, entre outros. Tantos nomes que fazem referência às formações rochosas que compõem a paisagem da cidade. Quixadá cresceu no semiárido sertanejo, em meio a um grande vale, circundado por imensas formações rochosas, chamadas de monólitos, que delimitam a cidade. Ao primeiro sinal de grandes rochas, nas estradas da capital ao interior, é sinal que Quixadá se aproxima. Entre essas formações, a mais famosa é conhecida como *Pedra da Galinha Choca*, que recebeu esse nome por assemelhar-se a uma galinha enquanto choca seus ovos (Fig. 1).

Figura 1 - Pedra da Galinha Choca



Fonte: Blog Made in Nordeste Ceará (2014).

Em composição com a paisagem da *Pedra da Galinha Choca* está o *Açude Cedro* (Fig. 2).

Figura 2 - Açude Cedro com Pedra da Galinha Choca ao fundo

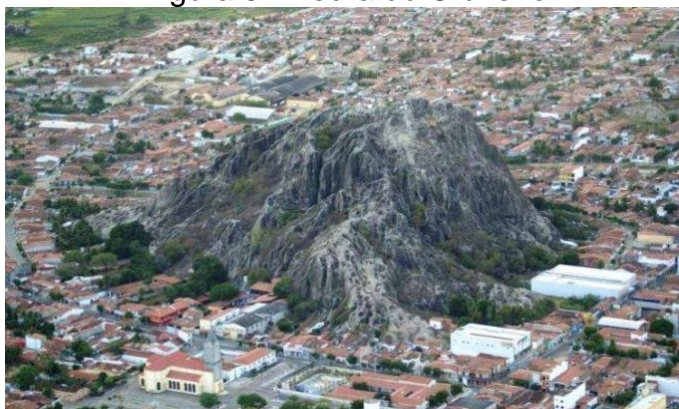


Fonte: Alex Pimentel (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2015).

A construção faz parte do plano de combate à seca, implantado ainda no período imperial em Quixadá, e é a obra de engenharia do tipo, mais antiga do Brasil e da América Latina, responsável por represar a água do *Rio Sitiá*, que banha a região. O *Conjunto de Monólitos* é protegido pelo IPHAN, desde 2004, quando foi tombado e inscrito no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* (SILVA, 2017, p. 13). Esse cenário, em conjunto com galpões que foram construídos para dar suporte a construção do açude – isto é, abrigo de maquinário utilizado na obra – compõe um dos pontos turísticos mais visitados, tanto pelos moradores, como por turistas.

Outras formações rochosas, espalhadas pela cidade, também são famosas. Ao centro, tem-se a *Pedra do Cruzeiro* (Fig. 3), ao redor do qual o município se desenvolveu, e de onde se pode ter uma vista panorâmica da cidade em seu cume.

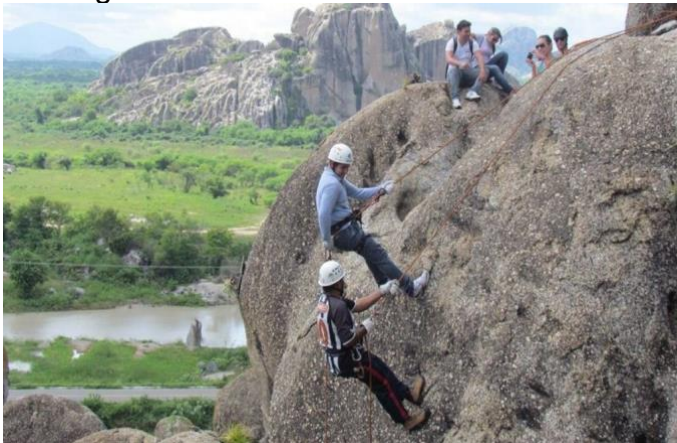
Figura 3 - Pedra do Cruzeiro



Fonte: Folha de Aracati (2019).

É comum ver grupos de pessoas que sobem a pedra para assistir ao pôr do sol e ter uma vista panorâmica da cidade. Dada a quantidade de formações rochosas também é comum a presença de grupos de esportes radicais que praticam montanhismo na região (Fig. 4).

Figura 4 - Praticantes de Montanhismo



Fonte: Alex Pimentel (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2015)

O município também é considerado um dos melhores lugares para a prática do voo livre, na América Latina (Fig. 5). Por toda relação íntima com a natureza e as atividades que são desenvolvidas na cidade, Quixadá poderia ser caracterizada como polo de ecoturismo.

Figura 5 - Prática de Voo Livre



Fonte: Alex Pimentel (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2015)

De acordo com o Ministério do Turismo, o Ecoturismo se configura como o desenvolvimento de atividade turística sustentável como foco no patrimônio natural e cultural, incentivando sua preservação (BRASIL, 2010, p. 17). Portanto as atividades que são desenvolvidas nesses locais e que podem vir a ser desenvolvidas se encaixam na promoção do ecoturismo. No entanto mesmo com todo esse potencial, o uso desse bem não ocorre de maneira sustentável em muitos casos. O próprio complexo, onde se encontra grande parte dos monólitos, o *Açude Cedro* e os galpões se encontram em estado de degradação, seja ela resultado da ação humana, pelo intemperismo ou pelo abandono.

Atualmente, a pressão imobiliária nas proximidades vem sendo um causador de problemas que resvala nesse patrimônio do município. A área que corresponde ao *Açude Cedro* e os monólitos, hoje abriga um Campus da Universidade Federal do Ceará e um Campus do Instituto Federal. Isso, tem impulsionado investidores para a construção de enormes loteamentos residenciais nas proximidades sob a justificativa de atender a demanda de desenvolvimento e crescimento da cidade. O resultado disso é o impacto ambiental e a constante degradação dessa área.

Partindo para o centro da cidade, alguns pontos se constituem como referência para quem chega e para quem é morador, como é o caso do *Chalé da Pedra*, construção localizada no centro da cidade que se caracteriza por um casa construída sobre um dos monólitos existentes na cidade; o *Complexo da Antiga Rede Ferroviária S.A – RFFSA*; a *Praça José de Barros*, porém mais conhecida como *Praça do Leão*, por ter tido o monumento de um leão; A *Igreja Matriz* e a *Catedral*; a *Fundação Cultural Rachel de Queiroz* e a estátua da escritora; a estátua do poeta e violeiro *Cego Aderaldo*, entre tantos outros. Todos esses elementos ajudam a contar um pouco da história da cidade e também da história de vida dos moradores.

Além desses, outros prédios como o antigo *Hospital Maternidade*; o antigo cinema da cidade; o prédio do antigo *Hotel*

Nossa Senhora de Fátima, também conhecido como *Hotel Viana*, são referências que se entrelaçavam com a vida dos moradores, mas que hoje não existem mais ou se encontram em situação de abandono e degradação (Figs. de 6 à 13).

O prédio que abrigava a antiga maternidade, de domínio privado, foi o último a ser demolido até a presente escrita deste ensaio. Hoje, os espaços que davam lugar a esses prédios, são enormes vazios urbanos, servindo para estacionamento e depósito irregular de resíduos, além de estarem localizados em áreas de grande interesse imobiliário. Suas demolições ressaltam várias questões, principalmente, sobre qual o tipo de “desenvolvimento” está pautado para a cidade.

Figuras de 6 à 13 - Da esquerda para direita, antes e depois da Antiga Maternidade, Hotel Viana, Cinema e Complexo Ferroviário respectivamente

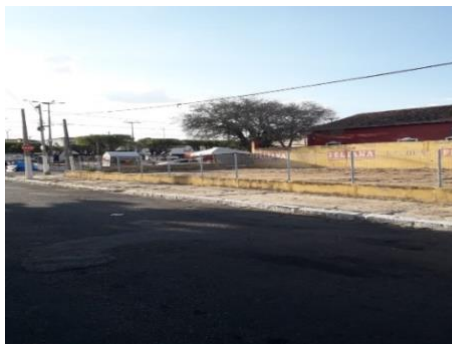
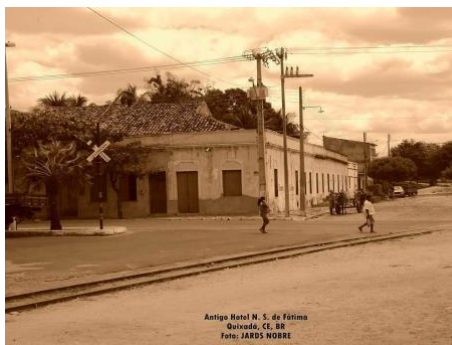
ANTES



DEPOIS



O PATRIMÔNIO NO SERTÃO: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E PROBLEMAS DE QUIXADÁ / CE



Fontes: 6 – Da esquerda para direita: IBGE (antes); 7 – Alan Ribeiro (2019) (depois); 8 – Página de Instagram Quixadá, Ceará, Brasil (antes); 9 – Alan Ribeiro (2019) (depois); 10 – Página de Instagram Quixadá, Ceará, Brasil (antes); 11 – Alan Ribeiro2(019) (depois); 12 – Página de Instagram Quixadá, Ceará, Brasil (antes), editada pela autora (2019); 13 – Alan Ribeiro (2019) (depois).

Para além dos bens materiais, Quixadá apresenta manifestações culturais de recente valorização. Anualmente, é realizado o *Encontro de Profetas da Chuva*, no qual sábios e moradores antigos se reúnem para apresentar suas previsões sobre a chuva que ocorrerá ao longo do ano. Suas previsões são feitas com base no saber da relação com a vegetação, do comportamento de animais e dos corpos celestes (Fig. 14).

Figura 14 - Encontro dos Profetas da Chuva



Fonte: Alex Pimentel (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2015).

Também é lar da *Comunidade Quilombola Sítio Veiga* que há mais de 100 anos se estabeleceu no *Distrito de Dom Maurício*, há aproximadamente 23 quilômetros do centro da cidade. Anualmente, durante a *Semana da Consciência Negra*, a comunidade realiza a *Dança de São Gonçalo* (Fig. 15), festejo em homenagem ao *Padroeiro dos Violeiros* que se caracteriza pelo

agradecimento pelo bom plantio e pela colheita, com dança, pagamento de promessas, rezas e comidas doadas por moradores e visitantes (GRANGEIRO; MAIA; NOGUEIRA, 2017, p. 5).

Figura 15 - Dança de São Gonçalo



Fonte: Autora (2019)

Em outro distrito de Quixadá, *Cipó dos Anjos*, na localidade chamada *Boa Água*, se encontra o *Grupo de Caretas Reisado Boi Coração* (Figuras 16), que se estabeleceu na região na década de 1930. Assim como a *Dança de São Gonçalo*, os *Mestres do Boi Coração* repassam para às novas gerações a tradição do reisado (Secretaria da Cultura, 2017, s/n).

Figura 16 - Reisado Boi Coração



Fonte: Blog Boi Coração (2014).

Essa efervescência cultural também não chega a ser valorizada como deveria. Ações que poderiam levar cultura, saber e lazer para os moradores dificilmente chegam na comunidade ou são promovidas pelos gestores locais.

12.3 O que poderia vir a ser de Quixadá...

Após esse apanhado geral sobre Quixadá, com certeza não é possível apontar todas as potencialidades que a cidade possui, no entanto foram feitas algumas escolhas, buscando elencar as situações com as quais tenho mais apego e conhecimento, e dando destaque para os problemas relacionados aos bens arquitetônicos do município. Tentar chegar em proposições para

a cidade de Quixadá, com certeza não é tarefa fácil, e aqui, a tentativa será carregada de anseios pessoais.

Claramente, a cidade de Quixadá se enquadraria em um polo para desenvolvimento de ações voltadas para a exploração – consciente – dos bens que possui, incluindo aqueles que foram protegidos ou não e aqueles que foram considerados patrimônio ou não, pois acredito que o patrimônio está para além disso, para além do que é eleito e imposto de forma hierarquizada.

O ecoturismo, ao que parece, a atividade, minimamente, mais consolidada, precisa ser impulsionado, porém, com cuidado para o uso sustentável dessa paisagem cultural. Claramente, os bens arquitetônicos de Quixadá necessitam de uma atenção especial, pois há muito tempo se encontram em situação de descaso. Os prédios abandonados, hoje, poderiam receber novos usos que colaborassem com a própria gestão municipal ou para o desenvolvimento de atividades culturais nesses locais, unindo-os com as manifestações culturais, por exemplo, de forma a ampliar o acesso à cultura por uma maior parcela da população.

Toda discussão sobre patrimônio cultural envolve questões bastante complexas, um campo de disputas de interesses e discursos que coloca os agentes do patrimônio, sejam eles, arquitetos, antropólogos, historiadores, promotores culturais, mestres de ofícios, comunidades tradicionais, gestores culturais,

entre tantos outros, em meio a tensões e que muitas vezes não encontram soluções de forma tão fácil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Art. 216. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CEARÁ. Secretaria de Cultura – SECULT. **Secult divulga nota de pesar sobre o falecimento do mestre Assis Firmino, do Grupo de Caretas Reisado Boi Coração.** Ceará, 16 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/2017/03/16/secult-divulga-nota-de- pesar-sobre-o-falecimento-do-mestre-assis-firmino-do-grupo-de-caretas-reisado-boi-coracao/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

GRANGEIRO, G.; MAIA, Stephane S. S.; NOGUEIRA, J. L. Análise Tipológica dos padrões arquitetônicos do quilombo Sítio Veiga dentro de sua rede cultural de criação. **Anais A cidade habitada.** Porto. Centro de Investigação em Arquitetura, Reabilitação, Cidade, Habitat e Edificação da Universidade da Beira Interior/CIARCHE-UBI. 2017. 242

LOWENTHAL, D. Identity, heritage and history. In: GILLIS, J. R. (org). **Commemorations:** the politics of national identity. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SOUSA, J. B. **Quixadá de fazenda a cidade 1755 – 1955.** IBGE, Conselho Nacional de Estatística, 1960.

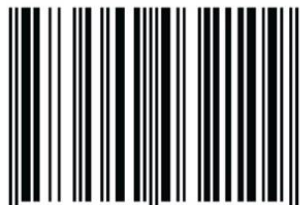
SILVA, C. A. V da. **Há “pedras” no meu curral:** a paisagem dos Monólitos de Quixadá – CE. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.

O Turismo Patrimonial, enquanto objeto de estudo, é um tema literário-científico pouco explorado no Brasil e em países de língua portuguesa. Este livro reúne uma coletânea de ensaios críticos produzidos por alunos da disciplina Turismo Sustentável e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, com a colaboração de seus orientadores, ministrada pelo Prof. Dr. Michel Constantino Figueira, no primeiro semestre do ano de 2019. Além dos referidos ensaios, o livro inclui texto internacional desenvolvido por colegas europeus, mais precisamente do Instituto Politécnico de Tomar, Portugal. O objetivo principal é instigar o debate sobre as diferentes interfaces do patrimônio, através de um olhar sobre o passado como experiência turística, socioeconômica, cultural e política, a partir de sua valorização institucional, estética, comercial e emocional, tanto pelas comunidades, quanto pelo Estado, bem como pelas instituições e organismos, nacionais e internacionais.



ISBN: 978-65-00-03210-9

CD



9 786500 032109